

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

LUIZ EDUARDO ROSA SILVA

O locutor, o desenhista e a poetisa:
memórias do uso da comunicação no processo de ocupação do Nova Esperança

Goiânia
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

LUIZ EDUARDO ROSA SILVA

O locutor, o desenhista e a poetisa:
memórias do uso da comunicação no processo de ocupação do Nova Esperança

Monografia como Trabalho de Conclusão de Curso apresentada para a Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção de graduação no curso de Comunicação social – habilitação em Jornalismo, sob a orientação da Prof.(a). Ms. Luciene de Oliveira Dias.

Goiânia
2010

À meu avô Geraldo Rosa, *in memoriam*,
que me apresentou os primeiros passos do
viver e do pensar.

À memória de Robinho Martins de
Azevedo, *in memoriam*, sempre vivo na
memória coletiva do Nova Esperança

AGRADECIMENTOS

Aos participantes da ocupação do Jardim Nova Esperança, entre estes os ativos participantes e motivadores da luta Geralda Maria Santa Bárbara e Hélio Antônio de Oliveira.

À Maria de Jesus Rodrigues pelas primeiras luzes na realização do presente trabalho e por sua inspiração poética que me despertaram para o Nova Esperança.

À Edmar de Oliveira pela participação e disposição a construir este trabalho.

À Joda José dos Santos por sua presença e participação no presente trabalho

À Professora Luciene Dias que dedicou em atenção e carinho com o aluno orientado

Ao Professor Nilton José dos Reis pela firmeza e sabedoria ao educar para a vida a cada um de seus alunos.

Ao coletivo Magnífica Mundi por trilhar com amizade e dedicação um rumo pra uma nova comunicação social.

RESUMO

O movimento de ocupação do setor Nova Esperança, em Goiânia/GO, trabalhou a comunicação para a organização interna do grupo e da articulação com outros sujeitos, instituições e grupos para travar a luta da ocupação e junto a este a batalha simbólica da luta pela moradia. A prática e concepção dessa comunicação utilizada entre os movimentos sociais fazem surgir uma epistemologia que se reúne às epistemologias emergentes que surgem em meio à colonialidade do saber. As memórias de todo esse acontecimento surgido do final da década de 70 descrevem os rumos dos usos dos meios de comunicação em meio ao movimento de luta pela moradia. Três personagens que eram ocupantes e que participaram das atividades de comunicação no grupo; Joda, Edmar e Maria de Jesus apresentam suas experiências ao longo das ações de comunicação do grupo. O resultado dessas experiências aponta uma concepção de fazer comunicação que é dinâmica em suas relações de produção, organizada coletivamente e emancipadora no ponto de vista da resistência da luta pela moradia.

Sumário

Introdução.....	7
A voz da Esperança.....	7
As vozes emergentes.....	9
1Pressupostos	
teóricos.....	11
1.1 Colonialidade do saber.....	13
1.2 Saber Fazer.....	14
1.3 A etnografia e sua autoridade.....	16
1.4 A comunicação nas mãos dos ocupantes.....	18
2Metodologia.....	20
2.1 Pressupostos.....	21
2.2 Narratividade.....	23
2.3 Roteiro de entrevista.....	24
2.4 O método: entrevista aberta.....	26
3Presença no Campo-Universo.....	27
3.1 Joda, o locutor.....	28
3.2 Edmar, o desenhista.....	49
3.3 Maria de Jesus, a poetisa.....	69
Considerações finais.....	85
Bibliografia.....	89
Anexos – Memorial da Ocupação em fotos do livro “Retalhos de Lembranças”.....	90

Introdução

As memórias do uso da comunicação do movimento de ocupação do Jardim Nova Esperança se apresentam neste trabalho como um diálogo feito entre o pesquisador e os sujeitos participantes. O trabalho parte de pesquisa que busca como objeto as memórias do uso da comunicação no movimento social. A partir dessa motivação desenrola-se uma busca pelas condições em que estes sujeitos constroem sua visão e maneira de se comunicar.

Os momentos que se seguem pelo trabalho são introduções sobre o uso da comunicação no Nova Esperança, os pressupostos teóricos dos quais partiu o presente trabalho, a metodologia utilizada, a narração da atividade em campo, as considerações finais e o anexo de imagens. Cada um dos momentos foi construído se utilizando de uma dinâmica na qual diferentes referenciais de vozes apresentam o trabalho para expressar os patamares em que as discussões são feitas.

A introdução sobre o campo a ser trabalhado e sobre a condição de surgimento dos novos sujeitos é um momento no qual são apresentadas as motivações e justificativas pelas quais o presente trabalho foi realizado. Esses itens apresentam uma espécie de contexto estrito e um contexto global nos quais o trabalho percorre.

Os pressupostos teóricos delineiam os pensadores que levaram a motivar a escolha por este campo de trabalho, que é a comunicação popular. Os pontos de discussão a serem priorizados no trabalho encontram-se na problematização dos pensadores apresentados nessa etapa.

A metodologia é gerada a partir de uma proposta inicial e as atualizações sistemáticas feitas na vivência em campo. Ela apresenta a forma como foi realizada a pesquisa e como foram sistematizados os dados oriundos do campo de pesquisa. A linguagem utilizada no presente trabalho é apresentada segundo a proposta de cada momento do trabalho e porque são utilizadas.

O campo do trabalho traz os dados da pesquisa em uma linguagem literária, mas em um cuidado em clarear no relato desses dados, para um entendimento conciso. O campo é a maior parte do trabalho por uma visão metodológica exposta na etapa anterior a qual pertence.

As considerações finais discutem os dados obtidos e a ligação com outros aspectos que compuseram o trabalho. O Anexo apresenta um rol de imagens obtidas da pesquisa feita para a obra de Maria de Jesus Rodrigues, “Retalhos de Esperança”, no qual oferece a oportunidade de visualizar os acontecimentos da época e as referências feitas em diversos momentos do trabalho.

A Voz da Esperança

Em Goiânia, 1979, as três mil famílias que puseram seus barracos de lona em pé iniciaram uma trajetória frente a um processo sem retorno pela luta por um lugar para morar. A

irradiação de pensamentos e ações dentro do contexto da resistência por uma terra para morar transcendeu as fronteiras territoriais de uma área de 22 alqueires na região noroeste goianiense.

A ocupação pensou em um lugar que se explodiu em vários lugares; sejam territoriais físicos, seja o universo simbólico e imaginário. A moradia não era uma política pública a ser pensada pelos governos locais como fundamental para o alcance da cidadania da comunidade humana e a dignidade em sua subsistência.

A moradia não é somente moradia, mas a forma como se planeja, executa e sonha a moradia. A casa não é só o edifício de alvenaria, mas o lugar de criar os filhos, o lugar da dignidade e do fazer planos para o futuro. Quando se pensa moradia, ela não é como um poste que se instala na calçada, essa é a lição que o Nova Esperança deixa em seu legado.

O cenário em que nasce o Nova Esperança é durante o processo de encerramento do período ditatorial brasileiro (1964 a 1984). Os movimentos sociais retomam as forças para restaurar e buscar os direitos civis. As perseguições pelo regime ainda continuam nesse período e em meio à censura ainda existente, as manifestações e expressões passam a se intensificar.

A comunicação nos movimentos de ocupação se torna uma ferramenta imprescindível ao perceberem que há uma grande batalha a se travar, e ela estava no campo simbólico. O Invasor, aquele que invade, e o Ocupante, aquele que ocupa a terra, se tornam duas caras de uma mesma moeda para a opinião pública. Por bocas, foguetes, megafones, boletins, rádios, fotos, desenhos, teatros e vídeos passam travar a batalha da informação (MARINHO, 2009, p.66) (*In Memoriam Robinho Martins de Azevedo*).

Os personagens dessa história estiveram nas lideranças da Associação de Moradores do Nova Esperança. A atuação destes amadureceu de vanguarda para a concepção de líderes populares, que moravam e compartilhavam o mesmo chão, os sonhos de um lugar para viver.

As reverberações deste movimento se ecoaram por Goiânia, em Goiás, no Brasil e pelo mundo afora. A ocupação foi tomando forma de movimento em um lugar ao mesmo tempo não-lugar, se transcendendo do alto da poeira do noroeste goianiense à internalização em cada ocupante dos diversos setores da cidade. O que incorporou a criação da Federação de Inquilinos e Posseiros Urbanos – FEGIPE.

As interações dos movimentos populares com a comunicação se apresentam como um universo de pesquisa, teoria e inspiração para a prática na comunicação social. As forças de luta pela expressão própria para se construir enquanto sujeito na sociedade possibilita uma comunicação feita no calor do fervor da ação social. Cada aparato comunicacional técnico é utilizado em sua máxima exploração de possibilidades, por mais simples que ele seja.

A legitimação por uma política de comunicação social que progrida qualitativamente na distribuição de concessões, licenças e investimentos é um campo de luta. A liberdade de imprensa

culminou em um domínio das vozes e interesses majoritariamente empresariais e que contou e conta com a cumplicidade do Estado, pode se dizer que é o controle das forças políticas que o compõem.

Eles não estampam fardas, discursam democraticamente e se tornam cada vez mais impessoais em enlaces indiretos com os poderes da República, mas exercem o “afunilamento” dos direitos civis ao invés do cerceamento e uma censura mais “refinada” através de suas políticas editoriais internalizadas nos comunicadores. Atrás das políticas da área de comunicação social estão ficando para trás a democracia participativa nos meios de comunicação, em regras mais claras e sinceras em relação ao acesso das políticas públicas em comunicação.

Os subsídios para se buscar parâmetros para as políticas de comunicação que consigam avançar na democracia e na construção popular estão também nos estudos de comunicação e movimentos sociais. O fator ético envolvendo as práticas nesse campo traz grandes lições de desenvolvimento da comunidade humana pela comunicação que, inclusive, estará no decorrer deste trabalho.

As vozes emergentes

Até um certo momento, “não se podia filosofar se não fosse em alemão”. A forma com que o saber científico se impôs aos povos, para além de uma reduzida região da Europa¹, se configura na colonialidade do saber. Esta colonialidade destrói e/ou obscurece o saber existente em outros territórios e o assimila a partir dos interesses particulares para atender a restritos objetivos do mercantilismo, do liberalismo e da contemporânea ordem mundial.

Em diferentes períodos se configuraram debates em nível global dentro das epistemologias do saber que transitaram para diferentes relações; Leste X Oeste, Norte X Sul. A partir destes parâmetros se formaram diversos arranjos teóricos. As novas perspectivas de produção de conhecimento vindas de lugares e povos outros que não se inserem em uma restrita região da Europa passaram a emergir com sua forma de conceber a produção teórica e fazer ciência.

O conhecimento que é produzido nas universidades brasileiras não é ainda sustentado no que podemos chamar de universo local. Muitas vezes pede-se licença a pensadores advindos das linhas de pensamento da “restrita região europeia” para contextualizar o próprio Brasil e a própria América. Um conhecimento que é produzido pagando direitos autorais literalmente.

Além do conhecimento colonizado, um velho costume das academias é a preconização da imparcialidade na pesquisa científica e nas produções acadêmicas de modo geral. Um “espírito crítico” é implantado no pesquisador, seja ele aluno, mestre, doutor, etc, e a sua leitura da sociedade e da natureza – do campo – é feita com uma gama de pré-conceitos que filtram os recortes da

¹ Países tradicionalmente legitimadores do processo científico.

realidade experienciada e logo se impõe o julgamento advindo dessa ótica míope.

A seleção de recortes e o julgamento da realidade experienciada, feita na ótica de teorias que advieram de realidades distantes, reproduzem os mesmos preconceitos que tiveram origem nesses pré-conceitos. As teorias vindas das distantes realidades podem até contribuir significativamente para as reflexões sobre a realidade local, mas ao monopolizarem de forma legítima a sua forma de teorizar, não deixam espaço para a teorização feita a partir deste chão de onde se fala.

O caminho que as academias priorizam nesse tipo colonial de conhecimento e nessa forma de relação com a sociedade, faz delas agentes desta mesma colonização que colabora com a exclusão dos saberes e mantém a atitude do saque. Atitude essa na qual o pesquisador vai ao seio da comunidade humana, filtra e julga, produz conhecimento e se beneficia das mais diferentes maneiras, sem retorno à comunidade que se pôs em atitude de generosidade.

O presente trabalho busca nessa intenção realizar a troca universidade-comunidade humana, viver o chão aonde pisa e produzir conhecimento com os sujeitos que se encontram à disposição de contarem sua história a partir deste chão. A produção de uma forma de se pensar comunicação é uma “Nova Esperança” para novas visões que trazem uma nova iluminação para os caminhos a serem seguidos pelo pensar.

1. Pressupostos Teóricos

O caminho teórico que embasa as práticas desse trabalho passa por uma trilha de autores de diferentes áreas das ciências humanas. Estão presentes autores que contextualizarão o processo de escolha metodológica que concretiza esse presente trabalho. Existem constatações de autores que estão notados dentro do pensamento destes que aqui se apresentam, mas eles trabalham o sentido final ao qual o trabalho se propõe.

A colonialidade do saber é um patamar de onde se discorre as problematizações deste trabalho. A descrição de Walter Mignolo (2000) aponta que conhecimento humano não pode se universalizar em um único conjunto de países europeus e de sujeitos específicos de dentro das academias dos mesmos. Esse evento de monopolização segue um contexto histórico do processo de colonização dos povos que não levou somente a submissão, mas um processo de obscurantismo e destruição dos saberes desses povos.

A associação de “onde se fala” e “o que se fala” é feita nas tramas do contexto de colonialidade do saber por Carlos Walter Porto-Gonçalves. Pela América Latina, Porto-Gonçalves (2002) problematiza a universalidade em uma visão única no campo dos saberes e alia a produção dos mesmos ao lugar de onde se produz. A desembocadura dessa problematização se amalgama no “saber fazer” no qual conhecimento humano não prescinde da legitimação da academia embebida na ciência ocidental e através deste fato ela pode dialogar com esses saberes estabelecendo uma ética honesta e clara.

A ligação dessa discussão dos saberes e dos lugares de onde se produzem levará ao questionamento da ética usada nas trocas Universidade - Comunidade Humana e entre Saberes Populares e Saberes Científicos. Boaventura dos Santos (2002) descreve como a universidade tradicional transforma o saber popular em saber científico e não presta contas àquele que subsidiou a pesquisa. Essa prática por mais que fortaleça a academia por ganhar e não devolver, ela transcorre em uma série de crises na qual a academia encontra seu papel na sociedade se torna questionável e deslegitimado. A produção de conhecimento se detém dentro da própria academia e não circula pela sociedade.

Apesar do presente trabalho não ser realizado como uma metodologia de observação participante ao longo de um período de intensa e exclusiva vivência; a proposta de coleta, linguagem e relação com os sujeitos pesquisados são buscadas na experiência etnográfica. A experiência etnográfica contextualizada por James Clifford (1998) apresenta como o envolvimento com os sujeitos poderá ser mais rica se as barreiras do papel do informante forem quebradas e o sujeito for reconhecido como uma co autoria no processo de etnografia.

A representação de um povo passa a ser também o objeto de luta epistêmica como

descrita anteriormente. A narração em um trabalho etnográfico pode levar diversas literalidades e dinâmicas, mesmo que envolva mais sujeitos na autoria, a escrita etnográfica deve-se responsabilizar pela mediação do etnógrafo e como ele se relacionou com os sujeitos envolvidos.

A comunicação popular se especifica como campo de conhecimento quando diferencia e contextualiza as áreas que sempre foram confundidas como a mesma; como comunicação alternativa, por exemplo. Cicilia Krohling Peruzzo (1998) contextualiza a comunicação popular como um campo da comunicação social e levanta as características particulares da mesma. Por fim Raúl Zibechi (2007) leva a comunicação nos movimentos populares como uma comunicação movente que atende aos movimentos do movimento social.

1.1 Colonialidade do Saber

A colonialidade do saber define quem é o sujeito que leva consigo a razão histórica como também a racionalidade do saber no seu fazer, no seu agir. O desafio proposto nesta monografia é trazer as discussões sobre as novas epistemologias trazidas por sujeitos que em um dado momento produziram conhecimentos acerca de vários campos de organização e ação de um grupo humano na capital goiana. Entre esses conhecimentos gerados nessa ação está o uso dos meios de comunicação.

O contexto vivido por esses sujeitos se coloca em uma posição “estrategicamente teórica” na associação da afirmação da identidade e da territorialidade, gerando um *topoi* (SOUSA SANTOS, 2002), ou seja, lugar de afirmação desse sujeito. “Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.46).

A própria existência do grupo se faz como resistência, pois principalmente em um contexto de territorialidade geradora de episteme, esse grupo que depende de ocupar um local para subsistir insiste em assentar-se em um espaço que lhes é negado. “Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.51).

1.2 Saber Fazer

Um dos debates da relação Academia e Sociedade que marcam profundamente a mesma é a legitimação do fazer. O exercício de modificação da natureza pelo homem² é legitimado como profissional, adequado e legalizado através da passagem e aprovação da Academia. Até este ponto, a relação acima citada poderia ser de eficácia e garantia das atividades humanas, mas a grande problematização se dá quando se verifica quem está dentro da academia e tem autoridade empossada sobre ela. Quem pode teorizar e habilitar a produção.

A academia ocidental se incorre em uma busca de centralidade permanentemente em uma cultura-sujeito, como Sousa Santos discute ao demonstrar o processo no qual “alta-cultura” passa a fazer da cultura-popular uma “cultura-objeto, objecto das ciências emergentes, da etnologia, do folclore, da antropologia cultural, rapidamente convertidas em ciências universitárias” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 193). Os fazeres populares passam a se tornar um objeto a ser estudado e relegado a essa condição, matando seu poder de transformação social e ponto de prática legítima de um saber.

O saber fazer no seio popular transcende a formalidade educacional, ele ebula de uma sapiência no momento da construção, no suor do fazer. “No fazer há sempre um saber – quem não sabe não faz nada. Há uma tradição que privilegia o discurso – o dizer – e não o fazer.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.52). A tradição de prioridade discursiva é o ímpeto dessa “alta cultura” ao requerer seu patamar de cultura-sujeito.

Os preços pagos por este formato elitista de academia são as “crises de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade” (SOUSA SANTOS, 2000, p.190). Nas quais, definida de forma sucinta, a academia perde sua função social, sua aceitação consensual dessa sociedade e, por último, sua eficiência como instituição, quando outras instituições tidas como mais eficientes ditam formas dela se organizar internamente.

O saber fazer popular talvez não se explique de forma clara a todos ou pelo menos de maneira formalizada pois trata-se de “...um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.52). Em contraposição está o *saber sobre* que tenta “construir, inventar e controlar mundos”.

A possibilidade de construção de uma nova academia passa por um outro horizonte no qual ela não precise ser incinerada ou pagar os preços árdus do elitismo com crises. “...uma racionalidade mínima é condição de qualquer comunidade humana e a diversidade de racionalidades o maior patrimônio da espécie, sua expressão maior de criatividade” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.52). Essa é a esperança que motiva este trabalho, reconhecendo que os

² Conceito primordialíssimo de cultura.

sujeitos envolvidos são legítimos em seu saber e que o sujeito “academizado” reaprenda no seio popular o seu papel profissional, intelectual e emancipador.

1.3 A etnografia e sua autoridade

A etnografia como método e corolário teórico sofre um debate que focaliza na autoria que se faz ao trabalhar com um determinado grupo humano. O alcance nesse trabalho, principalmente em sua ação em campo, é chegar a uma prática da etnografia que ganhe o peso autoral e epistemológico dos sujeitos envolvidos no processo. A etnografia fica sobre uma nova reconstrução, pois foi cansadamente utilizada para representar o Outro, principalmente o distante. Os interesses e usos desse estudo serviram à colonialidade do saber, no qual sujeitos cognoscentes estudavam sujeitos cognoscíveis.

A aproximação “global” dos mundos passou a relegar à escrita, interpretação e representação dos grupos, não só uma confrontação autoral, mas à uma luta epistemológica na qual novas construções cognoscentes partem desses sujeitos que antes eram considerados cognoscíveis. Agora, esses “emergentes” cognoscentes produzem escritas (em diversos suportes visuais, sonoros e audiovisuais), constroem suas representações e atacam as fronteiras impostas por outros sujeitos tradicionalmente e ocidentalmente cognoscentes.

Um dos debates sobre o aspecto autoral é feito pelo antropólogo James Clifford, que busca um etnógrafo que saia de seu gabinete acadêmico e que enfrente as complexidades e desafios de uma etnografia em um campo de produção com outros sujeitos. A presença em campo na etnografia é um fator decisivo para Clifford por haver uma intensificação nos laços intersubjetivos no jogo da alteridade etnográfica. “A experiência real, cercada como é pelas contingências, raramente sobrevive a esse ideal; mas como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo status exemplar.” (CLIFFORD, 1998, p. 20).

O intenso “contato intersubjetivo” não exime também de uma interpretação em que suas práticas são debatidas política e epistemologicamente em sua escrita e representação (CLIFFORD, 1998, p. 20). As interpretações produzidas pela etnografia são encontros interculturais cercados por “relações de poder e propósitos pessoais” e que serão escritos por um autor individual. A consideração do Outro como produtor de sua representação como grupo, pode ser relegado tanto a um relato assistencial que leva ao objeto a ser estudado, como também, propõe Clifford (1998), haver um diálogo intersubjetivo sobre essa representação. Esta pode se materializar sob formas diversas advindas das negociações intersubjetivas, pois, entre os paradigmas de construções etnográficas, “nenhum é obsoleto, nenhum é puro: há lugar para invenção dentro de cada um desses paradigmas” (CLIFFORD, 1998, p. 58).

O universo ou cosmos de um grupo humano é denso e profundamente complexo. Por mais que um antropólogo ou um agente queira adentrar o universo de um povo, por mais que passe

um período extenso de anos a fio, poderia deixar de entender ou contemplar certos aspectos. A estas experiências etnográficas há uma proposta na qual uma parte ou um recorte possa ser experienciado ao invés de cair na ilusão de apossar do universo inteiro. “O objetivo não era contribuir para um completo inventário ou descrição de costumes, mas sim chegar ao todo através de uma ou mais de suas partes” (CLIFFORD, 1998, p. 30).

A esta retórica dá-se o nome de *sinédoque*, “as partes eram concebidas como microcosmos ou analogias ao todo” (CLIFFORD, 1998, p. 30). Esta foi uma das inovações institucionais da década de 1920 entre os ditos “novos etnógrafos” e que pode colaborar para se entender a metodologia do recorte temporal deste trabalho. O método no qual deságua a prática da presença de campo rodeada pela experiência sensorial e a descrição-interpretação está na prática da *observação participante*. “Entendida de modo literal, a observação-participante é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação” (CLIFFORD, 1998, p. 33-34).

1.4 A comunicação nas mãos dos ocupantes

A comunicação popular propõe certos desafios no seu entendimento. Diversos conceitos se unem no que se chama comumente de “uma comunicação diferente” que seja “democrática” e quando não há plenos direitos civis parte-se então para uma comunicação “alternativa” que venha do meio “popular”. O conceito de comunicação popular é trabalhado por Cicilia M. Krohling Peruzzo nos estudos realizados na área.

A discussão conceitual passa a ser resolvida quando se levantam as características diferenciais da categoria. “A maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que o povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes” (PERUZZO, 1998, p. 117). A partir dessas características, a maior parte dos trabalhos em comunicação popular se concretiza.

O hábito de discutir o conceito em certos momentos leva muito tempo que poderia ser ganho partindo da compreensão de como a comunicação popular se movimenta. “Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo...” (PERUZZO, 1998, p. 113). A autora enuncia neste trecho a afirmação de Christa Berger, que traça algumas necessidades para discutir a metodologia no nível de seu campo de teorização e pesquisa.

A fixação nos meios técnicos utilizados como definidores da prática da comunicação popular restringem a compreensão de um processo inteiro que se estabelece ao nível das relações humanas constituídas sobre o uso desses meios. “As investigações sobre a comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo” (PERUZZO, 1998, p. 114).

As investigações devem ir ao encontro da “dinâmica social na qual este se insere”, sendo que é esta “que vai lhe dar significados” (PERUZZO, 1998, p. 114). A dinâmica social do meios utilizados é que justificam e explicam o processo de uso e atualizações dos meios e técnicas. Os estudos sem esses cuidados metodológicos não consegue alcançar a dinâmica rítmica da comunicação nos movimentos populares. As justificativas desses usos giram de acordo com as necessidades dos movimentos sociais.

A questão da constante movimentação dessa comunicação é conceituada por Raúl Zibechi por “*la comunicación nomade*” na qual ele propõe que a comunicação nos movimentos sociais migram em seus sentidos, mesmo na proposta de se resistir no lugar onde está e quer estar. “Uma comunicação em movimento, ou seja, com os movimentos, para os movimentos e, sobretudo, dos movimentos” (ZIBECCHI, 2007, p.3).

A comunicação nos movimentos populares se insere nos estudos dos movimentos realizados pelos próprios grupos e o seu uso da comunicação. Onde o contexto em que cada meio é feito, se torna mais esclarecedor do que a anatomia da prática da comunicação a partir de técnicas e meios de comunicação.

2. Metodologia

Os métodos empregados para realizar a reflexão sobre o uso dos meios de comunicação no processo de ocupação do Jardim Nova Esperança propõem fundamentalmente a presença do campo e dos sujeitos no trabalho. O objeto buscado nesse processo de pesquisa é a utilização dos meios de comunicação no processo de ocupação, resistência, organização e estruturação do Nova Esperança. Os dados se desdobram em outros contingentes, inclusive transdisciplinares, que para serem considerados necessitam de métodos que se deixem interpenetrar pelas contingências encontradas em campo.

A proposta foi feita aos participantes da pesquisa que apresentaram sugestões e novas possibilidades de perspectivas sobre o tema. O método foi pré-determinado e a aceitação do grupo possibilitou a realização do presente trabalho. Metodologicamente, o trabalho se apresenta como uma pequena fresta perante uma imensa porta para novas possibilidades e vivências do tema; seja no campo/universo aqui trabalhado do Nova Esperança, seja em outros universos. O termo “universo” em ambiguidade proposital ao “campo” é devido à proposta de considerar o campo não como um lugar “aonde o pesquisador vai”, mas um lugar que permeia o fazer, o sentir e o imaginário desse pesquisador que se propõe a pesquisar e viver este tema.

2.1 Pressupostos

A construção da metodologia, apesar de pré-determinada enquanto “ferramenta” a ser usada, foi sendo orientada enquanto “performance” no decorrer da presença em campo. A proposta foi feita em forma de negociação com os sujeitos com os quais foram expostos aspectos como: disponibilidade de tempo (pesquisador e sujeitos), motivações do pesquisador em campo, adesão do grupo de sujeitos ao tema e extensão do corpo do trabalho.

O período de tempo reservado para o trabalho em campo, em aplicação do método foi de um mês, ou seja, quatro semanas. A duração do trabalho em campo foi determinada pela disponibilidade de tempo do pesquisador e dos sujeitos participantes. A rotina de ambos possibilita o trabalho, porém dentro de um contexto cotidiano que envolve aspectos como o trabalho para sustento financeiro, atividades extras, afazeres domésticos e outros mais.

As motivações levadas a campo pelo pesquisador foram sendo construídas perante sua vivência e conhecimento prévios de parte dos sujeitos participantes e do universo temático da comunicação popular. A busca performática pela associação entre comunicação e o universo “Nova Esperança” durante a aplicação do método foi feita de forma a deixar que a experiência dos sujeitos perpassasse e transitasse livremente. O que culminou na reafirmação do método escolhido, do qual será falado especialmente adiante.

A adesão dos sujeitos ao tema foi, na verdade, um exercício no qual os sujeitos que contemplavam todo o universo de suas vivências passaram a cercar uma temática específica, no caso a comunicação. O método, em sua *performance*, foi acompanhando o ritmo desse exercício desempenhado pelos sujeitos.

Nesse âmbito, certas ambiguidades de termos e conceitos apresentados pelo discurso dos sujeitos fazem parte do exercício de adesão a esse tema. O pesquisador no momento da reflexão e no discorrer das informações e dados obtidos, buscou conservar os termos e conceitos dos sujeitos e buscou as definições dos mesmos em construções de sentidos; a partir da interligação de informações e comunhão de sentidos entre os sujeitos entrevistados e o próprio pesquisador.

A extensão do corpo do trabalho foi tratada como uma visão econômica, não quer dizer menor ou facilitada, mas se refere à administração do tempo narrativo de todas as partes da monografia, dando preferência, é claro, para a presença do “campo/universo”. Quanto à exposição dos dados e reflexão sobre os mesmos, a maior parte da narratividade do cenário será a transcrição das entrevistas. Essa economia propicia o maior peso autoral e presencial dos sujeitos participantes e do pesquisador de forma a buscar cada vez mais uma proximidade do trabalho finalizado com o universo particular de cada sujeito participante.

A seleção dos sujeitos a participarem do trabalho como personagens centrais teve como referencial a própria dinâmica do contato com o grupo que participou do processo de ocupação do Jardim Nova Esperança. O primeiro contato foi feito com Maria de Jesus, que realizou dois trabalhos sobre o Nova Esperança: os livros “10 anos de Nova Esperança” e “Retalhos de Lembranças”, nos quais sistematizou a trajetória histórica do Jardim Nova Esperança. Ela narrou a obra valendo-se da força da sua autoria e presença na construção histórica e simbólica do Nova Esperança.

A proposta inicial foi a escolha de três pessoas entre as cinco apontadas por Maria de Jesus que são caracterizadas segundo duas premissas: estar ocupando o Setor Nova Esperança na época cronológica de seu processo de ocupação e ter participado das atividades de comunicação. Por ordem de disponibilidade, foram selecionados Joda, Edmar e a própria Maria de Jesus. Maria de Jesus havia apontado mais duas pessoas que se enquadram nos pressupostos: Geralda e Hélio. Os dois últimos tiveram suas entrevistas marcadas e serão agregadas ao trabalho aqui realizado como subsídios complementares, que não deixam de ser fundamentais.

A seleção não foi realizada por hierarquização ou por quesitos que demarquem níveis de importância de cada presença, mas sim pura e simplesmente a disponibilidade de tempo para realizar as entrevistas. A seleção seguiu alguns dos aspectos expostos destacados anteriormente, principalmente o da “extensão do corpo do trabalho”, orientando-se pela “economia” que visa equilibrar e dinamizar o espaço narrativo. Pois todas as experiências de todos os sujeitos aqui relacionados são legítimas e imprescindíveis.

2.2 Narratividade

O presente trabalho transcorre sua narrativa através de discurso impessoal nas partes de apresentação, teoria e metodologia do trabalho. O corpo, ou a parte de campo, é composto de uma narratividade literária onde a principal matéria de exposição são as entrevistas transcritas. Os momentos da narrativa do “corpo” se dividem em três: narração onisciente do pesquisador, interlocução do pesquisador e discurso do sujeito participante.

O momento da narração onisciente do pesquisador consiste em um discurso *descritivo-reflexivo*, em primeira pessoa. Este discurso, em sua face descritiva, realiza a descrição do cenário e da atmosfera em que foi realizada a entrevista. Já em sua face reflexiva, ele faz o levantamento de dados e conjecturas que primam pela sistematização dos fatos transcorridos na entrevista.

O momento da interlocução do pesquisador é uma das mínimas partes dessa etapa de campo. A interlocução do pesquisador nada mais é do que a pontuação feita para sequenciar as questões a serem respondidas pelos sujeitos. A sistematização das interlocuções do pesquisador atende a um roteiro de perguntas elaboradas previamente. Este roteiro pode ser conferido na sequência.

2.3 Roteiro de Entrevista

A – Memória da Ocupação:

- Datas
- Acontecimentos
- Desfecho

B – Meios de Comunicação e a construção do projeto de comunicação:

- Quais são os meios?
- Como eram utilizados?
- A quem eram destinados cada um?
- Conteúdos abordados?
- Qual a duração de cada um?

C – O que ficou.

- Quais eventos foram marcantes nas atividades com esses meios?
- Qual a importância na ocupação desse espaço físico e simbólico?
- O que era representado do grupo para a sociedade goiana pelos meios hegemônicos?

D – O que é a ocupação do Nova Esperança? Ela termina ou continua?

O roteiro foi uma orientação na busca das informações básicas para se cumprir o feixe temático proposto para o trabalho. A orientação do roteiro não teve como objetivo o seu cumprimento *ipsis literis*, mas foi cadenciado conforme o andamento performático da entrevista. O roteiro foi cumprido diluidamente em uma condução sensível da entrevista na relação entrevistador e entrevistado. Mais adiante, a causa dessa forma de uso do roteiro será justificada pela descrição da metodologia que foi empregada.

O momento do discurso do sujeito é o momento central de todo esse trabalho. Ele é a fonte das informações e das experiências que esse trabalho tem como objetivo central de buscar. A entrevista foi feita com o auxílio de um gravador digital portátil sendo, posteriormente, feita a transcrição. A transcrição não é defendida como o discurso autêntico e literal dos sujeitos, pois houve alguma forma de mediação na escrita realizada pelo pesquisador.

O pesquisador realizou a transcrição apoiando-se nas tonalidades expressivas e vocais manifestadas pelo entrevistado. Pois, mesmo com recursos inúmeros da gramática e sintaxe da

língua portuguesa, é impossível se realizar a partir do entrevistador uma transcrição fidedigna do discurso do entrevistado com toda sua força e peso autoral. Contudo, a transcrição é uma forma de “convidar” ou “indiciar” cada vez mais a proximidade do sujeito entrevistado ao trabalho desenvolvido.

Duas medidas foram tomadas para dar mais fluidez e entonação ao texto. Uma delas foi a exclusão de cacofonias em que não hajam pressupostos expressivos ou manifestações de algo implícito. Outra foi a colocação de maiúsculas nas iniciais de substantivos que foram entonados em tom grave e enfático e que os mesmos substantivos são uma espécie de “pontos-chave” do processo de construção desse discurso.

2.4 O método: entrevista aberta

A entrevista aberta se apresentou como uma metodologia ao alcance da proposta central do trabalho. Por entrevista aberta é compreendida a acolhida de dados subjetivos com o acompanhamento de demarcadores objetivos – a exemplo de datas, nomes, lugares, acontecimentos, números. A esta categoria trabalhada dá-se o nome de “memória”. O método da entrevista aberta permite sequenciar a entrevista conforme parâmetros mais livres do que outros estilos como entrevistas fechadas, semi-abertas, questionários e enquetes.

O estilo de entrevista aberta aqui realizada como método associa-se à categoria de memória que, por sua vez, se deságua na narratividade literária proposta no presente trabalho. A entrevista aberta imprime uma impressão imaginária ao leitor de um diálogo, ou uma conversa, por mais que haja uma “atmosfera” ou um “clima” de pesquisa científica.

Ela se prima de estrutura cronológica ou não, mas em noção básica, seguindo a fluidez dos processos de recordações trazidas pelo sujeito fazendo vários trânsitos entre passado, presente e futuro. Essa temporalidade que vai além da cronologia oficial carrega em si o potencial de sequenciar fatos e dados que conseguem gerar a visão de um contexto, de uma conjuntura mais abrangente e concisa. A narração na cronologia oficial teria que discorrer passo a passo para montar conjunturas e contextos.

A autoria na participação dos sujeitos toma peso nas respostas dadas nas entrevistas. A liberdade da entrevista aberta se apresenta como possibilidade do sujeito de tomar os rumos que acha mais importante à entrevista, logo também não impede ao entrevistador pontuar os caminhos por onde o entrevistado guiou. É como realizar um passeio “turístico”, ou se preferir de “reconhecimento”, pelo o universo-campo sendo guiado pelo entrevistado, onde também o entrevistador não se priva de perguntar para quais caminhos está sendo guiado.

3. Presença no Campo-Universo

A chegada ao Jardim Nova Esperança me colocou a imaginar aquele setor que hoje é considerado “nobre” entre os setores da periferia goianiense em barracas de lonas. As histórias ouvidas com outros conhecidos remetiam a um lugar de uma ocupação que em seus primeiros momentos estaria ameaçada de não estar em minha frente.

O Nova Esperança de todo esse processo será recriado por três participantes do movimento de ocupação e que estavam ocupando e lutando pela sua permanência no setor. Nas organizações os três participaram das ações em comunicação no qual a Associação de Moradores e ocupantes realizavam com toda a ocupação e com a sociedade goianiense.

Outros participantes imprescindíveis viveram particularmente essa experiência. Na sua amplitude a comunicação na ocupação do Nova Esperança será contada pela experiência de Joda, Edimar e Maria de Jesus, a quem por particularidades dessa experiência e o dom de cada um tomei a liberdade de chamá-los: o Locutor, o Desenhista e a Poetisa.

3.1 Joda, o locutor

Em uma tarde de segunda-feira cheguei até a residência de Joda. Ele estava atarefado com a reforma de sua casa, que iria prosseguir por toda aquela semana. Mora em um bairro vizinho ao Nova Esperança. Logo ao chegar, expliquei sobre o processo no qual seria realizada a entrevista e como se sucederia a sequência de entrevistas que iriam compor o trabalho.

Já o havia visto no Documentário “Renova a Esperança” (ALARCÓN, MAIA & SCARTEZINI, 2010, 5’)³, em que abria uma das cenas na qual dizia que o primeiro meio de comunicação do Nova Esperança foi o foguete. Em todo o seu discurso eu percebia que o seu timbre de voz e entonação demarcavam sua habilidade em locução. O seu discurso e todas as suas falas são lançadas com muita firmeza e convicção, como se cada frase por ele dita fosse um testemunho por si só.

Iniciamos a entrevista com um pedido meu para que que discorresse uma introdução de todo o processo de ocupação. Seria demais pedir que em um só momento fossem narradas todas as factuaisidades do processo, que aqui é considerado campo/universo, mas era uma forma de deixar um momento livre para que Joda buscasse naquele momento tudo o que vinha em sua mente. Era como um *briefing* para que as próximas questões fossem colocadas por mim e seguir o fluxo performático da entrevista.

Então:

Joda – “Na verdade a ocupação da Nova Esperança aconteceu em 1979, num período onde a moradia era uma coisa que pouca gente... principalmente pessoas do poder aquisitivo mais baixo, praticamente não tinha acesso. Era uma dificuldade, não tinha uma abertura de empréstimo bancário e nem um tipo de incentivo onde as pessoas pudessem ter sua própria moradia. Nesse caso então as pessoas... é claro que principalmente naquele período finalizando a Ditadura Militar Brasileira que foi muito pesada em cima do povo brasileiro... na medida em que o povo sentiu essa necessidade achou por bem procurar outros meios, assim quem não dava conta de pagar sua moradia, financiar sua moradia, achou melhor é fazer essa ocupação aqui na Nova Esperança, na época foi em torno de 3 mil famílias essa ocupação. E entre essas 3 mil famílias veio gente de todos os lugares; de Goiânia, do interior, próximo a Goiânia, da Grande Goiânia. Então, quer dizer, foi um movimento muito grande naquela época. Como todo mundo precisava da moradia aqui, de fato a resistência foi muito grande, foi boa e a ponto de que a polícia e o governo da época, governo

³ Produção final da 2ª etapa do Curso de Cinema Documentário Sem Fronteiras, realizado no ano de 2009. Projeto realizado pelo projeto de Extensão e Cultura “Jornalismo e Cultura de Fronteiras” da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB) da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Ary Valadão da época, não conseguiu, mesmo com policiais em cima dia e noite, 24 horas, não conseguiu retirar o povo aqui de dentro do Jardim Nova Esperança. De modo que, quando aconteceu realmente essa ocupação aqui, aí é claro que veio gente também de outros estados, porque ficou sabendo através de jornal, através de televisão, através de rádio, meios de comunicação, vir também achando que o terreno era tão grande assim naquela época, né. Na verdade o terreno aqui não era tão grande, 22 alqueires e pouco, então são 3 mil e quinhentos e poucos lotes, então não daria para todo mundo de maneira alguma, mas essas pessoas acabou que arrancharam próximo ao Nova Esperança e setores próximos da Nova Esperança, pagando aluguel próximo da Nova Esperança, nos setores vizinhos que coincidiu também em outras ocupações próximo a Nova Esperança. Ou seja, as ocupações que aconteceram em Goiânia, toda a Goiânia, fora a Nova Esperança, ela aconteceu por motivação e da forma que aconteceu no Jardim Nova Esperança, então daí veio as outras ocupações, as outras invasões, no caso do Finsocial e tantos outros bairros que surgiram, depois do Jardim Nova Esperança que ficou na época... famosa a ocupação, a ocupação famosa em parte do mundo inclusive. Então foi uma luta difícil, uma luta árdua, mas que as pessoas conseguiram seu objetivo que era o objetivo maior que era conseguir o seu lote daí depois pensar na construção da sua moradia, no caso que as pessoas ... 99% dessas pessoas não tinham como construir, então o que foi obrigado a fazer, fomos obrigados a fazer um barraco de lona, naquela época lona preta e o povo entrava por debaixo ali e botavam um fogão, fazia um fogãozinho de qualquer forma e foram passar. De modo que... a polícia na época, que vieram com força total para cima dos moradores, a polícia acabou que foram obrigados a se retirar depois de um determinado tempo, depois muita luta, depois de morte, depois de muita agressão, depois de muita gente machucada, muita gente presa; a polícia foi obrigada, sem dúvida nenhuma, de retirar porque não dava conta de retirar o povo que tinha feito essa ocupação aqui, essas 3 mil famílias. Então eu acho, eu acredito que naquela época – hoje é completamente diferente essa forma de moradia – surgiram outros movimentos através desse do Jardim Nova Esperança, mas o que ficou marcado mesmo naquela época foi a resistência, não só dos homens, o interessante também foi a luta das mulheres acompanhando toda essa movimentação, que foram pra cima também, foram para a briga junto com crianças para combater a força policial que na época a gente sofria aqui. Então foi a partir daí é que surgiu a ideia da primeira comissão, que foi uma comissão organizadora do setor para que pudesse encaminhar determinadas coisas mais burocráticas, para poder fazer essa ligação entre os ocupantes e também o poder público, então foi criada a comissão, que na época foi formada por vários companheiros, alguns até já faleceram, no caso do finado Robinho Martins de Azevedo que faleceu, um dos fundadores, um dos mentores do Jardim Nova Esperança, companheiro de primeira linha. O caso do João Rodrigues, a Maria, a Geralda, esposa do Robinho, e tantos outros companheiros que na época montaram essa primeira comissão. Através dessa

comissão, é que a gente foi criando mais forças para poder, junto ao poder público, discutir e negociar as melhores formas para que as pessoas permanecessem no Jardim Nova Esperança. Daí também tivemos um pouco da abertura na própria Universidade Federal, na Universidade Católica, nos Movimentos Religiosos, no seguimento religioso, então a gente acabou que teve essa abertura para poder dizer também porque o povo estava ocupando o Jardim Nova Esperança. Porque até então alguns meios de comunicação diziam que a gente era invasor por invadir, que nós éramos profissionais pra invadir terrenos dos outros e na verdade não era isso. Nós deixamos provado através das aberturas das ruas, através da demarcação dos lotes, através dos movimentos que nós criamos, nós deixamos provado pra todo mundo, que o Jardim Nova Esperança foi uma ocupação por necessidade, necessidade de moradia na época. Então daí surgiu a Associação de Moradores, no terreno que foi reservado pra Associação, dali através de mutirão construímos a sede da Associação de Moradores que existe até hoje, aqui na avenida central da Nova Esperança e assim por diante a luta foi crescendo. Mas tivemos na época o apoio de emissoras a Difusora, por exemplo, a Rádio Universitária que deu uma cobertura ao nosso favor, porque até então todas as outras eram a favor do policiamento, do governo – que era também comandada pelo governo na época – então, dessa forma nós conseguimos organizar essas 3 mil famílias com esses 3 mil e poucos lotes e fazer do Jardim Nova Esperança uma história, uma história de vida, história de vida tanto para as pessoas que nos ajudaram e também para as pessoas que participaram do processo na época e que muitos ainda residem no Jardim Nova Esperança hoje, pelo menos na região e que ficou marcado também, através dessa luta, parte também de pessoas da região, de seguimentos empresariais da região que nos ajudou muito também na época, fazendo doações de determinadas coisas; cesta básica e tal, para que o movimento pudesse continuar. Então dessa forma, dessa maneira que aconteceu, em 79, e depois que nós conseguimos assentar de fato as pessoas com lote já demarcado o povo já começando a construir barraco, furando cisterna, essa coisa toda, já que o povo estava assentado, nós tivemos que já correr para organizar outro tipo de benefício, outros equipamentos públicos aqui para o Jardim Nova Esperança, no caso um dos primeiros que a gente conseguiu através de muitas idas e vindas a Brasília, ao Palácio do Governo, foi a questão da energia elétrica, aí já foi posterior a 1982, a conquista da energia elétrica inaugurada em 82. Então de fato que nós com essa luta, nessa batalha que foi travada em 79 acabou que a gente despertou pro poder público vários outros interesses, que foi o interesse de dizer que – vários outros políticos vieram e disseram que tinham fundado o Jardim Nova Esperança, que tinha legalizado o Jardim Nova Esperança um monte de coisa - que outras pessoas que chegaram depois acabou falando. Mas que na verdade a briga foi muito grande, a luta foi muito grande, a experiência foi muito interessante, interessante ao ponto de depois disso, depois de passado um tempo nós conseguimos também... construir um outro tipo de luta, mas ainda dentro da linha da moradia que foi através das cooperativas habitacionais, filiando à

entidade por nome de Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros que atuava no Estado inteiro. Aí nós passamos a ficar mais espertos em relação a isso, então quer dizer, a gente já começou a negociar com o Estado, com o Município, com o Poder Público para que a gente pudesse conseguir cadastro para que essas pessoas pudesse ter sua moradia. Tem o exemplo de hoje aí que é o Serra Azul, ali perto do bairro João Braz; o Vale dos Sonhos, perto do Jardim Guanabara, que foi construído através do movimento, da participação das pessoas, de um movimento diferente na luta ainda pela moradia.”

As portas que abrem toda essa entrevista apresentam diversas etapas da ocupação do Nova Esperança. Joda traça um cenário da luta pela moradia desaguado através da ocupação, como uma luta de resistência que desencadeia uma rede de outras lutas em outros setores de Goiânia. O discurso de Joda parte do princípio que o Nova Esperança é a gênese para o desencadeamento de outras lutas, mantendo o Nova Esperança como uma luta original e “mãe” de outras ocupações.

Essa cadeia de fatos e lutas se materializa na fundação da Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros (Fegipe), que institucionaliza a retórica desses movimentos frente ao poder público e aos outros setores da sociedade goiana. A trajetória da luta acaba por ultrapassar as fronteiras da capital goiana, faz acender novos movimentos e encontra com outros movimentos existentes em Goiás.

As tramas entre o local e o global se tornam cada vez mais complexas, visto que a ocupação do Nova Esperança passa a sair de seu terreno físico, localizado no setor, e passa a comungar com a luta da moradia, se transformando em um “movimento”. Colocando o nome “Nova Esperança” dentro do universo do “Movimento das Ocupações”.

O Nova Esperança parte de um movimento de invasores e caminha para um movimento de reivindicação que se legaliza conforme as conquistas da luta. O processo de resistência passa de um embate inicial para fixação dos posseiros na área e vai caminhando para “se” fazer parte das políticas públicas do Estado, saindo da periferia das atenções do poder público para a visibilidade e o reconhecimento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de grupos da Igreja Católica demarcam sua presença ao lado da ocupação, oferecendo subsídios. É enfocada a importância desses grupos como uma espécie de ponte para a sociedade goianiense, principalmente na luta simbólica que travaram principalmente na produção dos materiais impressos, que mais adiante ganhará mais detalhes na entrevista com Edmar, o desenhista.

Resolvi puxar uma motivação a partir do documentário para fazer uma incursão no que era a primeira forma de comunicação do Nova Esperança:

Luiz Eduardo – No documentário “Renova a Esperança” você diz que o primeiro meio de comunicação para a organização do grupo foi o foguete. Então que outros meios de comunicação vocês utilizaram? Como foi esse processo da comunicação no Nova Esperança?

Joda - “O foguete era uma forma barata de se conseguir e a gente que não dispunha de verba pra isso, financiamento pra isso, então foguete era uma forma barata de comunicação, mas uma comunicação mais interna. A gente passava nas reuniões e passava para os moradores que assim que escutassem um foguete em um determinado local da Nova Esperança, se fosse na parte de cima no quadrante 1, 2, 3 ou 4, as pessoas já sabiam através desse código o que estava acontecendo. Se fosse no quadrante 1, lá em cima, na entrada do Jardim Nova Esperança, por exemplo, ali era porque a polícia estava chegando, se a polícia chegava soltava um foguete de lá que era de um tiro só, que a turma de baixo começava a preparar as trincheiras, fecha a rua, colocava móveis no meio da rua, para que a polícia não pudesse passar. Então, fazia uma preparação antes para que a polícia não pudesse passar, inclusive com os carros deles. Então o foguete foi uma forma de comunicação rápida, nessas horas de emergência tanto de dia como a noite, mas de forma mais interna. O que aconteceu através de uma comunicação mais rápida, uma comunicação mais elaborada, uma comunicação um pouco mais inteligente para que fosse passada para o poder público e também para outros meios de comunicação foi através de boletim, e um jornalzinho que a gente acabou elaborando - a gente fazia um jornal de duas páginas, então a gente relatava tudo que acontecia no Jardim Nova Esperança durante 24 horas. Esse material a gente conseguia passar ele nas universidades, nas rádios para que as pessoas ficassem sabendo realmente o que estava acontecendo. Esse jornalzinho na época, até tem alguns recortes, não sei se a Maria ou a Geralda deve ter, esse nos ajudou muito, porque foi a forma realmente em que as pessoas que não conheciam o processo da Nova Esperança, pessoas que eram alheias ao processo de moradia, nos chamavam de invasores, que a gente era bandido, aquela coisa toda, principalmente a elite goianiense passaram a ver fotos, né. Na medida em que eles passavam a ver fotos eles passou a acreditar realmente que a polícia estava agredindo, de um lado os moradores sem arma e os policiais totalmente armados, então eles passaram a acreditar que a gente não estava mentindo e dessa forma a gente conseguiu passar para a sociedade goianiense e para o Brasil, que nós não era meramente invasores, é que nós estava defendendo uma causa das pessoas que era a questão da moradia, que está na lei, que existe, que está na lei brasileira que todo cidadão, toda cidadã tem direito à moradia e tem direito a tantas outras coisas, embora isso não acontece na prática, mas nós conseguiu fazer isso funcionar e depois do jornal veio a montagem de uma rádio, mas ainda assim essa rádio de forma mais interna. A gente reunia um grupo de violeiros, aquela coisa toda ali, que a gente era muito vigiado na época, tinha detetive, polícia à paisana para vigiar a nossa

movimentação. Então a gente criou um alto falante, colocou um alto falante, botava o povo pra cantar, moda de viola, mas ali acabava que a gente dava a nossa mensagem, o nosso material. Depois dessa rádio mais local, nós conseguimos montar uma outra essa já com uma potência um pouco maior que aí a gente conseguia atingir a região noroeste e a Mendanha inteira, aquilo que a gente queria passar a gente conseguia passar por meio dessa rádio, mas foi um pouco mais organizado, já foi com um transmissor, com um microfone mais da época, a gente conseguiu uma sintonia na rádio AM, onde as pessoas podiam ouvir realmente a nossa mensagem. A gente criou todo um aparato ali, meio que jornalístico ali de estar passando. Inclusive, na época vinha político, gente importante para dar entrevista na rádio, embora clandestina. Mas a gente conseguiu trabalhar com essa rádio aí, por uns três anos antes da polícia federal encontrar ela.”

O foguete é um meio de comunicação; em sua forma sucinta e “explosiva” de chamar a atenção e buscar os ouvidos de todos. Ele fez neste contexto muito mais que explodir, ele denuncia, avisa e congrega, articula, mobiliza. Essa propriedade de uso dos meios de comunicação se estenderá pelos usos dos outros meios de comunicação aqui descritos.

O saber no uso do foguete se especializa, Joda descreve o uso do foguete sendo sistematizado pela organização territorial onde o foguete é soltado sendo relacionado com a informação dada, partindo de uma ligação com o contexto vivido. Contexto este que é a incursão da polícia para desocupação, na maioria das vezes em abordagens violentas.

Joda apresenta a noção da comunicação mais interna, como o foguete e a rádio no alto falante, e a comunicação mais externa. Ambas as comunicações são traçadas estrategicamente de públicos aos quais se quer atingir, tanto mais interna quanto mais externamente, a adequação das mensagens à linguagem, a eficácia da ação comunicativa – como no caso do foguete que se apresenta como um meio eficaz de realizar o anúncio de incursão policial, assembleia urgente e outros eventos extraordinários – e como eles se interagem entre si, como será visto durante o trabalho.

Eu quis partir para a individualização da experiência e tive uma surpresa. Segue a entrevista:

Luiz Eduardo – Que fatos te marcam na operação da locução na rádio? Você tem fatos que te marcam nessa época? O que você recorda dessa atividade especialmente?

Joda – Olha, nós tivemos alguns fatos importantes, por exemplo, nós fomos obrigados a transmitir a morte de uma criança aqui da Nova Esperança ... através dos carro da polícia, acabou que a pá mecânica derrubou o barraco, o barraco caiu em cima dessa criança e essa criança acabou

morrendo. Isso nós fomos obrigados a transmitir em cima da hora, então as pessoas que nos ouviam – até então a gente não achava que a rádio atingia essa audiência toda - então aí é que a gente ficou sabendo, porque na época a gente não utilizava de telefone, a gente não tinha telefone, pouca gente tinha telefone em casa, nós mesmos não tinha e as pessoas vinham pra saber se aquilo era verdade mesmo, se não estava criando um fato. De fato ela morreu, além de muita gente machucada, morreu essa criança mesmo e também outra morte que foi a do companheiro José Marcelino que foi já no Finsocial em 82, já não foi na Nova Esperança, a rádio estava em funcionamento. E também entrevista de personalidades, na época entrevista com Dom Fernando, ele veio pra constatar e nos visitar porque nos ajudava muito lá na época e o Dom Fernando veio deu entrevista. Índio Artiaga, que na época que era Prefeito de Goiânia, prefeito imposto e várias outras autoridades. E uma das vezes também, que a gente estava no sábado de manhã fazendo esse trabalho de locução, lá a gente reunia alguns cantadores, cantavam versos e prosas e contava piada e aquela coisa toda pra divertir um pouco o povo, aí apareceu dois cantores na época, que hoje aí são considerados os melhores da música brasileira, sertaneja brasileira, que na época o Zezé di Camargo teve aqui e fez uma “palhinha”, na época não era Zezé di Camargo e Luciano, era Zezé e Zazá. Então o Zezé veio e descobriu que tinha essa rádio, rádio essa época era uma coisa interessante, muito interessante, né, então descobriram que tinha essa radinha clandestina e deu uma palhinha. Mas dentre estes outros fatos, o que a gente transmitia o dia todo, e até 2 horas da manhã, eram acontecimentos mesmo do bairro e da região, como por exemplo, uma vez o morador da Nova Esperança que também era ocupante, ele chegou dizendo que o botijão de gás havia sido roubado e nós anunciamos na rádio que o botijão havia sido roubado, que alguém tinha roubado que era pra anunciar na rádio pra ver se alguém tinha encontrado o botijão de gás dele, que era pra devolver o botijão de gás dele. Achamos melhor na época, fazer como a gente fazia, rodar o chapéu e fazer aquela “vaquinha” tradicional e encontrar e dar um outro botijão pra ele do que anunciar através da rádio. Porque o ladrão na verdade não iria dizer que roubou, “ó, escutei na rádio, roubei”, então achei melhor fazer uma vaquinha e devolver o botijão pra ele. Então são coisas assim, que aconteceu curiosas através dessa invasão e a gente tem experiência até hoje, mas uma das coisas mais importante que teve pra que essa luta concretizasse do Jardim Nova Esperança acontecesse de fato e virasse esse bairro bacana que é hoje, é um dos bairros mais conhecidos em Goiânia, Goiás, é considerado o bairro “nobre” da periferia de Goiânia, principalmente da região Noroeste-Mendanha, foi essa rádio, a rádio foi uma coisa que marcou muito que nos ajudou muito a divulgar o trabalho da comissão, da associação. Depois dessa rádio que nós montamos aqui, vários outros setores, vários outros movimentos, não só pela moradia, mas movimento de todo tipo, passou a copiar essa ideia e também passou a montar transmissores e tal, e fazer rádio clandestina. Naquela época foi um monte de movimento aqui em Goiânia que conseguiu criar essas rádios também virou “febre” na época e até hoje tem por aí. Que

vieram aqui copiaram a nossa e começou a crescer. Eu acredito que não só no bairro Nova Esperança, mas nos outros bairros também, os outros movimentos... o movimento do transporte, de tantos outros... criaram raízes e cresceram tanto através do aprendizado que ficou foi através da rádio e não só da rádio, mas através de toda a organização que nós tivemos aqui, que nós criamos aqui em 79, isso foi até 1986, 87, nessa movimentação intensa pela moradia pelo interesse das pessoas que não tinham realmente moradia. Então, vendo de forma mais clara, porque aquela época a gente estava um pouco mais dentro e hoje a gente tá pouco mais fora, mas a gente acredita assim que se não tivesse acontecido esse movimento pela moradia no Jardim Nova Esperança com aquela ocupação sangrenta, nós não teríamos tido tantos outros bairros, através de ocupação também, e organizou e conseguiu garantir a terra, também não tínhamos essa movimentação tão grande que temos hoje pela moradia através das próprias construtoras desse grupo imobiliário que existe que através inclusive até mesmo do governo estadual, municipal e federal, o interesse tanto pela moradia. Então acho que aquilo criou, nasceu tanto dentro das pessoas, até pra hoje os políticos fazerem propaganda na televisão. Acho que a moradia cresceu muito e hoje as pessoas conseguem ter sua casa por financiamento, aqui, ali, através de um banco com juros mais baixo ou mais caro, mas foi através dessas lutas, principalmente do Nova Esperança, que despertou pro Brasil, pra Goiânia, pra Goiás que a moradia não era brincadeira e continua não sendo brincadeira e que as pessoas passaram a levar a sério a ocupação do Jardim Nova Esperança em 1979.”

A surpresa foi que ao invés de encontrar o eu – esse “eu” da experiência individual – acabei encontrando o “nós”. A vivência na prática comunicativa do Nova Esperança é sempre tratada no pronome “nós” e durante as entrevistas de Joda, Edmar e Maria, dificilmente este nós se fragmentará em “eu”, pelo menos nas atividades que os três realizaram especificamente no Nova Esperança. A memória da comunicação do Nova Esperança é vivida enquanto autoria coletiva e dificilmente se desassocia em individualidades.

A multiplicação das rádios, ou a “febre” das rádios, foi colocada por Joda pela ocorrência da “cópia” do modelo do Nova Esperança, mais uma vez reforçando o aspecto dado por ele de originalidade do seu movimento. Sobre este momento não houve registros fotográficos ou fonográficos por parte das pessoas próximas aos participantes do movimento devido a possibilidade de qualquer fotografia ou áudio denunciar as pessoas que participavam da rádio.

O processo de proliferação das rádios ocorre em uma expansão no contexto de clandestinidade. Então pergunto a Joda o que motiva essas práticas mediante a ilegalidade de levar adiante esse processo, revivendo também para o cenário de rádios “legais” existentes e a imprensa que atuava na época.

Luiz Eduardo – Quando você fala que outros movimentos fizeram a utilização da rádio, como você explica essa vontade dos movimentos de fazerem rádio, mediante a imprensa e rádios goianas?

Joda – Não só na época, como também hoje é a mesma coisa. A rádio tanto AM, quanto FM e a governamental elas só trabalham em função de arrecadação. Elas têm que arrecadar, elas tem que ter sua merchandising, tem que ter sua propaganda, se ela não tiver não sobrevive e nem paga seu quadro de funcionários. E arrecadam muito porque cobram muito para uma inserção comercial. Até hoje é desse jeito, agora, na época era pior; além de tudo ter poucas emissoras de rádio tanto AM, como FM, tinha poucas emissoras de televisão e interessados em relação a esse tipo de fato. Na época ninguém interessava em fazer isso, porque relatar o nosso lado, eles tinham um compromisso com a elite goianiense e têm até hoje. Essa rádio surgiu de uma necessidade da gente passar realmente a mensagem que a gente queria passar para as pessoas que nos ouviam. Quando as emissoras tradicionais descobriram isso e começou a perceber que esse meio estava crescendo demais e poderia prejudicá-los, porque esse tipo de rádio comunitário, mesmo o que tem até hoje liberada por aí, não permite fazer comercial e cobrar o comercial. Então a gente fazia um comercial gratuito para um determinado tipo de comércio da região, mas isso era gratuito, porque a gente não cobrava isso. Então se essa moda pegasse; as emissoras de rádio que existem hoje, os meios de comunicação que existe hoje, normalmente eles deixariam de ganhar o que eles ganham hoje. Se o governo federal liberasse isso hoje, de forma ampla eles deixariam de ganhar mais, então o que foi preciso, foi mais fácil boicotar essas rádios, foi mais fácil seus representantes: vereadores, deputado federal, senadores boicotar isso lá no Federal para que isso não crescesse para não atrapalhar inclusive o interesse dos grupos de comunicação que existem principalmente aqui em Goiás, que a gente sabe quais são. Então o que acontece? essas rádios viraram realmente um meio das pessoas divulgarem o seu movimento, o seu acontecimento do dia a dia para a igreja católica, seja lá o movimento estudantil, seja lá na invasão em qualquer lugar começou a incomodar as pessoas. Então, quando os pequenos começam a incomodar os grandes. Os grandes têm mais força e mais poder então eles pisam na cabeça dos mais pequenos. Era assim naquela época e é assim também hoje. Hoje de uma forma mais democrática, porque hoje vai diretamente à justiça e aí tal. Naquela época não, eles vinham, quebravam e batiam, levavam preso e então acabou. Hoje já é um pouco diferente com relação a isso. Mas eu acho assim, que esse movimento que é da comunicação, seja ele da rádio, do jornal, da televisão comunitária, através dessa rádio comunitária que existe ainda em muitos lugares hoje no país, em alguns lugares um pouco mais, outros lugares um pouco menos. Então eu acredito que essa ainda é a saída para que as pessoas possam fazer ouvir as nossas autoridades, fazer elas ouvirem seus problemas. Eu acho que através dessas rádios desse tipo de

comunicação é que faz com que essas pessoas possam gritar e passar para o poder público, passar para as pessoas que deixa a desejar, inclusive nas classes mais humildes é fazer levar essa ideia. Se essas pessoas que fingem não nos ouvir hoje, através dessas rádios foi que nós conseguimos começar a passar essa mensagem de onde nós criamos inclusive uma preocupação muito grande, eles perceberam que nós não éramos meros invasores. Além de ocupadores de terra e ajudar as pessoas a conseguir sua moradia, nós também tinha um pouquinho de inteligência. Então eles começaram a ficar com medo disso e começaram a boicotar esse tipo de movimento de comunicação, ao ponto de que hoje tem aparelhos que se você montar uma aqui hoje é com o tempo de 1 hora ou 1 hora e pouco eles já ficam sabendo se você está funcionando uma rádio aqui ou não. Começaram a culpar que avião estava caindo, que estava interferindo na questão de comunicação aérea, mas no fundo não era isso. No fundo eram os grandes empresários da comunicação de Goiás e do Brasil é que começou a ficar incomodado com esse tipo de coisa, porque se isso cresce, passaria as pessoas a cobrar para fazer esse tipo de trabalho e aí iria tirar o rendimento deles. Então, essa forma de pressão, de boicotar, esse tipo de coisa das pessoas que inclusive necessitam desse tipo de comunicação e aí é nós da vila, do bairro, faz com que a gente fique um pouco mais calado de forma que naquela época era muito grande o número de pessoas que precisavam desse tipo de comunicação, mas que necessitavam também da moradia. Hoje você teria que criar outro tipo de mecanismo pra poder você utilizar desse tipo de comunicação. Volto a afirmar, a rádio foi o nosso carro-chefe para que pelo menos 50 a 60% da nossa movimentação para que garantisse a moradia, para que garantisse o lugar para as pessoas morarem, a rádio foi o grande “puxador” de tudo isso. Por que foi através da rádio que nós conseguimos que as pessoas nos ouvissem diretamente. Não só as pessoas que interessavam no processo, mas pessoas que não interessavam que esse tipo de movimento continuasse, crescesse.

O momento no qual Joda descreve, sinto que não havia, como atualmente ainda não há, uma compreensão mais ampla do Estado Brasileiro, em todas suas esferas sobre o direito, a comunicação, por mais ingênuo que esse clamor cidadão possa parecer. A negociação que foi se dando perante a luta da terra está bem mais adiante do que a “reforma agrária do ar”, visto que o Estado não se amadureceu para uma leitura mais cidadã do direito a informar e ser informado. O controle simbólico (BOURDIEU, 1998) é ainda o epicentro da proliferação dessas rádios, consideradas clandestinas.

A rádio do Nova Esperança foi um “carro-chefe” na comunicação da luta pela moradia. A força de abrangência e da linguagem radiofônica permitem o acesso de pessoas da área de cobertura, ou seja, além do Nova Esperança, para receberem informações sobre a ocupação. A rádio, segundo o relato de Joda, permite a criação de uma ponte na qual se trava a batalha simbólica

dos invasores marginais X ocupantes cidadãos.

O “clamor das pessoas” não consegue ser “gritado” pela mediação dos profissionais jornalistas e meios de comunicação legalizados e comerciais. Por mais que algumas rádios se fizeram cúmplices do movimento ou tiveram posicionamento favorável ao mesmo, destaque nas entrevistas a presença da Rádio Difusora e da Rádio Universitária. A força desse grito está no peso da experiência de quem está falando. Peço a atenção para o aspecto levantado por Joda, no qual a força da mensagem está na experiência e no espaço social de onde esse emissor fala. São diretrizes pelas quais Joda analisa o cenário da comunicação dos movimentos sociais goianienses e brasileiros e principalmente a radiofusão por eles exercida naquela época em contexto de clandestinidade.

A sustentabilidade dos projetos de comunicação popular, em especial a radiofusão, é ainda hoje um dos grandes debates nas concessões de rádios comunitárias e a manutenção das mesmas. Um início de colaboração é apresentado por Joda quando a rádio realiza anúncios para o comércio da região. Nessa etapa, essa troca tem seu caráter simbólico além de uma parte material que possa ter existido - em pequenas quantias de capital ou em gêneros -, a afirmação da rádio se fortalece no apoio dado pelo comércio local para o movimento, para a Associação de Moradores do Nova Esperança.

Pedi que Joda explicasse mais detalhadamente como era a rotina da produção na rádio, ainda mais em um contexto de sustentabilidade pessoal-financeira e nos afazeres diários do grupo.

Luiz Eduardo - Você poderia falar sobre a rotina de produção na rádio? A forma de sustento que vocês tinham para se manterem nesse período. Como foi?

Joda – A gente não preocupava muito na época, porque a maioria das pessoas eram solteiras, não tinha despesas como temos hoje. O que a gente preocupava mesmo era a questão da comida. Porque sem comer não tinha como trabalhar, né. A comida acabou que vinha através de doações, através de entidades filantrópicas, de movimentos religiosos. Acabou que a comida vinha. Nós tínhamos um processo no qual arrecadava, tinha uma equipe que ia em diversos lotes e arrecadava aquele tipo de alimentação. E vinha para as pessoas da comissão e também para aquelas que não tinha como largar sua barraca, seu canto ali para trabalhar. Muitas das vezes a gente trabalhava dois ou três dias e ficava o resto do dia. Quando um saía para fazer um tipo de trabalho ficava outra equipe respondendo por você naquela ocasião. Então, a gente não trabalhava oito horas por dia, mas também não ficava sem trabalhar fora e na medida em que a gente estava desenvolvendo uma atividade para sobreviver, tinha um outro tipo de pessoas, por exemplo, professores da região como o finado Valdir Black, Edmar e outras pessoas que tinha aquele período que ocupava aquele espaço enquanto a gente trabalhava. Tinha uma equipe de pedreiro, de pintor

que ficava pegando umas empreitazinhas, mas que não deixava o movimento sem fazer. Nem na rádio e nem na participação no setor em fazer o que realmente precisava fazer que era abertura das ruas, demarcação dos lotes aquela coisa toda que era de cedo até a noite. A gente trabalhava, mas não tinha uma “rotina de trabalho”, assim, pra fazer, a gente trabalhava, se mantinha através de doações mesmo. Isso aconteceu por volta de dois anos, mais ou menos dessa forma e depois não; quando a coisa encaminhou um pouco mais aí é claro que cada um arrumou seu emprego, suas coisinhas, participando do mesmo jeito que a gente participa até hoje, mas tendo mais uma responsabilidade com um emprego mais efetivo.”

Decidi relacionar essa sustentabilidade financeira à dinâmica e rotina de produção e ao planejamento da programação na rádio.

Luiz Eduardo – Como vocês organizavam a dinâmica da grade de programação? Como vocês cumpriam ela?

Joda – Acontecia que no período noturno, quando a gente cumpria todas essas tarefas da parte da organização da moradia, das reuniões com os moradores e aqueles problemas que você tem 24 horas quando se assume uma responsabilidade dessas. A noite a gente fazia um *script*, uma forma de programação: quem cuidava daquilo, disso e daquilo outro. Então começava das 6 da manhã, com música sertanejo raiz, lembro que tinham pessoas que faziam isso, então tinha música raiz pela manhã, intercalada com notícias do dia, da hora, que nós tínhamos informação e nós tinha jornais da época, alguns jornais da época e que tem um até que fechou - o governo até fechou uma época aí – e nós comprava esses jornais e lia aquelas notícias do dia e da hora e também intercalava isso com entrevista com pessoas que vinham. Pessoas que vinham de outros setores de Goiânia pra nos dar apoio, então a gente fazia essa marcação com essas pessoas, elas vinham pra rádio e ficavam à nossa disposição. Ali a gente fazia almoço, fazia ali aquele almoço comunitário ali e essas pessoas vinham nos trazer notícias de outros setores de outra movimentação, das pessoas que estavam sofrendo a mesma coisa que nós estávamos sofrendo do mesmo jeito e pegar experiência também de que forma eles iam montar essa ideia nos setores deles. E setores que ainda não eram nem invasão não. Então o que a gente fazia; de manhã a gente começava com um programa sertanejo, isso durava 1 ou 2 horas, e aí a gente intercalava com entrevista com pessoas no local pra contar as histórias locais: Associação, moradores. Contar coisas que aconteciam durante o dia e durante as 24 horas passada. Depois a gente trazia pessoas de fora, muitos estudantes na época, jornalismo, da Universidade Católica, Universidade Federal, vinha pra poder fazer entrevista. Pra

pegar essa experiência também. O Nilton José⁴ sabe disso. Então quer dizer: dava 6 horas da tarde, não dava nem pra cumprir a grade inteira, isso tinha tanta informação, tanta coisa para contar que 6 horas você não tinha terminado ainda. Não tinha tempo, um almoçava, voltava de novo, outro almoçava e voltava na parte da tarde, um ia na hora noturna, outro meia noite e fazendo aquela vigília que precisava fazer, porque quando acontecia alguma coisa a gente transmitia dali, na hora. A rádio atingia um raio mais ou menos de 8 km aqui nessa região. Então foi um período muito interessante em relação a gente ter passado informação pras pessoas e ter feito deste movimento não só local, mas um movimento também fora da Nova Esperança. Por fim, com essa programação que levava o dia todo, porque a gente cumpria o dia todo, tinha todo um movimento para se contar, tinha música, tinha piada, histórias, historinhas que as pessoas contavam e relatos do dia a dia que eram tragédias, morte e tal. Nós narramos tudo isso aí, no período de três anos isso aí.”

Bom, no caso da sustentabilidade financeira há muito o que falar, mas pelo menos de minha parte, peço atenção em relação aos diversos fatores que estão presentes nas rotinas de produção dessas pessoas envolvidas na rádio do Nova Esperança. Joda e os demais participantes, não são denominados por cargos de produção (locutor, produtor, repórter, editor, técnico), mas são reconhecidos no grupo pela contribuição que cada um deu à produção da rádio, abrindo a participação a diversas pessoas mesmo fora do grupo mais engajado na radiofusão.

A dinâmica de sua programação em relação ao horário era por escalas espontâneas e mais dois elementos; as atividades da Associação - ajudar na reconstrução de barracos que estão nas ruas - e nas atividades de sustento financeiro, o famoso “ganha-pão”. Esse ganha-pão inicia no período crítico de ocupação pela assistência dos donativos e em uma etapa posterior às “empreitazinhas” e depois se buscam os trabalhos e empregos mais “efetivos”. A progressão foi feita ao ritmo das etapas históricas vividas pela ocupação e pelas conquistas na luta pela legitimidade do acesso à moradia.

Luiz Eduardo – Em relação aos meios de comunicação, da imprensa que os apoiaram. Entre estes você cita Rádio Difusora e Rádio Universitária. Como você avalia a cobertura deles?

Joda – “Na época foi muito importante assim como é hoje também. Embora acho que são pouco usados esses meios que você citou aí que é a Difusora e a Universitária aí por esse tipo de movimento. Acho que tem muita programação, às vezes até desnecessária, que poderia ser usado

⁴ Nilton José dos Reis Rocha é docente na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nilton José é um dos idealizadores do projeto de extensão e cultura Magnífica Mundi que deu origem a diversos projetos de pesquisa e de extensão na área da Comunicação Popular, mais especificamente focalizada nos Movimentos Sociais.

melhor. Mas que na época foi muito importante, porque eram muito importantes, porque eram duas emissoras, por exemplo, que eram voltadas para defender o interesse das pessoas mais humildes. E se na época a ocupação ou invasão não tivesse tido essa cobertura, nesses dois meios de comunicação, nós teríamos penado muito mais do que penamos. Porque as outras emissoras não nos dava espaço, televisão nem pensar. Não queria nem saber desse tipo de coisa. Então essas duas rádios, inclusive tem locutores e programadores famosos em Goiânia que vieram fazer cobertura na Nova Esperança, assim como você está vindo hoje fazer essa entrevista, na época vinham os estudantes de jornalismo fazer a cobertura e ao mesmo tempo trabalhar no campo e trazer essa experiência para transformar em um jornalista, é o caso do Altair Tavares, caso do Cipriano, é o caso do Laerte, Melquisedeque e tantos outros aí da Rádio Difusora que vieram inclusive pegar base aqui na base, na Nova Esperança, e que vieram pegar base aqui na luta do Nova Esperança, pra eles inclusive ter uma consciência importante pra se transformar em um profissional lá da base. E é o que transformou hoje. Então eu penso que a Rádio Universitária e a Rádio Difusora tiveram um papel muito importante nessa luta pela moradia. Não só no Nova Esperança, mas de outros setores, de outras invasões, porque eles também estavam lá fazendo essa cobertura. Essas emissoras cobriam isso de forma honesta, de forma bacana em favor das pessoas realmente que precisavam ser ouvidas. Os únicos dois microfones que a gente tinha pra falar e pra denunciar e chamar a atenção da sociedade era realmente esses dois microfones, era da Rádio Universitária e da Rádio Difusora. Sem deixar de relatar aqui também a participação da Universidade Católica e da Universidade Federal que em todos os momentos que a gente precisava rodar qualquer tipo de material, qualquer tipo de documento, qualquer tipo de jornal, inclusive esse tipo de jornalzinho que eu acabei de citar agora há pouco foram rodados através dessas entidades. Foram as entidades que mais nos ajudaram na época no sentido de nos dar apoio e assim que acontecia alguma coisa a gente já entrava em contato com essas pessoas e as pessoas vinham imediatamente vir aqui entrar na televisão de uma forma ou de outra. Mesmo que tinha sido cortado alguma coisa, ajudava a colocar toda informação da região do Nova Esperança. Essas duas, a gente não pode deixar de citar, todas as entrevistas que eu faço e os companheiros e companheiras minhas não podemos deixar de falar nessas duas entidades. Porque foram importantes na garantia das pessoas no Jardim Nova Esperança dessa época.”

Luiz Eduardo – Como você vê o processo de aprendizado dos alunos de jornalismo que vieram aqui para viver a experiência? Que contribuições vocês deram?

Joda – “Tudo aquilo que você procura aprender já é uma grande vantagem, você desprende de muita coisa na vida e vai tentar aprender isso com outras pessoas, eu acho que isso já

é uma grande vantagem, por si só já é um grande aprendizado. Os estudantes que aqui vieram; estudantes de jornalismo, estudantes de enfermagem e de tantas outras áreas que vieram aqui pegar base, aqui na Nova Esperança e vem até hoje, eu acredito que tudo isso é positivo, tudo é positivo. Não só para aquelas pessoas que seguiram carreira, para aqueles que ficaram famosos, para o jornalista que ficou famoso, para as pessoas que até ganharam, lucraram com isso. A gente não sabe, mas a gente sabe que as pessoas tiram proveito disso de má fé e aconteceu isso aqui também, vinham pessoas e até ocupar o tempo da gente na época e que acabou que agiu de má fé, então tem gente de todo tipo. Mas no caso das pessoas que vieram naquela época e que fez a cobertura, o que eles aprenderam aqui no Jardim Nova Esperança através dessa experiência, eles vinham e ficavam o dia todo e às vezes até o pedaço da noite com a mochilinha nas costas. Mal tinham o dinheiro do ônibus pra andar, porque a gente sabia do sacrifício, da pendenga de cada um. Vieram, fizeram um trabalho bonito, levaram toda essa informação do jeito deles. Tanto é que tinha os profissionais formados nas emissoras, mas elas não mandavam eles não e que às vezes ficavam com um pouco de medo. Então mandava os novatos que eles vão lá e colhem os negócios para eles, os novatos levavam os detalhes para os profissionais e eles faziam toda a informação. Mas tem que ser dessa forma mesmo; alguém que vai lá, colhe a informação e leva pro outro falar lá. Mas acho que todo mundo saiu ganhando com isso. Foi importante para todo mundo. Foi importante pra nós que tinha esse meio, esse elo entre a Difusora, Universitária e Nova Esperança. Mas também é importante para os alunos novos que ainda querem aprender hoje, para os alunos que querem viver essa experiência, que estão estudando jornalismo, que estão interessados em seguir carreira nessa área. Porque se não fosse através das informações desses novos jornalistas que vieram naquela época, nós não tínhamos uma história escrita, não tinha uma história pra contar, não tinha uma história falada, não tinham pessoas para narrar esse tipo de histórias. Então através deles nós conseguimos inserir todo o processo da Nova Esperança nos meios de comunicação e fazer o Brasil ficar sabendo do Nova Esperança. Então acho que essas experiências que a pessoa vai lá no campo, lá na origem e faz o trabalho e que tem realmente essa característica, pois nem o mais famoso e profissional e o mais humilde jornalista não esquece a experiência que foi aquela. Por isso que eu acho importante quando o pessoal nos procura, porque faz a gente contribuir de uma forma ou de outra e sempre estamos aqui disposto a contribuir. Há 30 anos estamos fazendo isso, o bairro Nova Esperança é considerado, hoje, um bairro nobre, desse porte, com pessoas bem-sucedidas financeiramente e até hoje nós estamos dando a nossa contribuição; não só para aqueles que estão começando, mas também para as pessoas que são profissionais e nos procuram. Isso para saber o que foi que aconteceu, de que forma aconteceu a luta da Nova Esperança. Eu acho muito importante a vinda de todos vocês aqui na Nova Esperança, em outros bairros e outros lugares para pegar essa base e transformar não só em um jornalista de rádio famosa, emissoras famosas, mas também se

transformar em um ser humano mais importante do que já é, porque é através dessas narrações é que mexe com a vida das pessoas, mexe com a mente desses jovens jornalistas que através dessa experiência vocês podem levar isso e fazer suas matérias, não só com a caneta, mas com o coração também.”

A ocupação do Nova Esperança passa a formar novos jornalistas. De repente a Academia não é o único espaço a formar profissionais. Joda afirma que as práticas de comunicação e toda a vivência do Nova Esperança proporcionam a formação para um jornalista. Este levará consigo as experiências que o campo proporcionou. A extensão passa a ser, na verdade, um diálogo entre a academia e a comunidade humana, principalmente em um contexto intenso dos movimentos sociais.

A relação extensão ou diálogo é desenvolvido por Paulo Freire (1983) na obra “Comunicação ou Extensão?”, na qual o educador descreve uma experiência de formação em um contexto da agronomia e passa a discutir se esta extensão não pode ceder lugar a um processo de comunicação. Processo esse no qual se trocam bens simbólicos e materiais, e principalmente conhecimento, mas fugindo de uma relação na qual somente se retira ou presta um mero serviço externo.

Neste processo sugerido por Paulo Freire (1983), quando se retira um conhecimento do campo, também se devolve, retribui. Da mesma forma com que se partilha conhecimento com a comunidade humana também, se aprende. A academia, dessa forma, consegue se aproximar mais da sociedade e com isso também encontrar o seu papel social. A torre de marfim cai e se torna uma grande pinguela onde os pensadores da academia dialogam com a comunidade humana, com o saber popular, esta fonte original de grande parte da produção do conhecimento legitimamente científico.

Busquei algo diferente ao trilhar o caminho da individualidade, quis abordar então a habilidade de Joda com a rádio em um processo de identificação com o fazer rádio.

Luiz Eduardo – Como se deu a sua escolha e vivência no rádio?

Joda – “Na verdade a gente tinha que sair na rua com o megafone, na época era o megafone, na época já tinha muita gente e não dava pra convidar um a um, pessoa por pessoa, a gente saía a pé aqui no setor do Nova Esperança ou outro setor ou outras invasões que tinha, ou no centro quando a gente ia fazer determinada movimentação em alguma manifestação. A gente usava um megafone, então é que os caras falavam: “olha vai lá e faz esse anúncio que é isso, a reunião é tal hora, convida todo mundo, tal”, uma coisa até pincelada assim. Então a gente ia, minha voz era

melhor que a do Robinho, toda vida foi, a do Robinho era mais fanhosa, mais ruim, então eles colocavam sempre a gente pra fazer. Com aquilo ali a gente foi aprendendo a lidar com aquela coisa, conversar em público, como a gente fazia esses convites. De lá do megafone; nós viemos para o auto falante, dois auto falantes que a gente colocou na rádio local que iniciou aqui na rua da feira, através de ficar anunciando em alguns comércios e como os microfones daqui são pequenininhos, dali nós passamos para essa rádio comunitária, essa que a gente começou a citar há pouquinho que atingia a região em torno de 12 km e depois em 92/93 quase que foi pro ar profissional mesmo, quem fez a locução da campanha do Darcy Accorsi que foi a campanha vitoriosa, a terceira campanha do Darcy para a Prefeitura de Goiânia, a locução fui eu que fiz. Aí depois entrou Umberto Aydar que nos ajudou já mais no segundo turno, mas quem fez a locução foi a gente. Então tivemos uma experiência na Rádio Universitária com outros companheiros de outras regiões fazendo programas de apresentação de música sertaneja e tivemos por quatro meses também um programa na rádio todos os sábados chamado “Jornal de Goiás”, 820 Jornal de Goiás. Nós tivemos uma larga experiência em locução de rádio, mas tudo começou com um megafone convidando os moradores aqui da região para as reuniões todos os dias, 3, 4, 5 por dia.”

A identificação de Joda com a locução de rádio nasce de uma demanda do grupo: anunciar pelos megafones as reuniões, assembleias e mobilizações. Posteriormente passa a realizar as locuções em estruturas radiofônicas - primeiro rádio-poste e depois rádio analógica. A gênese dessas identificações com cada habilidade - locução, redação, desenho - vão nascendo a partir das necessidades do grupo, como se o desenvolvimento de cada atividade nascesse de um impulso da comunidade e não estritamente de demandas de mercado.

O autodidatismo se apresenta como uma capacidade de formação emancipadora, onde não é amarrada a cursos e instrutores, professores, mas sim como um aprendizado somatório de busca espontânea do indivíduo pelo conhecimento. Os aprendizados técnicos, oficinas e teóricos com a prática se fortalecem culminando em objetivos alcançados, inclusive bem pontuais e concretos como no caso em que Joda traz como ganho e conquista a locução na campanha “vitoriosa” de Darcy Accorsi.

Já que estamos falando de campanhas, vamos discutir a presença das forças políticas no Nova Esperança.

Luiz Eduardo – Como você avalia a relação do Nova Esperança com as forças políticas da época?

Joda – “Eu avalio de forma ruim, porque os políticos da época que comandavam

Goiânia, que comandavam o Estado, Goiás, como deputados, eram políticos, governadores e prefeitos colocados, posto, nomeado. Não eram eleitos através do voto direto das pessoas, então não tinha eleição. Não havia participação das pessoas de jeito nenhum, o Índio Artiaga que era prefeito na época foi colocado e o Ary Valadão também não foi votado, foi nomeado na época. Dessa forma que não era eleita pelo voto popular, a ditadura era muito maior, a pressão era muito maior. A imagem que os políticos daquela época tinham de ocupação, invasão era completamente distorcida, diferente de hoje é claro, hoje a compreensão é outra, mas também, porque através desse tipo de movimento, através dessa pressão que nós fizemos contra esses políticos que conseguimos, inclusive, tirar algumas pessoas do cargo na época. Secretário de habitação saiu e outras pessoas saíram, foi pressão que foi feita para adquirir o Finsocial que não era onde é hoje, era um terreno em frente ao Friboi na época, foi feita uma pressão no Ary Valadão para que ele cedesse aquele terreno lá, cedesse aquele terreno para as pessoas morarem e serem colocadas onde o Finsocial é hoje. O Nova Esperança da mesma forma, a pressão que foi feita pelos moradores. Porque apareceu dono de todo tipo, filho de dono que tinha morrido, viúva, tudo era dono desse terreno aqui. Então os políticos da época vinham e diziam, o Ary Valadão e toda essa turma aqui. Eles vinham e diziam que o terreno era deles, para retirar não tinha diálogo, não tinha conversa. Era polícia, era pancadaria, era espancamento. Eles achavam que era dessa forma que eles iriam sair e erraram, porque o povo resistiu e também bateu que foi mais ou menos igual. Os políticos daquela época, além de não ter compromisso nenhum com a população, não tinha compromisso nenhum com o eleitor, nem importava com esse negócio de moradia; moradia pra eles era coisa de outro mundo. Não importavam com transporte, não importavam com saúde, não importavam com nada. Depois que passou a ser o voto direto, a eleição pelo voto popular é que as pessoas passaram a preocupar com isso, mas também já percebeu que as pessoas não estavam tão bobas assim, da mesma forma que não percebeu que nós não era bobo lá em 79. Os políticos daquela época só resolviam as coisas, e achavam que resolviam, só no chicote e na pancada e nós mostrando para eles que no chicote e na pancada não resolveria. Foi de onde eles passaram a perceber que a coisa estava mudando, que o povo estava botando a boca no trombone, que o povo estava começando a brigar, que o povo estava começando a brigar pelos seus interesses, não só brigava por moradia, mas também começou a brigar por transporte, por saúde, por construção de posto de saúde, depois começou a brigar por asfalto, começou a brigar por um monte de coisa. Hoje estão brigando por tanta coisa de novo, quando tem um buraco em um asfalto já tem um milhão de pessoas lá não sei aonde. O ônibus quebra, já tem nego fazendo movimentação para que venha outro ônibus no setor. Então quer dizer, depois disso as coisas mudaram aqui em Goiânia e mudou no Brasil inteiro.”

Luiz Eduardo – E como você avalia atualmente a apropriação do aspecto da moradia

pelos políticos?

Joda – Hoje mudou um pouco, o governo percebe quando as coisas estão mudando, as grandes empresas, as grandes construtoras percebem quando a coisa está mudando. As construtoras, por exemplo, elas são igual camaleão; quando eles percebem que a coisa está mudando eles vão lá na frente, eles cercam e começam a fazer a coisa diferente. Se era de 300 metros, elas já estão fazendo de 150, para facilitar inclusive a compra do lote, para as pessoas que têm um poder aquisitivo menor. Antes só se trabalhava no Centro da cidade, hoje não é só no centro, é na periferia da cidade para atender inclusive as pessoas de classe B, C e D. As grandes construtoras hoje que só trabalhavam com classe A, hoje trabalha com B, C e com D, entendeu? Loteamento por todo lado e aprovado, inclusive, pelo governo, pelos governantes. Agora, movimentos pela moradia surgiram outras movimentações, por exemplo, por empréstimos, pelo governo federal, empréstimos através de tantos outros bancos facilitando inclusive o pagamento desses empréstimos, embora eu acho o juro ainda muito caro, muito alto. Mas eles descobriram que se não tivesse dessa forma de moradia e esse meio para atender – não só os ricos com apartamentos, condomínios fechados e não sei que -, começaram a ter lotes populares dessa forma que é considerada até mais barata; 20 anos para pagar, 15 anos para pagar e não sei o que, foi a forma que eles encontraram de inibir um pouco as ocupações, porque se eles não fazem isso e sofrem a pressão para fazer isso, não tem essa dinâmica, te garanto que até hoje teriam invasões. Quer dizer não acontecem mais em nenhum lugar de Goiânia e em nenhum outro lugar. Não há notícias disso. Mas porque os políticos despertaram, colocaram na cabeça que a questão da moradia no Brasil é uma coisa séria. As pessoas quando estão sem moradia elas brigam, vão lá, discutem, elas dão o nome, fazem inscrição, elas querem participar da moradia. Acho que hoje, pelo menos de uns 8 anos pra cá, tem melhorado muito essa questão das pessoas hoje terem sua própria moradia – até porque o poder aquisitivo dessas pessoas melhorou muito, com esse novo governo que é o Lula – então eu acho que, as pessoas hoje estão mais abertas para fazer essa compra, para pagar esse lote, para fazer esse negócio do empréstimo, porque hoje elas têm condições, porque melhorou a vida das pessoas. Então a partir do momento que melhora a vida das pessoas e tira do sufoco, elas deixam também de pressionar, elas pressionam menos. O governante vai andando mais pelo menos um pouco, mas ainda falta muito, mas já fez muita coisa, anda pelo menos um pouco na linha. Acho que a questão da moradia de uns 8 anos para cá melhorou muito, mas se não fosse por pressão de movimentos pela moradia, como o Nova Esperança, a questão da moradia não estaria como está hoje.

A presença das forças políticas é apresentado por Joda através da perspectiva do acesso à terra e a moradia. Não se olha para a esquerda ou para a direita, mas percebe como o Estado e a

elite em poder econômico manobram a possibilidade de acesso à moradia como política pública. Joda acentua constantemente que o movimento de luta pela moradia foi a força motriz para o alcance e a relevância do acesso à moradia.

A moradia teria que alcançar pelo menos como preocupação eleitoreira por parte da classe política, já que não amadureceram para a complexidade, urgência e gravidade da falta do acesso à moradia na melhoria de vida da população e na transformação social. A presença do pressionamento do governo por parte dos cidadãos, acentuado pelos movimentos sociais, são prospectados como demanda para o mercado imobiliário e das construtoras que passam a oferecer lotes e casas para as “classes a, b, c e d”.

O processo de urbanização passa a ser discussão também por parte da população. A “re-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2002) a um projeto de “cidade planejada” onde se constrói uma cidade funcional ao centro e à elite. Ela passa a sofrer intervenções daqueles que de fato colocam as “mãos na massa” na construção civil e dão subsídio em mão de obra e energias para a concretização do sonho da capital de Goiás.

A invasão passa a ser política pública exigida quando não exercida pelo Estado, ou quando se prende a “miopias” como as de financiamentos altamente burocráticos e dificultadores ao acesso como o Banco Nacional de Habitação (BNH) no período descrito por Joda e mais amplamente discutido por Edmar e Maria e Jesus.

A próxima discussão a ser feita é a relação com a terra-propriedade no âmbito da especulação e no do acesso à moradia.

Luiz Eduardo – Qual a diferença que você vê entre a relação de utilizar a terra como alvo de especulação e a terra como um lugar para moradia?

Joda – Especuladores em Goiânia, especulador hoje não tem só entre nós, na periferia, nos bairros mais carentes, mas os maiores especuladores são os ricos. Goiânia hoje possui mais de 100 mil lotes baldios que só servem para juntar lixo e criar bichos, insetos, e essas coisa toda. Mas não tem política que possa obrigar essas pessoas a não terem este tipo de comportamento, o que tem é uma multazinha que vai para o IPTU/ITU, mas que não tem uma obrigatoriedade para que essas pessoas disponham para que faça com que este lote vire utilitário. Porque na Constituição inclusive diz que; a terra é pra servir e na verdade ela fica aí ociosa e não contribui com o crescimento da cidade e não contribui para que o índice dos sem moradia seja um pouco mais baixo. Mas também aqui na região, na periferia de Goiânia, os especuladores que são os “micro-especuladores” também tem muito. Tem pessoas que têm dois terrenos, quatro terrenos, cinco terrenos, mas que deixa ele lá 5, 6, 7 anos com essas pessoas e que não constroem nada, nem uma cerca no seu estabelecimento.

Quer dizer, tá lá pra explorar também, aprendeu com os grandes a forma de explorar. Aqui mesmo na periferia. É claro que na Nova Esperança não tem isso, nos setores populosos não tem isso, mas aqui por exemplo tem, em outros setores tem, muitos terrenos baldios ainda, as pessoas esperando valorizar para poder ter um ganho maior com relação a isso, enquanto isso as pessoas continuam pagando aluguel, e pagando caro. Enquanto isso, se essas pessoas tivessem a consciência de vender para outras pessoas para que elas possam construir de forma mais barata, ou elas (proprietários) mesmas construir, porque hoje tem meios de construir com o financiamento da Caixa e de outros bancos, de construir e vender para as pessoas que necessitam. Eu digo uma coisa para você: nunca fui a favor das grandes imobiliárias que utilizam desse meio e também sou contra as pessoas daqui do meu conhecimento, as pessoas consideradas pequenos empresários da região, os pequenos proprietários de lotes na região utilizar desse meio para poder tirar vantagem disso. Eu acho que tem meios de tirar dinheiro, inclusive desse próprio terreno, muito melhor do que se esperar 3, 4, 5, 10 anos para essa pessoa achar que está ganhando dinheiro em relação a isso. Então por parte é uma enganação, porque não se valoriza “tanto” assim, já foi feito análise, pesquisa, que não valoriza tanto assim, aqui na periferia, como que valoriza lá no centro da cidade. Eles pensam que valoriza, mas não valoriza, porque só o ITU é o dobro do IPTU. Se o cara construir lá um barraco de dois cômodos ou três cômodos; aquilo já deixa de ser ITU e passa a ser IPTU com o valor caindo pela metade no pagamento para a prefeitura. Quer dizer; estão deixando de ganhar dinheiro.

A especulação é tratada por Joda de forma incisiva na qual essa relação capitalista fundamentada em bens especulativos se tornam buracos, ocos e barreiras para um processo de urbanização mais justo com aqueles que precisam. Inclusive sendo não somente um entrave ao acesso à moradia, mas também se torna uma barreira à funcionalidade dos espaços urbanos, menos dinâmicos e menos produtivos. Um processo mais presencial e dinâmico é barrado por lotes baldios que esperam décadas para serem vendidos e/ou utilizados.

Ele aponta um hábito social que era antes mais próprio das elites se arraigar nas classes populares, principalmente a partir do que se denomina classe média baixa. O hábito de especular lotes passa a ser realizado pelos “micro-especuladores” que compram lotes em regiões de periferia e esperam o mesmo feito realizado nas regiões centrais pelas elites.

O velho e ainda atual costume das elites não é de fato a melhor forma de se obter lucro em bens imobiliários. Casas e edificações construídas e servindo mais às pessoas são muito mais lucrativas, como Joda bem define sustentado por pesquisas e dados apurados. Fui caminhando para o fim da entrevista, pois sentia que voltávamos a pontos que Joda já passava a reconfirmar e repetir. Era momento de se despedir, por enquanto, pedindo a Joda para descrever o que representava o Nova Esperança para ele. Onde depois poupo de minhas palavras.

Luiz Eduardo – O que lembra para você o nome Nova Esperança? Dentro de tudo o que você viveu, da memória coletiva e do que ficou dessa experiência, o que esse nome representa?

Joda – Esse foi um nome escolhido na época por uma assembleia que foi feita, foram levados vários nomes. Tinha nomes interessantes, nomes de santos, de pessoas, pessoas que tinham falecido inclusive aqui no local, pra se colocar esse nome. Mas o que na assembleia foi escolhido e venceu por voto, por unanimidade, foi o nome Nova Esperança. Porque essa “Nova Esperança” não significava só o nome do setor para as pessoas que moravam aqui na época, não era só um bairro que iria ser habitado por muitas pessoas, mas é porque quando eles falavam Nova Esperança era porque ali estava surgindo uma nova esperança. Esperança não só de moradia, mas esperança de perspectiva de vida, uma Nova Esperança para que as pessoas pudessem criar os seus filhos, uma Nova Esperança para que as pessoas pudessem construir os equipamentos públicos, uma Nova Esperança das pessoas de que um dia ia ter dignidade pelo menos para morar. Enquanto que as pessoas eram desempregadas, havia um desemprego muito grande, com falta de tantas outras coisas que não existiam, mas que a moradia era o começo de tudo. O começo desse nome Nova Esperança foi chamado de um alicerce que foi feito em um barraquinho de dois cômodos, “aqui é minha esperança, esperança de construir minha casa, esperança de criar minha família, esperança de construir uma casa maior, esperança de que eu não vou pagar aluguel”. Então, Nova Esperança é uma nova esperança que não acabou até hoje. Que existe aqui, que existe daqui 100 anos, que existe daqui 1000 anos. A esperança das pessoas nunca morre e não vai morrer nunca. Então 79 foi a nova esperança das 3 mil famílias que ocuparam esse terreno aqui de 22 alqueires. Até hoje, se você perguntar para qualquer um, para qualquer pessoa, pode morrer tudo nele, mas a esperança vai sempre continuar.”

3.2 Edmar, o desenhista

Marquei com Edmar na própria sala de reuniões da Associação de Moradores do Nova Esperança. O local teve uma grande força simbólica para entrevista por ter sido a grande casa que abrigou o fervor da luta da Nova Esperança. Esse lugar toma uma força simbólica para essa entrevista, através da qual Maria de Jesus lança sua poesia.

Casa de reunião

Esse chão que agora piso, / não posso deixar de lembrar,
 desde 1979 / foi o marco deste lugar,
 é a Casa de Reunião, / a mãe mestra do pensar.
 ...
 Chão que muitos se sentaram / para discutir a situação.
 Chão que já foi regado / com lágrimas de aflição.
 Chão que já foi testemunho / da força da união.

Maria de Jesus, a poetisa (RODRIGUES, 2006, p. 35)

Lugar mais significativo a essa entrevista não haveria. Iniciamos a entrevista logo quando Edmar chegou à Associação.

Luiz Eduardo – Edmar, vamos iniciar pela experiência que você teve na ocupação, o que você viveu nesse período de ocupação?

Edmar – Vou começar fazendo um paralelo da nossa vida do interior para Goiânia, de Goiânia para o Jardim Nova Esperança. Inicialmente, na infância, eu morava em Cezarina aqui perto de Palmeiras de Goiás e a minha mãe passou por um problema de saúde muito sério, porque em Cezarina tem uma fábrica de cimento e ela jogava muita poeira no ar. Ela teve um problema respiratório muito sério e nós percebemos que quando ela vinha para Goiânia para internação ela ficava muito bem na cidade. Então nós decidimos vir pra Goiânia para cuidar do tratamento de saúde dela. Nós fomos morar de aluguel na periferia aqui de Goiânia. Periferia do Jardim América, nós fomos morar no Jardim América, começamos a tocar nossa vida, trabalhos e outras atividades fora. E quando foi no mês de agosto de 74, meu pai descobriu o Jardim Nova Esperança, essa ocupação. Descobrimos essa ocupação, ele veio pra cá, que não tinha o nome Nova Esperança na época, mas ele veio e tomou um pedaço de terra. Então nós começamos a construir uma casa em regime de mutirão, a família era grande, e começamos a trabalhar nos finais de semana para construir essa casa. Mudamos. Dois meses depois de agosto, desde agosto de 79 nós estávamos aqui. Em outubro de 79 a ocupação cresceu muito, de agosto até outubro a ocupação cresceu muito, eram muitas pessoas, mas ao mesmo tempo que ela se desenvolveu, também chegou um grupo de pessoas que queriam resistir nessa ocupação e logo quando chegamos pra cá já fomos contatados por esse grupo de pessoas, né, era um grupo formado pela esquerda – a ditadura ainda estava no

auge nessa época – pessoas que eram de alguns movimentos marxistas, PC do B também tinha um grupo aqui, então começamos a integrar essa equipe e começamos a vivenciar essa situação aqui. Como o Jardim Nova Esperança estava desorganizado, no final de 79. Aliás, no final de 79 para 80 se pensou em construir, não... é fundar um movimento de moradores, porque em outubro teve uma grande repressão da polícia, a polícia veio aqui com cachorros, com tropas de choque e a forma de contato com os moradores para resistir eram os foguetes. Soltava o foguete e as pessoas das partes mais baixas vinham e então a gente fazia um grande cordão e a gente conseguiu ficar, mas a pressão era muito grande, porque tinha tanto os grandes empresários querendo o terreno, como a Prefeitura também não queria que nós ficássemos aqui. Então em 1980 com o nascimento da Associação de Moradores a gente começou a discutir e ver questões importantes para a comunicação, precisava de elementos para estar passando para os moradores, tudo o que tava acontecendo em relação à agressão da polícia, em relação aos empresários, em relação à Prefeitura. Tinha uma comissão que ia e via a questão da Prefeitura e os moradores precisavam ficar informados. Uma das formas que teve para que os moradores ficassem informados eram as Grandes Assembleias, a gente convocava grandes assembleias e depois nós começamos a pensar em tentar traduzir pro papel ... tudo o que estava acontecendo, informando os moradores. Criamos o sistema de comunicado; o 1, o 2, 3,4 e assim sucessivamente. Nessa época é que eu tive contato maior com a comunicação. Eu sempre gostei de desenhar, desenhei a vida toda, na infância eu gostava de desenhar e criamos o sistema de boletins de comunicação, eles eram feitos com estêncil. Esses desenhos eram marcados no estêncil com uma caneta de ponta, e a gente ia riscando, riscando os desenhos relacionados com determinados assuntos. Fizemos uma equipe editorial, eu cuidava da parte das ilustrações e da montagem dos boletins e alguns companheiros nossos faziam as matérias, tinha uma equipe para fazer as matérias. Essa equipe foi coordenada pelo Professor Valdir Gomes, que foi professor de Filosofia, isso mais tarde ele se tornou, ele organizava a equipe. Juntava com o Robinho, com a Geralda, a Tânia – Tânia Alves. A gente se reunia, sentávamos e elaborávamos as matérias datilografadas, duas eram formadas em datilografia, marcando o estêncil, se você quiser olhar algumas cópias, nós temos umas bem antigas da década de 80 que nós temos guardadas, que representa o significado da construção dessa época. A partir daí a gente comunicava a data de assembleias que nós tínhamos, tudo o que era discutido nessas assembleias, os assuntos pendentes na prefeitura e em relação ao setor. Surgiu a proposta da demarcação das ruas do setor, nós estávamos preparando um congresso de representantes de quadras que aconteceu em 1981 e a gente estava trazendo isso para os boletins; todas essas informações iam para os boletins. A gente tinha a ajuda da Arquidiocese de Goiânia para imprimir, rodar esses boletins, depois a gente grampeava e entregava para os moradores em mãos nas assembleias. Em cada assembleia que nós tínhamos nós entregávamos os boletins e os comunicados era quando surgia alguma coisa de extrema

importância, por exemplo, a gente ficava sabendo que a Prefeitura com a polícia estava vindo em tal dia, então a gente já preparava o comunicado antes para avisar os moradores o dia em que a polícia estava vindo. Isso era feito muito rápido, a gente imprimia e logo já distribuía para todo mundo ficar em estado de alerta, porque qualquer coisa os foguetes chamavam para a mobilização. E funcionava muito bem, porque quando nós precisávamos de uma mobilização rápida, o boletim já tinha saído e estava nas mãos das pessoas; o foguete já resolvia e rapidamente reuníamos todos no lugar onde a gente queria, aí a gente criava uma situação de resistência naquele lugar e não deixava que a polícia viesse entrar ou destruir os barracos.”

Ele decide apresentar as motivações iniciais para ir residir no Nova Esperança e traça o perfil do migrante goiano que vai para a capital. Neste caso, devido à saúde frágil de sua mãe. Evidencia inclusive a situação daqueles que viviam de aluguel e que buscam a moradia própria. O conhecimento feito por seu pai.

A descrição de Edmar sobre as atividades de comunicação logo, sem muita espera minha, demonstra principalmente a produção do boletim e a integração entre os meios de comunicação. A integração e utilização estratégica dos meios desenvolvem um projeto de comunicação.

Quero distanciar do conceito “mídia” que acentua o processo de mediatização, “mediação”, da necessidade de mídias “generosas” que levam os fatos à esfera pública. Em uma lupa conceitual vemos um fato – a ocupação – e um vasto campo experiencial – o Nova Esperança – sendo mediada por um profissional – o jornalista – representando uma mídia – meio de comunicação. Então voltamos ao conceito de meio de comunicação na perspectiva de um exercício de “gritar” a partir seu do lugar de origem e com sua própria experiência, como Joda definiu em sua entrevista.

A sistematização dos comunicados começa a aparecer na fala de Edmar. Os impressos de modo em geral passam a serem produzidos nas atividades de comunicação do Nova Esperança. A arte de traduzir para o papel as ideias e os conteúdos oriundos das assembleias e das demandas diárias.

A técnica de construção dos impressos, sua forma de editoração e distribuição foram feitos a partir dos recursos disponíveis. A eficácia da comunicação exercida pelos boletins e comunicados impressos está confiada na distribuição para os públicos destinados e na capacidade de expressar claramente seu conteúdo.

Na entrevista de Joda, ele refere ao comunicado como uma possibilidade de visualidade: “quando eles passaram a ver fotos... quando nós passamos os boletins para as rádios para contar o que realmente acontecia... eles passaram a acreditar em nós”. Em outra citação de Nilton José dos

Reis Rocha em entrevista para a obra de Marcelo Benfica: “O movimento, as pessoas analfabetas, o camponês que vai para a cidade, percebem o quê? Que a palavra escrita caminha, a palavra no papel ganha asas, ela voa... porque ela caminha na cidade como um todo”. (MARINHO, 2009, p. 67). Dialogando essas duas falas percebemos que em sua utilização estratégica, os impressos circulam, voam pela cidade promovendo a batalha simbólica do ocupante X invasor.

Os boletins “preparavam” os posseiros para possíveis mobilizações que aconteceriam e os outros meios de acionamento mais imediatos – os foguetes – disparavam já contextualizados pelas informações que boletins e comunicados os municiam. Essa característica dos boletins de preparar os posseiros se apresenta no discurso de Edmar como uma espécie de cuidar, educar e mobilizar ao informar. Passando de um ato de pura liberdade por si mesma do comunicador para se amadurecer em um pensamento ligado à vida de quem lê, de se pensar em cada receptor e na coletividade onde se vive.

Em uma palpitação minha perante o contexto atual, a ética de cuidar e municiar com informações a vida humana está sendo pisada por uma liberdade liberal que demole qualquer tentativa de aparelhos de questionamento social das mídias, e não mesquinamente uma censura. Passo adiante com a busca de mais informações sobre esse processo, detalhando seu sistema de produção.

Luiz Eduardo – Como era a rotina de produção desses boletins; desde a coleta das informações até a parte gráfica e a distribuição?

Edmar – “Nós sentávamos, assim, quinzenalmente e reuníamos as matérias de jornais e o que estava saindo nos jornais a respeito do Nova Esperança, a gente sentava com esses jornais e se era uma matéria favorável, a gente até aproveitava aquela matéria e reproduzia ela um pouco menor do que ela estava no jornal e traduzia ela para uma linguagem um pouco mais popular para que as pessoas soubessem do que o jornal estava tratando. Se era algo contra a invasão a gente rebatia, na época era chamada invasão, então a gente rebatia essa ideia. Nós escrevíamos um pequeno texto que contrapunha aquilo que o jornal estava dizendo a nosso respeito e era assim que funcionava. Então, a equipe editorial se reunia, geralmente nós não reuníamos aqui na sede da Associação, nós reuníamos mais nas casas, em cada tempo nós reuníamos em uma das casas de alguém. Na minha casa, quando não era na minha casa era na casa do Valdir, ou da Tânia, ou do Robinho e a gente sentava pra programar como seria a edição daquele mês seguinte. E assim a gente ia pontuando cada boletim e a gente se reunia, na maioria das vezes ficava até tarde da noite, reunia assim à luz de velas ou de lampião pra gente poder – porque não tinha energia aqui nesta época –

pra gente poder cumprir com aquela tarefa no tempo certinho, no dia certo, pra gente passar para os moradores.”

Em um primeiro momento, Edmar descreve uma atividade que se apresenta similar ao processo de *clipping*, que consiste em realizar uma auditoria e mensuração constante da imagem do Nova Esperança e de como a mesma se insere nos principais debates agendados pelos meios de comunicação de maior circulação e audiência. A partir desse cenário mensurado, os conteúdos nos impressos traziam informações que rebatiam as visões contrárias e reforçavam aquelas que os apoiava. Encaravam o debate dos meios de comunicação.

Podemos ver essa estrutura presente nas assessorias de comunicação que aqui trazem ferramentas similares e também a dinamicidade nos usos dos meios de comunicação. Mas deixa-se aqui claro que não conduzem necessariamente aos mesmos objetivos inscritos por uma assessoria de comunicação, ou seja, quando se produziu comunicação, não se pensou necessariamente em uma assessoria. Era uma prática que atendia aos interesses do grupo, mas não faziam necessariamente uma assessoria, visto que os assessores de comunicação em grande parte não assessoram a si mesmos.

Agora queria entender como era a relação com seus públicos externos, além setor Nova Esperança.

Luiz Eduardo – Esses boletins eram para um público mais interno. Como o boletim ou outros impressos eram distribuídos fora da ocupação?

Edmar – “Quando surgiu o Nova Esperança, os movimentos populares estavam se reorganizando novamente e todo mundo queria saber o que estava acontecendo aqui, como teria acontecido aquele 4 de outubro de 79, como foi aquela agressão aqui. Até no Fantástico⁵ tinha saído sobre o Nova Esperança, da agressão aqui. Então os movimentos que estavam se organizando aqui, muitos vinham para conhecer de perto a resistência do Nova Esperança, porque também era muito inédito; a ditadura tinha... tinham pessoas como o jornalista Pinheiro Sales que já estava preso nessa época e foi sair um ano depois, em 80. Então era muito recente, essa resistência à ditadura militar estava muito recente e os movimentos estavam se organizando contra a ditadura militar. Então os movimentos estavam começando, quando as pessoas dos movimentos vinham, a gente mandava por correio os boletins; pra arquidiocese de Recife, pra São Paulo, pro Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que na época estava também se organizando. O próprio Lula esteve aqui na década de 80, foi na minha casa inclusive na época. Então era muito organizado esse sistema assim e

⁵ Programa jornalístico de domingo à noite de Rede Globo de Televisão.

quando a gente precisava de apoio, uma logística de fora, assim; a gente pedia apoio à CPT, à Arquidiocese, ao SPAR⁶, à Universidade Católica, ao Dom Fernando, um bispo muito aberto às causas sociais. Então a gente buscava esses reforços, porque na época a gente precisava... Às vezes precisava de uma quantia maior de comunicados, então a gente buscava as pessoas que estavam ajudando a gente, Ana Maria Melina aqui do morro do Capuava ajudava muito, até com recursos que ela pedia da Itália pra gente tocar os projetos de comunicação pra frente. Então foi dessa forma, dessa maneira que aconteceu.”

Os destinos externos dos boletins remetem à ideia das “palavras que voam” em um ambiente de efervescência dos movimentos sociais do período histórico chamado fim da ditadura ou redemocratização. Os movimentos se comunicam e a direção no qual caminham é muito a mesma, o que possibilita a articulação mais incentivada e próxima. Ainda mais quando a ocupação do Nova Esperança será uma das peças-chaves no nascimento do partido da figura do “metalúrgico” do ABC paulista.

O próprio boletim contava com uma produção extra espacial no qual apoios eram conseguidos de fora e gráficas de instituições apoiadoras rodavam os exemplares para que os boletins e comunicados corressem ainda mais para mais lugares.

Pena que logo após veremos que; “Os movimentos sociais não foram anistiados, os grupos que se organizavam em torno da mídia alternativa voltaram para os grandes meios e o movimento social ficou...”, (MARINHO, 2009, p. 64), mais algumas palavras de Nilton José em entrevista a Marcelo Benfica. Vamos continuar com a apresentação dos tipos de impressos que haviam no Nova Esperança.

Luiz Eduardo – Quais eram os tipos de impressos que haviam aqui? Era só o Comunicado?

Edmar - Era só o comunicado, mas assim, muitas coisas que nós produzíamos aqui saía nos boletins de outras instituições, esses boletins publicavam aquilo que estava sendo publicado aqui, até de forma melhor passando por uma gráfica, assim eles publicava as notícias do Nova Esperança. Então para publicar sempre nos procuravam e pegavam orientação conosco aqui, para poder reimprimir fora do Nova Esperança em outros lugares, então as pessoas nos procuravam muito pra isso. Os movimentos da igreja Católica, a Pastoral da Juventude do meio popular, a CPT, o próprio PT do Partido dos Trabalhadores davam reforço e procuravam também publicar, então eles nos procuravam: “Olha hoje aconteceu tal coisa assim...”, eles perguntavam: “Vocês

⁶ SPAR – Secretariado Pastoral Arquidiocesana

publicaram no boletim? Então passa o boletim aí pra nós” e aí era reproduzido em outros lugares tanto aqui em Goiânia, como no Estado de Goiás e até fora, muita coisa foi publicada fora.

O conteúdo produzido pelo Nova Esperança, particularmente pela equipe de produção, passava a ser reproduzido em outros impressos. A rede de reprodução dos conteúdos passava por uma teia de trocas, principalmente na fase em que a ocupação se torna parte do movimento. Veremos essas etapas na entrevista de Maria de Jesus.

Vamos fazer um breve cenário da imprensa goiana desta época de ocupação.

Luiz Eduardo – Como era a imprensa goiana nessa época? Mais particularmente os jornais impressos?

Edmar – “A imprensa era muito interessada, porque, como eu disse, o movimento se deu bem já no final da ditadura militar, então a imprensa não tinha liberdade de imprensa, mas a gente tinha pessoas, por exemplo, dentro do *Diário da Manhã*, que era o *Jornal Cinco de Março*, na *Folha de Goiás*, nesses jornais grandes tinham pessoas que acompanhavam o desenrolar das coisas aqui, um deles que colaborou muito conosco que era o Antônio Carlos Moura. O Moura foi até deputado e ele teve uma participação muito importante aqui. O arquivo de fotografia, ele próprio era fotógrafo, ele fez esse arquivo de fotografias e ele publicava matérias no *Cinco de Março*, no *Diário da Manhã* e mandava pro jornal e aquela matéria era publicada no jornal com fotos que ele fazia aqui no Nova Esperança. Recentemente nós fomos no *Diário da Manhã* pra procurar algumas coisas e achamos muita coisa dentro dos arquivos do *Diário da Manhã* e nós pedimos para reproduzir em CD pra nós, então o material ficou muito maior depois da pesquisa que nós fizemos, pedimos autorização para o *Diário da Manhã*, fizemos a pesquisa e achamos muita coisa do Nova Esperança. Até da primeira eleição do Nova Esperança nós achamos; as faixas que eu havia feito de nossa chapa que concorreu na década de 1981. Concorremos uma eleição que foi uma eleição bem tumultuada aqui, tinha uma chapa de um outro grupo e a nossa chapa. O outro grupo era ligado ao PMDB, o Iris Rezende estava na ascensão em 81, até ganhou o governo de Goiás nessa época e concorreu conosco. Eu fiz algumas faixas à mão e eu achei algumas fotografias dessa época dentro do *Diário da Manhã*, até uma das fotografias está no livro da Maria de Jesus, que foi uma faixa que eu fiz ela à mão que eu pus aqui na porta da Casa de Reunião no dia da eleição. Foi uma eleição muito concorrida, o dia inteiro, gente votando e essa foi a primeira vitória que nós tivemos foi essa, uma vitória muito apertada com uma diferença assim de 16 votos. Nós ganhamos a eleição com 16 votos na frente da outra chapa. A outra chapa era mais a que representava o interesse dos grandes e que queria tirar a gente daqui, foi a primeira grande vitória que nós tivemos, dessa primeira eleição.

A chapa “Doação”, que estava lutando pela doação dos lotes, e a chapa “União e Luta”, e antes nós fizemos um boletim falando a importância de receber os lotes, porque a Prefeitura queria que fosse implantado o sistema do BNH antigo, onde as pessoas iriam passar a vida inteira pagando uma casa. E nós queríamos a doação dos lotes, porque era uma conquista nossa, a briga era para que os lotes fossem doados, então nossa chapa chamou “Doação”, a outra chapa “União e Luta”. E aí nós fizemos um boletim, um comunicado, nós rodamos 1.500 comunicados aquele dia, rodamos para todas as pessoas do setor e pedimos para eles virem votar no outro dia, pra vir domingo votar e confirmar que estavam a favor da doação aquele dia. De certa forma essa eleição representou um plebiscito da questão aqui da importância dessa luta para ganhar os votos e aí nós vencemos, isso em um domingo à tarde, essa casa aqui ficou cheia, nós lá fora e o pessoal contando aqui os votos. Era um sistema de uma corneta aqui no alto, essa corneta, ela funcionava também para chamar alguém ou alguma pessoa, então essa corneta ela chamava as pessoas. E à medida em que ia falando a contagem era lida aqui com a porta fechada e a gente ouvia, tinha muita gente até o final, foi aí que nós ganhamos a eleição.”

Os contatos com jornalistas de forma especial com o movimento, evento descrito por Joda durante o período da ocupação, de vivência e entendimento da luta de ocupação. Entre estes destacou-se o jornalista Antônio Moura, que era ligado à arquidiocese de Goiânia, mas também havia passado pelo jornal *Diário da Manhã*.

Edmar expõe um dos embates nos quais a ocupação passou. Havia a possibilidade de financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pelo qual inclusive no período de organização era frisado pela prefeitura que caso entrassem por esse regime de financiamento seriam reconhecidos. A associação, principalmente em ligação aos presentes entrevistados, passou a demonstrar a importância da doação da terra ao invés de se financiar em critérios duvidosos em relação às garantias dos ocupantes.

A eleição na Associação foi um dos momentos marcantes desse processo segundo Edmar. Ao formarem a chapa com o nome da ideia central de ocupação, “Doação”, realizaram uma campanha pesada em torno do que seria o mais digno para todos os que estavam resistindo assentados. Como resultante venceram a eleição.

Luiz Eduardo – Você tem lembrança de momentos importantes na produção desses boletins?

Edmar – “Esse da eleição do Nova Esperança foi um momento muito importante, os boletins deram um apoio muito grande, as pessoas ficaram sabendo da eleição através deste... é

claro que ficaram sabendo também através das assembleias dos movimentos que estavam acontecendo, mas o boletim foi fundamental para que as pessoas viessem pra votar no dia da eleição que foi muito importante. Outro momento que foi assim, muito marcante, foi um congresso que nós estávamos organizando aqui com os representantes de quadra. À medida que fomos abrindo as ruas, esse projeto surgiu aqui dentro através do companheiro Robinho Martins, ele que era agrônomo, ele que resolveu então, junto com a equipe da Universidade Federal, abrir as ruas, tirar as casas que estavam nas ruas e esse regime foi feito em regime de mutirão nos finais de semana. À medida que a medição ia passando, depois a gente vinha com outra equipe que se acaso o barracão estivesse pronto, o barracão era derrubado e a gente logo ia levantar ele no lugar certo. Algumas cisternas que ficavam em cima da rua, a gente tirava aquela cisterna... entupia e cavava no lugar certo, assim a gente foi fazendo. Os boletins iam dando essas informações para essas pessoas, então os moradores já ficavam preparados, porque se tivessem que tirar sua casa da rua eles sabiam que tinha uma equipe que iria ajudar a tirar a casa da rua, para poder urbanizar o setor, porque estava muito bagunçado. Todo mundo morando e ninguém tinha lote, ninguém tinha nada. Na medida em que a gente ia passando essas informações através desses comunicados, as pessoas sabiam que a gente iria estar na região tal e no lugar tal que era pra todo mundo já ficar preparado, porque a gente ia mostrar onde as ruas iriam passar e a gente tinha a tarefa de poder organizar aquela região. A minha casa inclusive, ela tinha a frente pra um lado e a frente era pro outro, nós tivemos que mudar a frente da casa, porque a frente estava para uma esquina, antigamente ela ficou pro outro lado. Então os boletins marcaram muito esses momentos. O Congresso de Representantes de Quadras... à medida que ia avançando, a proposta era ter cada quadra dois representantes para resolver os problemas pendentes da quadra. Chegou na quadra e tem que tirar morador da rua, colocar no lote certinho, então os representantes de quadras traziam: “a quadra tal, nós temos três, quatro pessoas para resolver. Então eles vinham na Associação e a gente marcava os dias para ir, para ajudar a tirar. Então esses momentos eram importantes, os comunicados eram importantes, porque os moradores das quadras iam sendo informados através da Associação, através dos comunicados e aí vinham procurar a Associação, procuravam os representantes de quadra e eles procuravam a Associação, porque isso ficou definido em um congresso que cada quadra teria dois representantes e nós temos até a fotografia desse congresso aqui, foi um congresso grande, tinha muita gente, fui eu que fiz a parte escrita daquele dia, escrevia tudo o que aconteceu na reunião, fazia uma ata e eu que escrevi nesse dia. A partir dali a gente pegava os comunicados ou os informativos, eles eram entregues aos representantes de quadras e os representantes de quadras distribuíam nas quadras, cada quadra ia recebendo. Quando os comunicados estavam prontos a gente avisava e eles vinham, pegavam e os comunicados eram entregues a cada morador da quadra, então atingia todo mundo, todo mundo recebia a informação.”

A urbanização do Jardim Nova Esperança é um dos pontos, em minha opinião, que mais me chamaram a atenção ao conhecer a história da ocupação. A figura central neste momento é Robinho Martins que prepara as equipes para planejar o traçado das ruas e pensar no projeto de urbanização como todo o Nova Esperança. O processo de ocupação passava por se afirmar enquanto tal se consolidando como projeto de se fazer bairro, setor, cidade, pois era constantemente renegada pelo poder público.

A união de estudantes, profissionais voluntários e os ocupantes formaram as equipes para realizar desde o planejamento até a metragem e as operações de construção civil para a organização do Jardim Nova Esperança. Essa ação permitiu reconhecimento maior do bairro e futuramente permite o desenvolvimento do mesmo em vários aspectos, como comércio, trânsito, orientação, etc.

Origina-se aí a expressão “Jardim” que também se alterna na fala dos entrevistados. O Jardim em um breve passeio lúdico é um lugar organizado para a vida florescer. Esta concepção de Jardim é também um conceito urbanístico chamado “Cidade-Jardim”, idealizada por Ebenezer Howard, que basicamente defendia a integração maior da cidade com o campo de forma na qual o modelo caminharia rumo à sustentabilidade. Os bairros eram construídos de forma que se encaixava com outros que nascessem ou fizessem fronteira com o mesmo. Outra característica era a divisão de quadras que entre elas houvessem ruas, passeio público e haveriam grandes calçadas com árvores onde priorizava o pedestre em áreas de maior funcionalidade ao caráter público coletivo.

A comunicação faz o seu papel integrado a essas ações informando e educando sobre o processo que iria ocorrer na abertura de ruas, o deslocamento das casas em cima das vias traçadas e a adequação dos lotes à rede de vias. As informações oferecidos pelos diversos meios trabalhando em conjunto – de reuniões ao boletim – caminharam junto com o processo de urbanização do setor. Destacando inclusive o Congresso dos representantes de quadra que sistematizou e descentralizou o processo.

Luiz Eduardo – Em entrevista passada foi relatado sobre o uso do rádio, as pessoas ouvem e conseguem codificar, entender as informações? E em relação aos boletins, boa parte do pessoal sabia ler? Como era feita essa leitura dessas informações contidas nos boletins?

Edmar - “A rádio foi fundamental também porque determinados programas da rádio, tinha programas de músicas antigas, programas de música sertaneja e tinha os programas voltados para o público interno. Os boletins funcionavam também na rádio, também havia a leitura de determinadas matérias, avisavam que estava pronto. “Hoje na Casa de Reunião a partir de tantas

horas, você pode buscar seu comunicado”, a rádio avisava e as pessoas buscavam aqui. Aquelas informações que eram as informações mais importantes, a rádio passava essas informações e tinha uma audiência grande aqui, a audiência era boa, a gente conseguia atingir grande parte do público do Nova Esperança. Então a gente conseguia de uma forma ou de outra levar informação fresquinha aonde ela precisava chegar.”

Aqui se reafirma a questão do trabalho integrado dos meios. Os boletins eram lidos nas rádios, assim propiciando o acesso às pessoas que não sabiam ler, democratizando o acesso a essas informações.

Decidi buscar entender o processo de identificação pessoal de Edmar com o desenho e o design.

Luiz Eduardo – Como durante sua vida surgiu a habilidade de trabalhar com desenhos, essa parte gráfica? Como surgiu essa habilidade, esse dom?

Edmar – “ Surgiu de forma autodidata. Eu comecei quando criança, minha mãe pedia pra mim ir comprar café, aí eu pegava um grampo da minha mãe e me esquecia e aí eu apanhava porque estava riscando no chão. Eu chegava e minha mãe já vinha a meu encontro, “porque você não levou então o café?”, por exemplo, eu me esquecia porque eu começava a riscar no chão e aí apanhava por isso. Então o desenho, a ilustração esteve sempre presente na minha vida. E por causa da politização, a gente passou a desenhar situações que a gente estava vivenciando elas aqui, mesmo assim de uma forma mito rebuscada, porque riscar no estêncil não é muito fácil, dependendo do riscado você estraga o estêncil. Mas a gente foi habilitando a fazer através do estêncil, porque se a gente pensar no *design*, por exemplo, eu que me formei em *Design Gráfico*, a gente vai perceber que tudo era feito manualmente; o jornal hoje tem os programas que ajudam você a fazer, mas naquela época eu sentava em uma mesa, a gente ajudava a compor os textos. Os textos tinham a diagramação que era feita com cálculo matemático e para você saber qual era a fonte da máquina IBM que você ia utilizar – porque tinha as esferas pequenas, porque as esferas tinham os corpos 12, 10, 8 – e o espaço calculado que você tinha, você com base naquele cálculo você dizia para o digitador: “você vai digitar no corpo tal”, e aí ele colocava a esfera na máquina e digitava o texto na espessura tal, na entrelinha tal e aí você fazia aquela tira, você vinha com a tesoura e cortava aquela tira e ia montando. Era um processo muito artesanal, o computador foi surgir bem mais na frente. Então eu fui me habilitando. Trabalhava com o estêncil aqui no início e tinha a ideia de se fazer um jornal da União das Invasões naquela época que surgiu em 81/82, a União das Invasões. Porque outras invasões, como eram chamadas, outras ocupações, depois do

Nova Esperança, começaram a resistir à pressão de sair do lugar onde estavam, aqui em Goiânia, então a gente percebeu que o movimento estava crescendo muito e estava indo além do Nova Esperança. Então se pensou em ter um movimento que aglutinasse as invasões de Goiânia. Surgiu a União das Invasões, inclusive que hoje é a Fegipe, ela surgiu assim. Eu fiz alguns boletins da União das Invasões que chamava “União das Invasões” mesmo e aí trazia não só as informações do Nova Esperança, mas também da invasão do Parque Anhanguera, da Vila Adélia, do pessoal da estrada de ferro e de outros cantos e aí a gente montou uma equipe, com base na nossa equipe do Nova Esperança, e mais algumas pessoas de outros lugares e aí a gente passou a fazer um boletim da União das Invasões, no estêncil também, depois fizemos um projeto para uma instituição e ganhamos recursos e começamos a fazer ele impresso. Era feito assim dessa forma que eu estava falando. Eu fazia as composições, nessa época eu passei a desenhar com nanquim; fazia os desenhos e as ilustrações com nanquim. Na década de 60 o nanquim foi muito usado nos jornais do Brasil, os ilustradores usavam nanquim. Eu comecei a pesquisar e ver como era feito e aí eu passei a usar o nanquim. Pegava o nanquim escolar, pegava uma folha de papel em branco e recortava o quadradinho no tamanho que estava lá no jornal que estava no tamanho certinho e a gente recortava com a tesoura e colava no local. Isso fazia ficar aquela ilustração no jornal e era assim.”

Agrupei o relato do processo de identificação pessoal de Edmar com a construção dos painéis que também são associados com esse momento onde fica expressado a experiência do “Eu” de Edmar.

Luiz Eduardo – Tive um conhecimento prévio de painéis que você compôs, como foi que surgiu a construção desses painéis? O que eles tematizam?

Edmar – “Toda a minha intuição artística iniciou aqui no Nova Esperança, da forma que estou relatando para você aqui. A minha intenção primeira era porque eu queria ser artista, né (risos)... pintar, desenhar, mexer assim nessa área. A primeira pintura que eu fiz sozinho foi aqui no Nova Esperança, aqui na igreja católica, que retrata essa época da ocupação, é interessante que sem as técnicas, sem o conhecimento prévio, eu peguei fotografias para desenhar. Eu peguei cinco momentos, criei cinco momentos, cinco fotografias aqui do Nova Esperança, e aí criei os desenhos e aí eles foram transportados para o mural e ele foi pintado, mas ele foi feito de forma aleatória, geralmente no *design* a gente trabalha assim. Fiz assim pela intuição. Eu fui em São Félix do Araguaia, tinha um padre que estava pintando e eu fui pra lá conhecer a pintura dele. Eu prestei atenção na construção e na forma como ele construiu aquele painel, aquele mural. Primeiro ele fez um desenho pequeno e coloriu e depois ele transportou para o tamanho da parede. Então aquilo me

deu uma ideia e quando fiz no Nova Esperança, eu fiz assim, exatamente por aí. Peguei as fotos, primeiro foi o momento da ocupação, peguei fotos das pessoas com colchão nas costas e então criei a primeira cena, e assim fui criando as cenas até chegar no final. Depois eu usei tinta que não era tinta, era Xadrez (marca do produto) colorido em bisnaga, porque esse Padre estava trabalhando assim lá em São Félix e eu aprendi a técnica com ele e fiz aqui. Depois mais tarde fui usar tinta em outros trabalhos, aquele lá de Goiás (Cidade de Goiás), e outros trabalhos que eu fiz, eu fui usar tinta mesmo, tinta acrílica. Pra chegar na tinta foi muito aprendizado, porque eu queria pintar, mas não sabia como iria pintar, então pintar como? Será que aquarela, tinta a óleo, tinta acrílica, então eu usei aquarela um tempo, não era; usei a óleo, não era; até que eu cheguei na tinta acrílica. Então quando cheguei na tinta acrílica, o meu trabalho mesmo é a base dessa aqui. Tudo foi ao passar dos anos que eu cheguei na tinta acrílica que é a tinta que eu acho melhor para trabalhar. A óleo eu não gostava pelo cheiro dos solventes e pela dificuldade de secagem, passava semanas para secar a tinta e pra mim trabalhar e eu queria pegar e construir logo, fazer logo, então foi complicado isso. Com a tinta acrílica não, ela é de secagem instantânea, e tem que trabalhar rápido porque se for fazer um tom sobre o outro, eu preciso passar aquele tom e alguns minutos depois eu posso trabalhar em cima que aquilo já está seco.”

Luiz Eduardo – Você me traz então a ideia do “artista”, como você bem mencionou. Como você compreende o artista mergulhado no contexto onde vive? Dentro de sua sociedade?

Edmar – “O artista tem que ser muito comprometido com o que está em volta dele. Eu agora recente estou preparando uma exposição de pinturas só sobre o Cerrado. Eu fui agora no Tocantins e percebi que as queimadas no Tocantins era séria e muito mais séria do que aqui. A qualidade do ar em uma determinada época é muito ruim. E aí é o senso de preservação que pesa. Agora eu queria dizer outra coisa, eu vejo tudo como arte, quando eu vejo um jornal eu percebo a graciosidade das páginas do jornal e vejo todo o processo artístico. Todo *designer* tem que ser artista também. Eu pego um livro; a primeira coisa que eu vejo é como está a diagramação dele. Se tem uma linha, um detalhe, um detalhe interessante ali. Eu já “Nossa, isso aqui ficou muito legal”, “Nossa, essa página está gostosa de se ver”, então eu vejo como arte mesmo. Se você pegar esse texto e colocar ele em uma forma visual gostosa de ler, eu acho isso um trabalho artístico, uma obra de arte. E agora... tem que ser muito comprometido, como eu estava dizendo agora. Esse comprometimento, o nosso vem desde lá da década de 79 pra cá e é uma coisa que a gente não perde. O senso crítico, isso é pra toda a vida, tudo o que você está fazendo, você tem o olhar crítico. Eu vejo, eu olho e percebo, a minha intuição trabalha, o meu senso crítico trabalha, percebo o que está certo e o que está errado. Um dia eu estava olhando o debate que vai sair na Globo, da Dilma e

o Serra, colocou no foco o Serra primeiro do que a Dilma. Então: “O debate entre o Serra e a Dilma”, que passa aquela ideia de que o Serra está na frente da Dilma e não tá, a gente sabe que não tá. A gente, eu consigo perceber as coisas e isso é fruto da politização, é uma coisa que você herda e nunca mais perde na vida. Você consegue olhar para o mundo, percebe como estão as coisas, o que está certo e o que está errado, e você pode transformar isso em uma linguagem plástica, por exemplo. O Cerrado, por exemplo, estou transformando em uma linguagem plástica agora, tô trabalhando o tema. Então comecei a trabalhar o Cerrado, ver coisas do Cerrado, ver como o Cerrado se comporta com relação às queimadas, então todo é um estudo. Depois vão surgindo os desenhos, estou trabalhando em uma série de desenhos agora. Tá tendo três telas que estão prontas, as outras estou trabalhando os desenhos e é uma forma de denunciar, de chamar a atenção das pessoas, de que realmente esse Cerrado seja preservado, a questão das culturas seja preservada. Porque eu dividi esse tema por vários temas, dividi o tema natureza, dividi o tema culturas, povos indígenas, uma série de temas. Aí eu tô trabalhando e aí você vai desenhando. A fase de desenho você pega tudo, alguns detalhes fotográficos você tira aquilo que está passando, o que está faltando, a gente completa os espaços e você vai pintando. Aquilo é todo um processo, até chegar à etapa final do trabalho, é um processo longo para que o trabalho fique finalizado. Tem todo um processo anterior até chegar à construção da obra pronta e acabada.”

Edmar constrói sua ideia de artista. Um artista que soma a sua habilidade artística + a postura crítica estilística e política + a tematização da arte buscada no lugar de produção. Essa somatória no artista é revelada em seus trabalhos. Ele particularmente não deixa de ter um ego pessoal expressado no zelo e dedicação com os trabalhos que desenvolve. Pessoalmente, vi um de seus painéis e o processo no qual ele relata através deles os caminhos da ocupação e da trajetória mítica cristã, unidos principalmente no sofrimento, no carregar da cruz.

Essas temáticas dialogam com a temática emblemática dos movimentos pastorais da Igreja Católica: os bem-aventurados. A relação entre a ocupação e o apoio dos Movimentos Eclesiais de Base são lembrados nos painéis de Edmar. A ideia transita de uma caminhada, martírios, tragédias e mortes e ressurreição assimiladas pela *via-crucis* das lutas dos oprimidos.

Luiz Eduardo – Você passou por um início do autodidata para depois a formação técnico/acadêmica. Como você avalia esse processo de transição desses dois saberes?

Edmar – “Eu pude crescer bastante, eu pude elaborar melhor, peguei novas técnicas a partir do *design*. Eu não consegui muito bem assimilar, porque como minha geração é anterior ao computador, eu tive dificuldade com o computador, com muitos programas; o Photoshop, o Corel

Draw. Eu sei um pouco, dá pro gasto, mas eu percebi que os próprios professores antigos na faculdade têm dificuldade também, a geração nova tem mais habilidade do que a geração mais antiga. Nós temos várias dificuldades. Em relação ao nível do conhecimento, vivenciar a realidade com as disciplinas no curso de *Design* foi uma coisa muito importante, é muito rico. Eu fiz especialização, vou tentar o ano que vem dar aula na Universidade, gostaria de pegar exatamente essas disciplinas, mostrar como era a construção do jornal, como era a construção da revista, tenho até alguns livros da década de 60 em casa que mostram a linguagem do *layout*, como era trabalhado. Esse conhecimento era muito importante. Porque o que eu percebo hoje é que o aluno depende muito da máquina, o *designer* hoje depende muito da máquina. Já não *raffia* mais, não tem habilidade mais com o lápis. Eu passava na rua e estava vendo uma situação aqui, rabiscava ela rapidinho, já criava aquela situação no papel e de repente já passava nanquim nela e mandava. Essa habilidade não tem, porque parece que a máquina trouxe uma certa acomodação para o ilustrador, para o desenhista. Como hoje ele consegue no Photoshop, no Corel Draw fazer esses desenhos, então ele não se preocupa em fazer um pré-projeto antes, um *raff* antes, pra trazer as ilustrações a partir do pré-projeto. As ilustrações de hoje eu não acho elas bonitas. Aquilo que é feito no computador eu não acho bonito. Eu acho bonito aquilo que é feito manualmente. Eu descobri uma ferramenta no Corel Draw em que você desenha, faz o desenho inteiro, desenha passando o nanquim nele todinho e depois que você *scannear* e levar ele para o computador, você vai colorir, vai fazer outros acabamentos, dar um acabamento na linha nas cores da linha. Essa ferramenta eu achei muito interessante, mas meu processo é manual. Eu tenho algumas coisas assim que eu fiz agora. Eu tenho até uma história da Maria de Jesus que tenho que ilustrar e vou fazer tudo assim. Trabalhar esse livreto todo dessa forma, nós vamos passar o nanquim, colorir em aquarela, passar pro computador. Essa é uma coleção de livros que ela tem para lançar, livros infantis em que eu vou fazer a parte de *design* gráfico. Eu não gosto muito de fazer as coisas no computador, então eu tenho alguém que finaliza no computador para mim. Eu mostro para ele como o desenho vai ficar no final e consigo ver ele pronto antes de estar pronto.”

O saber autodidata inicia-se na vida de Edmar e o acompanha em um processo no qual ele busca o aperfeiçoamento de suas técnicas até alcançar os cursos técnicos e acadêmicos. Essa gênese nas práticas comuns e vocacionadas de sua infância agrega os cursos técnicos e acadêmicos de forma a complementar a habilidade e não de substituir o saber.

Toda a experiência em uma efusão de vivência política, percepção estética, prática permanente e outras experiências não são perdidas ou negadas, mas um diferencial que motiva, enriquece e amadurece a formação educacional de Edmar. O saber não se torna monopólio dos

livros ou das formações educacionais, mas em um princípio, inclusive freireano, de ler o chão onde pisa, vive e tira seu sustento.

Voltei à produção dos boletins.

Luiz Eduardo – O que as ilustrações e desenhos nos boletins e jornais retratavam? O que trazia neles?

Edmar – “Eu olhava para a matéria, o que a matéria estava tratando, eu tentava desenhar de acordo com o texto, então eu lia muito. A leitura fez parte da minha vida de uma forma assim que foi uma forma de trabalho mesmo. Veio uma matéria do Parque Anhanguera, o pessoal mandava a matéria e aí eu desenhava, fazia desenhos daquela matéria. Se era uma agressão policial, eu desenhava um policial batendo ou com cassetete. O *design* depois na minha vida me tornou mais metódico, eu pude elaborar melhor, a gente elabora melhor as coisas, naquela época não tinha isso. Às vezes o desenho ficava um pouco distorcido, porque não tinha estudado anatomia de pessoas, e usava muita pessoa. Teve uma vez que nós fizemos uma passeata na Prefeitura de Goiânia e surgiu como matéria de capa no boletim da União das Invasões. Eu fiz uma matéria de muita gente com faixas, assim: “Abaixo a ditadura”, “Queremos terra para morar e plantar”, “Queremos casa”, muitas pessoas como um agrupamento de pessoas, desenhava muitos rostos ali. E foi a matéria de capa. Então era de acordo com a realidade mesmo, a gente trabalhava com o que a gente estava vendo.”

Edmar deixou bem explicitada a temática do projeto editorial dos boletins e comunicados quanto às ilustrações. Um outro ponto importante tinha que ser abordado...

Luiz Eduardo – Como vocês viam a importância de cada matéria? Como vocês hierarquizavam os conteúdos na composição do boletim?

Edmar – “A gente sentava e definia o boletim do mês de dezembro, por exemplo. Nós sentávamos para definir ali aquele boletim, teve um acontecimento aqui nesse mês, estou citando um exemplo, vamos pedir para as pessoas para trazer matérias ou sugestões, a gente fazia isso assim com as pessoas, chegava a sugestão das pessoas e a gente fazia uma reunião prévia com todas as sugestões que nós tínhamos. Alguém falava: “Ah, tem que falar sobre a doação dos lotes” ou do projeto da Prefeitura do BNH. A gente selecionava o que tinha de interesse maior da comunidade. Essa matéria é a matéria de capa, porque a gente discutia junto isso. “A matéria importante é a construção dos lotes, isso é importante para nós aqui. Vamos jogar ela na capa para chamar a

atenção para as outras”, e a gente ia selecionando na medida em que ia colocando a matéria central de capa e aí a gente fazia uma chamada central na capa. Era um boletim com três folhas, na primeira chamada colocava uma fotografia com o assunto principal nosso e aí colocávamos na edição ainda outros assuntos que a gente ia tratar no boletim. Então sempre com os assuntos mais relevantes; aquilo que era de interesse da comunidade que envolvia todo mundo era o assunto principal para nós.”

A elaboração de pautas era feita pelo grupo e é completamente compreensível um elenco de conteúdos e prioridades que os envolvidos na produção de uma publicação façam, sem necessariamente que a totalidade do seu público manifeste sua opinião. Os canais de sugestão de pautas estavam abertos para os moradores e dirigentes como relata Edmar.

Percebo alguns valores dentro da ética, anteriormente discutida, ao produzir esses boletins. Um desses valores é cuidar, educar e mobilizar que está presente na formação de um senso das prioridades que se tem ao informar para onde essas pessoas caminharão, quais ideias a comungar e como instruir para que os objetivos coletivos sejam alcançados. Outro valor é a informação como sobrevivência e manutenção da vida comunitária e não informação como valor-produto-mercado, por mais que haja um balizamento nas discussões no *mainstream* midiático.

Luiz Eduardo – Como foi esse início da publicação dos boletins?

Edmar – “A gente pediu algumas sugestões de como fazer, mas como os professores usaram muito estêncil, nós vimos que o estêncil iria ser o melhor pra nós pela praticidade dele de usar nas escolas. Mas os primeiros saíram bem artesanais mesmo e depois a gente foi pedindo sugestão. O próprio Moura (Antônio Carlos Moura), que era jornalista, trouxe sugestão pra nós, a professora Edith Lotufo e o Marcos Lotufo que trabalhavam essa época com educação popular, a gente começou a reparar o trabalho que eles estavam fazendo. Hoje o Marcos Lotufo está na Federal e também a Edith tá na Católica, eles tinham um trabalho muito interessante e aí a gente passou a conhecer essas oficinas e além de ter um trabalho interessante, eles tinham um engajamento também nas causas populares. Até hoje o professor Marcos e a professora Edith têm o trabalho com *design* bem voltado ao engajamento mesmo, trata da sustentabilidade do *design* hoje, isso ficou na época como marco. Então na época eles eram engajados nos movimentos sociais e a gente foi percebendo como eles trabalhavam comunicação, como é que desenhavam, como é que faziam os projetos dos boletins e a gente foi aprendendo. Pedimos para eles virem e conversar conosco e eles vieram e a gente foi. E aí nós tocamos a partir das sugestões que eles nos davam, nós

fomos tocando, mostrávamos pra eles o que estava pronto. Eles davam sugestões pra nós e a gente continuava.”

As recentes palavras de Edmar relatam um ponto presente nesse trabalho que é a relação Universidade e Comunidade Humana, Universidade e Movimentos Sociais. A presença de professores e acadêmicos oficinairos geram um ambiente de troca de conhecimento no qual existe uma relação mais horizontal, de reciprocidade, onde as pesquisas e experiências enriquecem a Universidade e ela devolve em benefícios e muito mais que isso; em transformação social.

No caso das universidades públicas, essa responsabilidade cresce ainda mais, onde o capital estatal que viabiliza as políticas públicas, entre estas a educação, “corre” por elas. O acesso às universidades públicas se restringiu nos cuidados da meritocracia da elite brasileira. O conhecimento produzido no ócio da vida da alta burguesia gira em círculos que dificilmente consideram o desafio de realizar circulações mais amplas pela maior parte da população.

O campo dos movimentos sociais se torna fértil no diálogo com a universidade, pois eles são as forças endógenas dessa sociedade que lutam por políticas públicas, desenvolvimento e bem estar social partindo de uma perspectiva dos setores que mais necessitam. Se não há moradia, aos olhos de Poder Público uma casa minúscula e entulhada de tantas outras resolve o problema. “Pronto, tens um teto”. Os olhos dos movimentos populares veem que a moradia é o planejar sua moradia e viver melhor, é um lugar para criar os filhos, lugar da infraestrutura pública e lugar da dignidade ao morar, como citou Joda.

Veremos o que Edmar tem a dizer sobre o que é o Nova Esperança.

Luiz Eduardo – O que ficou de tudo o que vocês viveram do Nova Esperança? O que te vem à cabeça com esse nome?

Edmar – “O Nova Esperança foi essa experiência toda, de construção, de processo de construção popular, de luta, de engajamento das pessoas. É um setor que, por mais que hoje ele seja uma realidade diferenciada, ele vai trazer consigo essa história, essa história nunca vai morrer, essa história vai sempre permanecer e pra mim ficou. O Nova Esperança é pra mim o setor da minha vida, tudo o que eu construí na minha vida foi a partir desse referencial, dessa luta. Esses projetos que eu desenvolvo hoje tem sempre esse olhar crítico, foi com base no que aprendi aqui, no que eu presenciei, no que eu vivenciei. Em 81 eu fui servir o Exército, naquela época era muito severo ainda, os militares ainda estavam no auge do poder. Tive que afastar dos movimentos do Nova Esperança por 1 ano, eu senti profundamente isso de ter que afastar das causas, de vir às assembleias, de estar nas assembleias. Até porque o soldado naquela época era vigiado, as atitudes

do soldado eram vigiadas. Lembro um dia que estava vindo de farda para casa, passei em frente a Pneulândia e estava tendo uma agressão, eu desci do ônibus, mas aí eu lembrei que estava no Exército e que eu não podia entrar no meio daquela agressão que estava tendo. Eu tentei me preservar ao máximo nessa época, mas eu senti muito pelo fato de não estar participando mais ativamente naquele ano que eu estive no Exército e até me tornei cabo, mas não quis ficar no Exército de jeito nenhum por mais convites que eu recebi pra ficar, exatamente por causa da militância política. Eu já estava filiado ao PT na época, imagina em 1981, então essa formação política veio muito cedo pra mim. Com 16, 17 anos eu já tinha noção das coisas. Então o Nova Esperança representa tudo isso. É o setor que cresceu e a gente cresceu junto, a gente viu tudo isso nascer; como foi o processo de construção, quais foram os embates maiores aqui, o nascimento da Associação, da Casa de Reunião ahnn... da primeira escola aqui, da chegada da energia, a pavimentação. Todas as conquistas são um marco na nossa vida, acho que vai ser pra sempre.

3.3 Maria de Jesus, a poetisa

Fui recebido por Maria de Jesus em sua residência para a entrevista. Estava preparando o seu almoço. Como já havia entrado em contato retomei as explicações iniciais do projeto que propunha a discussão das memórias do uso dos meios de comunicação no Nova Esperança. Não a estava entrevistando somente por ser sujeito envolvido no acontecimento, mas por ser também uma intelectual da história na qual participou. A experiência e o seu envolvimento não a privou de pensar sua própria história.

Ela sistematizou e poetizou a trajetória do Jardim Nova Esperança juntamente com outras pessoas que viveram a ocupação. Por isso, a presença também como sujeito entrevistado.

Luiz Eduardo – Como foi o momento de sua vida na ocupação do Nova Esperança? Quais foram os fatos que marcaram durante esse processo? Como foi essa experiência da ocupação do Nova Esperança?

Maria de Jesus – “Bom dia, eu sou Maria de Jesus e sou uma das pioneiras do Jardim Nova Esperança. A experiência da ocupação do Nova Esperança foi muito interessante e muito rica porque trouxe pra gente uma experiência que a gente não adquire só com livros, com faculdade. A gente adquire na prática que é a compreensão, a convivência com o ser humano, que é a convivência com as diferenças. Eu acredito que a experiência que eu aprendi no Nova Esperança, eu não aprenderia em nenhuma faculdade, em nenhuma escola, eu aprenderia o que eu aprendi na experiência e na prática, porque quando a gente reúne com os mesmos objetivos, a gente está sempre em sintonia e esse grupo do Jardim Nova Esperança sempre esteve em sintonia. Tanto é que nós conseguimos organizar o setor sem ajuda do poder público. Quando falo “nós”, eu falo da Associação de Moradores, porque a gente se organizou em torno da Associação de Moradores porque era muita gente e não dava pra negociar sem que tivesse um grupo que respondesse pelos moradores. A gente teve que se organizar em torno da Associação e esse grupo conseguiu organizar o setor em todos os aspectos, porque o setor estava crescendo desordenadamente, estava crescendo sem controle e a gente precisava de barrar, a gente precisava de fazer alguma coisa, porque depois ele – o setor – iria virar uma favela, como foi ameaçado pelo prefeito da época, que era o Índio do Brasil Artiaga Lima, e nós conseguimos, nós demarcamos todo o setor, nós loteamos e nós abrimos as ruas. Hoje, o traçado do Nova Esperança que foi aprovado pelo Detran, foi feito pela Associação dos Moradores. Essa é uma experiência que a gente adquire só na prática mesmo.”

O “nós” como Associação de Moradores esclarece sobre o epicentro de decisões e os sujeitos que tomaram frente a esse processo de ocupação. Não vanguarda, pois segundo ela esta ficava atrás das linhas de frente. O “nós” aqui também dificilmente se desata em “eu”, ou a Associação em “presidente”, “tesoureiro” e “secretário”. É como se a força de todo o processo se fizesse na coletividade, eu-coletividade – *Ich-Kolectivitat*. (Bourdieu, 2010).

Luiz Eduardo – Você pode me contar sobre o processo histórico e as etapas do processo de ocupação do Nova Esperança? Lembrando da realização da sua obra “Retalhos de Lembranças”, na qual você traz os fatos em sequência cronológica do processo.

Maria de Jesus – “A história do Nova Esperança teve três fases distintas na organização. A primeira fase foi a ocupação, que durou aí em torno de seis meses, porque em seis meses já não tinha mais lugar no Jardim Nova Esperança. E antes que terminasse essa fase da ocupação, já começou a fase da organização, porque se não houvesse a organização, a gente já não conseguia controlar mais e junto com a fase da organização veio a fase da estruturação. Porque a gente já buscava os benefícios junto com a organização do setor, a gente já buscava os benefícios junto às autoridades. Então foram três fases que a gente considera três fases distintas dos momentos da ocupação do Jardim Nova Esperança. Na primeira fase houve confronto direto – porque essa foi a fase da ocupação – houve confronto direto com as autoridades, porque foi quando falaram que o terreno tinha um dono – aliás um não, foram mais, foram três proprietários que apareceram – e aí a terra era dividida em três ou quatro glebas, glebas são pedaços, cada um era dono de um pedaço, porém eles não provavam isso, eles só vinham dizer que eram donos. Eles agiam de forma muito suspeita, porque eles agiam com polícia. Quem é proprietário geralmente apresenta documentos, não precisa mandar polícia do jeito que eles mandavam. E a gente não aceitava, porque o primeiro comentário que surgiu quando houve a ocupação; foi de que esse terreno pertencia a uma freira que havia falecido e que tinha deixado de herança para os pobres. É claro que a gente entendia que esse era um comentário falso, porém muito útil para o nosso movimento, porque enquanto as pessoas acreditavam que o terreno iria ser doado para os pobres, existia uma maior confiança de permanecer na terra. Foi isso que aconteceu. O boato da freira foi mais forte do que o dos proprietários e a gente resistia ao fato de sair. Porém eles mandaram polícia, primeiro eles tentaram uma manobra de fazer com que as pessoas assinassem o documento no qual dizia que aquela terra tinha proprietário e que a gente deveria sair. Esse documento, acho que umas 80 pessoas assinaram esse documento e depois parou, porque a gente conseguiu ajuda de estudantes que estavam aqui na época que nos alertaram que aquilo poderia ser uma armadilha, como foi na época. Depois eles vieram com a polícia para derrubar, como não conseguiram através desse documento, eles vieram derrubando barracos,

entupindo cisternas, porque os barracos eram muito frágeis – eles eram de lona, casas não tinham, eram só barracos de lonas – e eles foram destruindo e nesse dia houve uma manifestação muito grande, porque na parte da manhã eles fizeram essa destruição, derrubaram muita coisa. Na parte da tarde, quando eles saíram para almoçar, as pessoas se organizaram rapidamente e decidiram que eles não iam entrar no setor não. Como eles deixaram as máquinas que estavam praticando a ação de destruição, as máquinas foram destruídas. Foram destruídas com areia, pedaço de pau, foi quebrado o que tinha de quebrar, jogavam areia nos buracos que tinham e ficaram danificadas as máquinas. E quando a polícia voltou, para continuar a destruição, que era feito pela polícia mesmo, eles não tiveram como entrar no setor, porque o povo já tinha se organizado. Essa foi a fase mais crítica do Nova Esperança, porque teve prisões. Houve até morte nessa fase (fala com pesar). E depois veio a fase da organização que foi quando a gente percebeu que precisava abrir ruas, se a gente não loteasse esse setor, não abrisse as ruas, a gente ia morar em um “favelão”. Um “favelão” mesmo, porque tinha muita gente naquela área e se a gente não traçasse as ruas, ia ser impossível até transitar na rua sem problemas. A gente começou a se mobilizar, a gente pediu ajuda da prefeitura – quando eu falo “a gente”, eu estou me referindo à Associação de moradores, porque nós nos organizamos sempre em associação de moradores e sempre com aval da população, a gente não fazia nada sem que fosse decidido em assembleia e exposto o problema que estava acontecendo e colhidas as opiniões sobre como a gente deveria proceder. A gente pediu ajuda do prefeito e o prefeito se negou dizendo que não ia, porque ele só fazia algum benefício no setor se a gente aceitasse a proposta de implantar no setor o sistema do BNH, que eram aquelas casinhas feitas pelo Banco Nacional de Habitação na época. Mas a gente tinha consciência de que pra fazer aquele esquema que ele propunha, que era um projeto, as pessoas tinham que sair da área. E depois, como é que voltava? Como é que iria provar que estava morando lá? E aí nós soubemos que era uma armadilha também e nós não aceitamos... O povo, porque em geral não aceitou, e a Associação acolheu a opinião geral. Então ele (prefeito) disse que não iria fazer benefício naquele setor porque a área se tornaria uma favela. A gente decidiu que não ia deixar isso acontecer. Aí nós nos organizamos em equipes, estudamos com a ajuda de um engenheiro agrônomo que residia, que estava dando cobertura para o movimento, que era o Robinho Martins. Ele fez o projeto e a gente, em cima daquele projeto que ele fez, organizou as equipes e começamos a fazer o trabalho de abertura de ruas. Isso funcionou. Tanto é que hoje o Jardim Nova Esperança é um bairro “comum”, com todas as ruas com entradas e saídas, praticamente existem duas ou três vielas no Jardim Nova Esperança. Não tem vielas como no Centro e no setor Sul que tem aquelas ruas sem saída e o Nova Esperança não tem. E foi graças a um trabalho feito pela Associação de Moradores.”

Maria de Jesus – “E essa terceira etapa já foi a fase da estruturação. Aí sim, a gente precisava das autoridades, porque aí eram coisas que a Associação não podia, que era linha de ônibus, escolas... A escola, inclusive, foi uma luta que a Associação organizou promovendo uma escola dentro da Casa de Reunião pra forçar as autoridades a perceberem a gravidade da situação. Tanto de crianças – que na época eram 4 mil – que na época fizemos uma pesquisa: tinha 4 mil crianças fora da escola. Porque as escolas da vizinhança não comportavam o número de crianças que tinha, a gente precisava de uma escola. Como o poder público disse que não tinha como, porque a área era ilegal, a gente resolveu fazer uma escola dentro da Casa de Reunião. Essa escola funcionou 1 ano e foi o maior sucesso. Porém a faixa etária que essa escola atendia de 7 a 14 anos, eram só alunos selecionados mesmo... não era de 7 a 14 anos não, era de 13 e 14 anos agora estou me lembrando. Porque era uma faixa etária que estava já discriminada fora da sala de aula, porque não tinha, no tempo certo, ido à escola e a gente selecionou essa faixa que era um jeito de estar conscientizando eles. Aí a gente conseguiu por 1 ano chamar a atenção do poder público para a necessidade da escola. A luta da escola começou assim. Hoje, a gente do Jardim Nova Esperança tem duas escolas públicas: uma estadual e outra municipal. Precisa de mais escolas, porém não tem espaço, porque não sobrou áreas verdes para fazer. Junto com a luta da escola, teve a luta pela linha de ônibus, pelo posto policial, pelo posto de saúde, por asfalto no setor; porque o asfalto só chegou 14 anos depois, mas a luta não parou, ainda continua. E foi assim essa terceira fase que até hoje ainda continua, porque hoje a luta no Jardim Nova Esperança é por esgoto. 30 anos depois ainda existe a luta pela rede de esgoto que não tem. Então a fase da estruturação continua.”

Aqui ela discorre sobre a sistematização feita sobre o processo histórico do Nova Esperança. Essas estão denominadas ocupação, organização e estruturação. Temos transições mais largas de uma etapa para outra. Essas etapas são amarradas a ideias que Maria de Jesus elenca como centrais em cada uma delas.

A ocupação é o período crítico do processo, onde é marcado por uma resistência, pelo 4 de outubro de 1979. É aonde há um risco muito grande pela desocupação violenta da polícia. Outra ideia é a do questionamento da propriedade da terra. Afinal de contas quem é o dono?

A segunda etapa se figura com o surgimento de uma comissão inicial de ocupantes que passa a organizar o grupo, o abrir das ruas e a demarcação dos lotes. Esta fase é onde se organiza o setor pela Associação, sem a ajuda do poder público. Eles se autorizam e promovem o primeiro projeto de urbanização do setor, pois sem isso viraria uma “favela”.

A terceira fase é onde se buscam a infraestrutura pública ou os equipamentos públicos. É onde necessitava a presença das autoridades e do poder público. Onde se constituiria em um setor

de Goiânia, mas que ainda, até hoje, precisa reivindicar os benefícios para o setor. A terceira fase continua, uma história aberta.

O boato foi retratado como um motor justificador do injustificável. Os terrenos não tiveram apresentação de documentação legítima dos proprietários. Então o boato veio a calhar, levaria aos ocupantes a se manter no processo de resistência ao despejo. O ataque, armadilhas, também poderia gerar a desmotivação à ocupação. O mito levava ao imaginário de pessoas que a ganhar uma maior confiança em um processo de conquista de seus direitos e de seus anseios. As lideranças e outros participantes entenderam que “menos um, era uma opinião a menos”, na força de ocupação.

Luiz Eduardo – Você poderia falar sobre a questão dos meios de comunicação dentro dessas etapas do processo de ocupação. Qual foi o papel dos meios de comunicação? Quais eram usados? Quem esses meios de comunicação atingiam?

Maria de Jesus – “Na primeira fase a gente não tinha os meios de comunicação, o acesso que a gente tem hoje à comunicação. Pra começar a gente tinha a televisão que estava muito distante da massa popular, tinha os rádios que eram mais próximos, mas também ainda estavam aquém da nossa necessidade, das nossas relações. Então a gente precisava se comunicar, porque como o setor, o bairro, a área era muito grande e tudo o que acontecia de estranho era motivo de preocupação. Uma pessoa estranha entrava no setor, a gente não sabia o que ele estava querendo, poderia ser um policial, poderia ser uma pessoa ali que estava para convencer alguém a sair da área, que uma pessoa que saísse da área era uma a menos, era uma opinião forte a menos. Então a gente organizou um esquema assim: cada coisa que acontecesse de estranho que incomodasse, cada ação suspeita no setor, naquele local era soltado um foguete. Aí naquele local que soltava o foguete as pessoas se dirigiam para lá pra ver o que estava acontecendo, essa foi a primeira forma de comunicação que a gente organizou no setor. Foi a que mais funcionou, porque essa funcionava mesmo, a gente não sabia o que era e todo mundo corria pra lá, chegando lá era explicado o que estava acontecendo alguma coisa e sempre funcionou. Porque às vezes houve várias tentativas, inclusive, de fazer a cabeça de uma ou duas pessoas, mas pra isso tinha sempre o meio de comunicação que reunia as pessoas e então evitava. Logo imediatamente, logo junto, com esse meio e comunicação que era o foguete, também surgiu a importância dos comunicados, porque a gente precisava estar notificando a população, isso já por conta da Associação, a gente precisava notificar a população do que estava acontecendo, inclusive para ter o aval nas decisões. Para que isso fosse possível a gente fazia aqueles comunicados, que eram uma folha de papel escrito, os primeiros foram até a mão mesmo, escrito o que estava acontecendo e pedindo a opinião e já convocando para

uma assembleia. Geralmente era assim, era um jeito de convocar para as assembleias, a gente não fazia reunião, porque se haviam cinco pessoas reunidas ali as pessoas que passavam já iam se aproximando para ver o que estava acontecendo e ali já se formava uma grande reunião. Esses comunicados eram feitos e distribuídos na forma mais simples possível e da forma mais eficiente também. Cada um pegava o pacotinho e dividia o setor em regiões e saía distribuindo, não ficava uma casa sem ser comunicada. Depois dos comunicados já haviam os boletins que já era um comunicado maior, ao invés de uma folha só, era mais de uma, e aí os boletins já vinham com desenhos, com caricaturas que a gente utilizava o artista plástico Edmar para fazer porque ele era o nosso artista que fazia a arte dos boletins e junto com os boletins também existia o jornal chamado “*Jornal A Voz do Povo*”. Esse jornal começou através de um grupo de Itaberaí que eram trabalhadores que se organizavam, trabalhadores rurais, do movimento rural e esse jornal se estendeu até nós, porque aí eles forneciam os meios pra gente confeccionar esse jornal que eram meios rústicos também. A gente conseguia essa ajuda através da CPT que é a Comissão Pastoral da Terra e da Ordem dos Advogados que tinham algumas pessoas, como o Pedro Wilson, que ajudava, que forneciam os equipamentos. Lá na CPT e no SPAR a gente conseguiu os mimeógrafos, são ferramentas utilizadas até hoje nas escolas né (risos), rodava os boletins, os comunicados e até os jornais a gente rodava lá dependendo do que fosse, do jeito que era confeccionado esse jornal. Depois a gente foi adquirindo outros equipamentos, o movimento – quando eu falo “a gente” é o “movimento” – que aí junto com a luta do Nova Esperança tinha o movimento dos trabalhadores; que é o famoso MT, que ainda existe até hoje com outros nomes. E a gente se organizava dessa forma, não só o grupo do Jardim Nova Esperança, mas com ajuda de outros movimentos e outras entidades e até fora que dava essa cobertura. Então essa foi a fase da organização – estruturação (transição) que os meios de comunicação eram utilizados eram estes. Depois a gente pensou que precisava de um meio de comunicação que era só nosso, que ajudasse o movimento se expressar sem censura. E aí a gente pensou em uma rádio, mas aí como é que o movimento que era perseguido tanto quanto o nosso, como que fazia pra organizar uma rádio. Não tinha como, tinha que ser clandestina, mas pra gente não tinha barreira assim não. A gente se organizou e começou inclusive com uma corneta na ponta de uma vara, muito alta que espalhava o som e como não tinha muito barulho essa época o setor inteiro podia ouvir o som daquela corneta. Aí tinha as pessoas que cantavam e davam notícias e davam recadinhos e depois isso foi mudando, foi surgindo a necessidade de outros equipamentos e a rádio chegou a funcionar, eu não entendo bem a potência não, mas chegou a funcionar com grande potência, ela chegou a funcionar em Goiânia inteira. Então foram utilizados esses meios de comunicação.”

Nesse relato, Maria de Jesus coloca em cada etapa a utilização feita e o surgimento dos usos concatenado com as necessidades de cada momento da ocupação. A progressão é feita através de um meio de comunicação tecnicamente mais simples, emergente como o foguete, logo depois os impressos e por fim a rádio. Cada um surgindo da necessidade coletiva do uso relativo ao momento vivido.

O foguete surge em momentos onde o grupo em sua maioria é a força para resistir. Os boletins e comunicados aparecem em momentos onde necessitava subsidiar uma coesão informativa do grupo; pelo qual se traçava os rumos, clareava os fatos sociais e educava para o desenvolvimento do grupo. A rádio surge em um momento no qual se buscava um respaldo maior além do Nova Esperança e preparava a retórica para o enfrentamento simbólico, momento de expansão para o movimento de luta pela moradia.

Luiz Eduardo – Vocês obtiveram intercâmbios com professores, estagiários e alunos da Universidade, como foi a experiência de vinda dessas pessoas lá na ocupação e mais ainda nas atividades de comunicação?

Maria de Jesus – “Essa foi uma experiência muito interessante, porque na época a gente considerava a Universidade como uma organização muito distante dos trabalhadores. Na verdade era mesmo. Um grupo de um professor da Universidade Federal de Goiás, o professor Niltinho (Nilton José dos Reis Rocha), ele pensou em aproximar, em derrubar essa barreira, essa distância que existia, essa barreira que existia entre trabalhadores, entre o popular e a faculdade. Então ele começou isso pelo Nova Esperança, trazendo os alunos da Faculdade, principalmente os alunos de comunicação, para eles viverem a experiência de perto. Assim como pessoas da ocupação iam até a faculdade para conhecer o espaço, para conhecer o que era uma Universidade, o que era aquele mundo desconhecido para as pessoas mais pobres, as pessoas de periferia principalmente. Foi uma experiência interessante, porque nós fundamos o movimento de comunicação. A rádio cresceu nessa época, porque os alunos da Universidade junto com os professores adquiriram alguns equipamentos e a gente trocava as experiências. Eles ensinavam para a gente a parte teórica e a gente passava pra eles a parte prática. Foi uma experiência muito interessante. A gente participava da Rádio Universitária com programas e a gente aprendia e ao mesmo tempo ensinava e os alunos também. Eu acho que foi uma experiência muito rica pra gente.”

A formação acadêmica não tem a pressão dos currículos profissionais que se tem hoje, até então não se pensava em ensino superior como item básico de um currículo para o ingresso à

profissão. Era privilégio. Maria de Jesus aponta o momento onde troca os espaços, alunos vão à ocupação e ela e outros companheiros vão à universidade.

Até então, antes destes intercâmbios, se pensava a universidade em um lugar distante dos trabalhadores e agora é um lugar a ser ocupado também. As trocas eram em experiência e teoria. O movimento trazia o saber do saber fazer para os alunos e eles levavam o saber reflexivo, teórico. A afirmativa tanto com Joda como com Maria de Jesus era que o movimento forma o intelectual, o profissional, o acadêmico.

Luiz Eduardo – Como você avalia nessa época a imprensa goianiense, as principais rádios, como eles enfocavam a ocupação do Nova Esperança? Qual a perspectiva que eles adotavam para falar sobre o Nova Esperança?

Maria de Jesus – Bem no início, na fase da ocupação a imprensa estava assim um pouco tímida e isso era justificável porque a gente estava saindo de uma ditadura militar na época, que foi 79. e ainda existia aquela restrição, porém com aquela restrição aos poucos, a imprensa foi se soltando e assumindo a luta. Quando eu falo assumiram, é porque eles notificavam realmente o que acontecia. Então houve uma cobertura total da imprensa. A imprensa escrita e televisionada se voltou para o movimento e deu essa cobertura e aí a gente pode realmente contar principalmente com a imprensa falada que era o rádio, que a gente pode contar com a rádio Difusora, foi de grande importância no movimento do Jardim Nova Esperança. Porque era uma rádio, que além de ser católica, ela era uma rádio que realmente se interessava em estar noticiando os acontecimentos. E a gente conseguiu, os jornais da época, que eram vários, também deram essa cobertura. A televisão também, então a imprensa nessa época realmente fez um trabalho social. Depois foi mudando, a política foi mudando e junto com a política, a posição da imprensa, mudou um pouco. A gente também já sabia como lidar com essa situação. Porque no início a gente não sabia. Se a imprensa quisesse destruir com o movimento, ela destruíria, mas a gente foi aprendendo a lidar com essa situação e a gente foi contornando os problemas que surgiam.”

A imprensa foi tida como um quimera que se quisesse destruir, ela destruiria. A conjuntura política muda e a imprensa também, são reflexos de uma imprensa casada e dependente do estado. Outrora, havia os alternativos que estavam próximos dos movimentos sociais e logo após ocorre o que fora citado antes, eles continuam sem anistia.

Luiz Eduardo – Você, especialmente, teve contato com quais meios na produção de conteúdos? Segundo comentários você teve mais proximidade com a poesia. Quais foram os meios

que você mais trabalhou?

Maria de Jesus – “Entre os meios de comunicação, eu participei de todos. Eu só não participei do foguete porque eu não gosto de foguete (risos). Mas eu participei de todos os meios de comunicação. A rádio eu não só participei da discussão, da organização para o pontapé inicial da rádio, como eu participei também da programação. Não participei tanto como outras pessoas, mas eu tinha um programa, eu participava de programas culturais. A minha área sempre foi voltada mais para cultura. Na Associação eu ficava mais com a parte cultural pelo fato da minha facilidade de escrever e eu gostar bastante de escrever, eu ficava mais com a parte da cultura. Então eu promovia teatros com crianças e adultos, a gente contava as histórias, eu escrevia as histórias. A gente sentava junto e discutia e alterava o que fosse preciso. Formamos um grupo de teatro que ia para outros lugares também. Eu esqueci de falar, mas essa foi também uma forma de comunicação. A gente utilizou teatro como uma forma de comunicação, porque era um meio que a gente encontrava que não tinha censura. De jeito nenhum! Nesse caso aí (riso) a gente fazia e isso a gente levava pra fora do Nova Esperança, levava para Goiânia inteira. Então a minha participação, eu participei em todos, eu participei da rádio, participei dos boletins a gente ajudava a colher matérias para o jornal e ajudando na confecção do jornal. Foi de todos (os meios de comunicação). E depois eu fechei minha participação no movimento registrando a história, porque a gente acha assim; a história acontece, a gente faz parte dela, a gente faz a história, porém ela fica esquecida, ela vai ficando. Quando a gente consegue registrar é uma outra coisa, como a História do Jardim Nova Esperança está. Graças a Deus, ele foi escrita, tá registrada e ela vai perpetuar, eu acredito.”

Uma informação citada por todos é a presença dos violeiros nas programações radiofônicas. As manhãs eram palco de um ritual em que os violeiros eram postos para cantar, como uma liturgia comunitária. A área cultural se apresentava como um aspecto que sempre acompanhava no uso da rádio e também nas reuniões.

O teatro é apresentado por Maria de Jesus como meio de comunicação. O que ainda não sabia até esse momento. Só sabia até então a respeito de suas poesias.

Luiz Eduardo – Em relação ao teatro como comunicação. Como eram realizados esses teatros, quais temas eles percorriam, que histórias eles contavam, como era esse processo do teatro como comunicação?

Maria de Jesus – “O teatro era voltado para a situação atual do país. Tanto a gente contava a história do Nova Esperança, como a gente enfocava a situação política do país. Era mais

voltado para crítica, era mais uma sátira, geralmente ele contava mais sátiras políticas que era uma forma que a gente tinha de estar falando da política sem chamar a atenção. Porque ainda nessa época, apesar da abertura, apesar da anistia, ainda existia muita perseguição com a livre expressão. Então o teatro era uma forma que a gente tinha de praticar a livre expressão sem restrições. Ah..., ele era a forma que a gente tinha organizado. Nós tínhamos um grupo que pensava. Então a gente escolhia um tema. A primeira peça que nós fizemos a história do Jardim Nova Esperança, a história da ocupação. Nesta história da ocupação a gente tinha que falar dos dois lados: tanto do lado dos posseiros, dos invasores que a gente chamava na época, quanto do lado dos que se diziam proprietários. Assim como das autoridades que interviam em favor dos proprietários. Então a gente tinha que fazer esse paralelo, tinha que mostrar a posição de cada um deles e a gente mostrava de forma bem crítica, né. Aí o que acontecia; a gente escrevia a peça, a gente reunia a Associação, porque a gente nunca fez nada que o movimento do Jardim Nova Esperança – acho que foi uma das causas do sucesso do movimento é porque as opiniões eram sempre partilhadas – depois das ideias do projeto serem apresentadas para o grupo maior, que era da Associação, era rediscutido e aí a gente fazia as alterações necessárias e a peça só ficava pronta quando ela era aprovada pelo grupo geral. E era dessa forma que gente atingia o nosso objetivo que era transmitir nossa mensagem de uma forma crítica, porém real.”

Luiz Eduardo – Quais foram os momentos marcantes do processo de comunicação através do teatro?

Maria de Jesus – “Tiveram três momentos marcantes na minha avaliação. A primeira foi o primeiro teatro que a gente apresentou, porque a gente não tinha nem um grupo, nós não conhecíamos as pessoas, a gente buscou no setor pessoas que se identificavam com o teatro e formamos um grupo e a gente contou a história da ocupação do Nova Esperança. Foi uma experiência muito importante, muito relevante no movimento, porque chamou a atenção de todas as pessoas que estavam e até foi tema do Fantástico inclusive. Com essa peça a gente apresentou a história do bairro. Foi uma experiência marcante. A outra foi uma vez que eu fiz um teatro com as crianças, só com crianças, e a gente foi pra Prefeitura de Goiânia e a polícia tinha barrado a entrada dos posseiros para não falar com o prefeito e a gente chegou com as crianças e pedimos licença para os policiais e eles deram licença. Nós passamos e fomos para a porta da Prefeitura apresentar o teatro pra mim foi uma experiência marcante, porque eles não conseguiram barrar as crianças e não falar não pra aquelas crianças enfeitadas para apresentar o teatro e passar o nosso recado na porta da Prefeitura. Isso sem violência. A outra experiência foi quando a gente foi apresentar uma peça em

um espaço que não tinha nada a ver com o teatro. Era um espaço público aberto sem a mínima condição para apresentação e a gente estava com essa peça em cartaz e a gente ia apresentar, à noite, a gente ia apresentar essa peça em um festival. A gente fez essa peça e foi o maior fracasso, sabe o que é não conseguir transmitir nada, nem a gente mesmo estava entendendo o que estava fazendo e a gente entrou em pânico e a gente saiu de lá sem saber o que estava acontecendo. Foi difícil demais e foi uma experiência ruim e a metade do grupo não queria ir à noite apresentar por causa do fracasso da experiência e eu tive que fazer uma conversa com todo mundo e convencê-los que uma coisa era uma coisa, outra coisa era outra coisa (risos). E a gente precisava ir porque a gente tinha um compromisso e a gente tinha que honrar aquele compromisso. Eu consegui convencer de ir à noite e nós conseguimos tirar o primeiro lugar na apresentação da noite. Então foram essas três experiências assim que marcaram.”

O teatro como meio de comunicação não perdeu em sistematização e o poder de transmissão para os outros meios anteriormente descritos. A sistemática de produção e realização do teatro envolvia a construção coletiva, na qual se apresentava a primeira versão da peça, era aberta à discussão e às alterações solicitadas pelo grupo e depois reorganizada. Todo esse processo realizado no seio da Associação.

As apresentações realizadas versavam sobre temas como a narração da trajetória da ocupação e a sátira política e outros temas. Maria de Jesus cita também em sua obra:

Esse grupo se tornou um referencial do Movimento Popular na década de 80 porque as peças que apresentavam eram baseadas em fatos reais, norteando-se na realidade do dia a dia, passando mensagens críticas de cunho político que conseguiam sensibilizar a opinião pública, mostrando que o lazer não é privilégio da elite e que a arte popular pode apontar caminhos para se viver melhor e com dignidade. (RODRIGUES, 2006, p. 88).

Os grupos variavam por teatros de adultos, jovens e crianças nos quais realizam teatros falando sobre assuntos políticos ainda em uma época marcada pela perseguição, mesmo que chegando ao fim. Maria de Jesus relata que era um meio que podiam passar a mensagem sem censuras. O grupo realizou apresentações em outras partes da cidade, levando à sensibilização da opinião pública, então, apesar de haver o trabalho com o sensível e o lúdico, não queria dizer que era ingênuo. Tinha seu objetivo também.

Pescando da fala de Joda que se impressionou com a força das mulheres, resolvi trazer essa questão até Maria de Jesus.

Luiz Eduardo – Você poderia falar sobre a participação das mulheres dentro do movimento de ocupação?

Maria de Jesus – “Nosso movimento costumava abominar a palavra feminista, a gente sempre considerou a atuação da mulher como uma atuação normal sem discriminação de sexo. Então a gente conseguiu isso. Quando a gente ia distribuir tarefas, a gente ia distribuir tarefas de acordo a fazer aquela tarefa, estivesse disponível e sem lembrar se era homem ou se era mulher, se era casado, se tinha que viajar. A gente conseguiu no movimento essa façanha de não diferenciar o gênero. A gente no movimento precisava de viajar, pra ir pra outros lugares trocar experiência com outros movimentos e geralmente iam duas, três pessoas pra fazer esse intercâmbio. Isso quando era selecionado essas idas era quem pudesse ir, assim não existia discriminação e a participação da mulher no Jardim Nova Esperança foi muito positiva, a gente participou de igual pra igual com os companheiros. A gente nunca preocupou em estar fazendo essa discussão de homem e mulher, nunca houve isso. Foi muito interessante essa parte.”

Acredito que não se trata de uma visão simplista por parte dela e para constatar uma reflexão maior sobre o tema deveria lançar mão de entrevistas com mais mulheres participantes do movimento para compreender melhor como é o sentido da igualdade aqui citada nos gêneros. Neste momento, percebo que em fim de um objetivo e uma luta comum, eles se uniam para o enfrentamento. O individualismo era suprimido pelo coletivo; a caminhada coletiva e as tarefas distribuídas continuavam para alcançar suas metas.

Luiz Eduardo – Como foi a produção do livro “Retalhos de Lembranças”, como foi o processo para construção desse trabalho?

Maria de Jesus – “*Retalhos de Lembranças* foi o segundo livro da história do Nova Esperança, já foi feito o “*10 anos de uma Nova Esperança*”, um livreto onde a gente conta em forma de poesia da literatura de cordel, inclusive, a história dos 10 anos do Jardim Nova Esperança. Nesse dos 10 anos; a gente ia escrevendo de acordo que iam acontecendo os acontecimentos, a gente ia escrevendo e guardando, não tinha a intenção de publicar de repente surgiu um interesse por parte de um grupo que veio visitar o movimento. Interesse em fazer um livro e ele foi feito, e na época do lançamento do livro foi cobrado um documentário. A gente prometeu que iria escrever este documentário, seria uma história mais detalhada dos acontecimentos; ocupação, organização e estruturação do Jardim Nova Esperança. A gente foi escrevendo da mesma forma foi os dez anos, com o material que a gente tinha, tudo o que acontecia a gente guardava; guardava os boletins,

guardava os recortes de jornais da época, o material de vídeo... Tudo era arquivado na Associação de Moradores e até com outras pessoas. Pra que fosse possível ser escrito o *Retalhos de Lembranças*, a gente foi reunindo e buscando lembranças com as pessoas que viveram a história porque a memória da gente prega peças, mas a gente juntando uma mais uma, mais uma a gente consegue reviver os fatos e trazê-los à tona. Que foi isso que aconteceu com *Retalhos de Lembranças*, porém a participação dos pioneiros foi essencial para a construção desse livro, porque foram essas pessoas que resgatavam as memórias, às vezes até já estão perdidas, se esquecendo. Elas agora foram revividas e agora elas estão registradas, foi dessa forma. Foi através de entrevistas, de pesquisas e inclusive até nos jornais da cidade, dos grandes jornais que acompanharam o movimento na época, forneceram pra gente o que eles tinham nos arquivos.”

O livro é um testemunho da força autoral que se afirma ao pensar o movimento no qual esteve dentro e sistematizar sua história. As epistemologias que surgem do próprio “chão” dos acontecimentos – e não do intelectual das “torres de mármore” com suas distantes ferramentas conceituais – demonstram a vontade e o terreno fértil no movimento social para o surgimento de novas perspectivas do conhecimento.

Este intelectual citado acima e este que aqui escreve não estão desabilitados a produzir conhecimento neste chão, mas é um desafio realizar o diálogo dos saberes nas pesquisas científicas e nas produções de conhecimentos. Inclusive, estas novas perspectivas nos trazem de volta ao local de onde estamos falando e produzindo conhecimento e neste nosso caso a partir do Sul, da América Latina.

Luiz Eduardo – As forças políticas antes eram hostis à ocupação e depois alguns deles trouxeram o Nova Esperança como um ganho deles. Como você avalia a participação das forças políticas nesse processo?

Maria de Jesus – “Na ocupação eles estavam ou de um lado ou de outro. A maioria do lado do poder e poucos parlamentares, inclusive, tiveram do lado do Jardim Nova Esperança. Mas porque não havia a perspectiva de continuar, da vitória, mas quando houve a vitória da conquista da terra, aí sim as forças políticas se voltaram, porque o Nova Esperança era prato cheio para qualquer político. Porque era muita gente e aí as pessoas tinham um certo grau de consciência e aí os políticos queriam a qualquer custo garantir essa parcela da sociedade no seu currículo eleitoral (risos). A gente foi vítima de uma acesso gigantesco de todos os políticos aí, propostas pra adesão nesse ou naquele partido. Porém o grupo não se identificava com nenhuma das forças políticas que existiam na época. Todas queriam abocanhar, adotar o Jardim Nova Esperança, e a gente achava

que não era por aí. Ainda estava faltando alguma coisa e a gente precisava de um partido que se identificasse com nossa forma de pensar e de uma certa forma a gente conseguiu com um partido que surgiu na época. A gente conseguiu essa identificação com o Partido dos Trabalhadores e o Nova Esperança se tornou, inclusive, um símbolo do Partido dos Trabalhadores. Não que todo mundo se voltou para ele, porque também seria coagir, seria uma ditadura se o todo o Nova Esperança estivesse voltado para o mesmo partido. Isso significaria que ninguém estava pensando, né (risos). Porém a maioria do Jardim Nova Esperança se voltou para o Partido dos Trabalhadores. Mas mesmo dentro do setor houve vários segmentos políticos e cada um fez sua parte. Mas a política contribuiu muito para o nosso desenvolvimento intelectual na parte política também, porque foi através dessas “investidas” que a gente conseguiu sentar e conversar e tentar separar o joio do trigo. Tentar diferenciar o que era bom para nós e o que não era. Na época tinha um partido de esquerda que era o PC do B, acho que é isso, o Partido Comunista. Na época tinha até uma coisa que quando se falava de comunista, as pessoas assustavam, achava que comiam criancinhas. Eles contribuíram, mas a nossa crítica era que eles eram um partido muito de Vanguarda, deixava o povo ir na frente, parecendo como massa de manobra. Mas ficavam aqui rondando dando sua contribuição. Mas também outros políticos do MDB na época se colocaram à nossa disposição, como o Vieira de Souza Pacheco, o Línio de Melo. Na verdade nós não éramos vinculados a nenhum partido, a gente gostaria que surgisse um partido que se identificasse com o nosso modo de pensar, com o anseio dos trabalhadores. Mas não tinha, porém por isso que a gente aproximou e não identificou totalmente com ele. A gente queria que surgisse algo melhor. De quando saiu o Partido dos Trabalhadores a gente sentou, inclusive esse grupo do Nova Esperança ajudou porque queria participar da construção desse partido que identificasse com a gente. E aí como seriam as propostas do partido. Porém mesmo a gente participando na estruturação do partido, não houve nenhuma ação de forma alguma para que alguém se filiasse ao partido. Era quem quisesse e quem era de outro partido não estava com isso fora do movimento.”

A posição política do Nova Esperança, das lideranças envolvidas na Associação, encontra-se em uma aproximação com os programas que se coincidem com os anseios daquela comunidade e com as trajetórias das lideranças. Eles trazem consigo uma trajetória que em sua maioria se fez nos grupos de base, e portanto, dentro de forças situadas à esquerda. Forças que estiveram contra a ditadura e foram perseguidas pela mesma.

O posicionamento da Associação não se dava simplesmente por colegiado político, mas pela relação de trocas e a possibilidade de se construir o programa dos próprios partidos em conjunto. Essas movimentações de enfrentamento, distanciamento e identificação amadureciam o grupo e a comunidade no estabelecimento da relação da Associação com os partidos políticos. Cada

evento ocorrido era um aprendizado enquanto coletivo.

Inicialmente assolavam forças que se aproximavam, mas tinham seus interesses na conciliação do movimento com a Prefeitura. Quando isso não foi possível houve a procura de partidos que queriam adotar o setor e sua reputação. As vanguardas colaboravam, mas não iam para a linha de frente. O partido ao qual se pode construir junto as propostas foi com quem mais o grupo se identificou.

As relações dos movimentos populares se dariam muito além do raciocínio das posições da democracia liberal da posição das cadeiras – direita, centro e esquerda – e de suas cores figurativas com programas de governo. O amadurecimento das posições políticas caminharia rumo à defesa do local e o direito de definir suas direções no global a cada transformação que este constantemente sofre. Joda, Edmar e Maria chamam a esse aspecto do movimento social de consciência crítica, adquirida na coletividade e internalizada no indivíduo.

Restam então as palavras de Maria de Jesus sobre o que ficou de toda essa experiência e dos frutos que esta trouxe e ainda traz.

Luiz Eduardo – O que ficou dessa experiência. Para mim é difícil fazer a separação do que foi vivido do processo da ocupação e as atividades relativas somente à comunicação. O que ficou dessa ocupação? O que o nome Nova Esperança traz para você?

Maria de Jesus – “Olha, para mim o nome Nova Esperança traz na mente a gente, a luta da Associação. Quando fala Nova Esperança, a primeira coisa que traz é a Associação de Moradores, porque foi o grupo que realmente atuou de forma comunitária, de forma... com a participação de todos os moradores, foram todos mesmo. A gente conseguiu organizar o setor de uma forma que todos participaram, quem morou no Jardim Nova Esperança sabe que existiu uma Associação de Moradores que essa associação conseguiu representar os moradores de fato. O Nova Esperança pra mim é um filho que a gente teve, é um filho que a gente viu nascer e que a gente encaminhou na vida. Hoje a gente olha o porte do Jardim Nova Esperança e a gente diz; “a gente conseguiu”.

Luiz Eduardo – O que ficou de frutos dessa luta?

Maria de Jesus – “Estamos vivendo em um novo contexto político e social, com valores completamente diferentes dos daquela época. Porém aquela sementinha que a gente plantou de conscientização política ainda existe hoje no Jardim Nova Esperança. Os jovens, as crianças daquela época são pessoas hoje que são capazes de ter um raciocínio político lógico, isso foi o que a

gente conseguiu. São pessoas capazes de pensar politicamente e fazer uma avaliação do certo e do errado. Nós, naquela época, não vivíamos uma situação de violência como tem hoje. Estamos vivendo uma situação de violência muito grande, mas ainda hoje a gente consegue fazer um evento de aniversário do bairro e chamar pra esse evento tanto pessoas da época, como pessoas da atualidade que participam, conseguem organizar o evento. É claro que não consegue uma participação grande como daquela época, mas ainda se consegue bastante pessoas e a consciência que o Nova Esperança não surgiu do nada. Foi a consciência de um grupo de pessoas junto com os moradores e que os moradores participaram de fato da organização do Nova Esperança até hoje na ocupação.”

Considerações finais

O momento da conclusão do trabalho reservo para provocar questões muito mais do que fechar e concluir. Os discursos de Joda, Edmar e Maria de Jesus se apresentam em legítima construção dos sentidos do conteúdo trabalhado. Os comentários realizados por mim levantaram ao trabalho pontos a serem discutidos que apareceram nas falas de cada autoria.

Os três ingressaram por diferentes trajetórias emotivas e conceituações que traçaram um amplo espaço na experiência do Nova Esperança. Em certos momentos eles se cruzaram, mas como se trata de uma filosofia metodológica de trabalhar com memórias, não se fazem necessárias todas as informações se ligarem com precisão tal como nos procedimentos sociológicos. Inclusive, estes diferentes traçados enriquecem os dados colhidos por versarem em diferentes visões que constroem essa epistemologia emergente.

O radialista delineou em seus caminhos traçados que levaram ao discurso da comunicação mais agressiva no sentido de firmeza e convicção. As suas afirmações são confiadas na autoria coletiva e internalizadas nele mesmo, como se emprestasse a sua voz para o grupo da Associação e para os posseiros. Ele enfoca o lugar de onde se fala e o peso da mensagem que se produz.

O tempo do rádio e o tempo dele andam juntos ao perceber um mundo onde os acontecimentos ocorrem durante as 24 horas por dia. Todo instante é um momento que se ganha para estabelecer a retórica imediata da luta simbólica, os símbolos são claros e a atitude é instantânea. O pensar se liga estreitamente com o fazer e essa relação em seu relato e na experiência que tive ao entrevistá-lo remetem a esse ritmo de discurso.

O desenhista busca o tempo dos traçados, os detalhes e as molduras das informações desenhando a realidade ao seu redor. As descrições do local de onde se fala e dos cenários da história estão presentes em seu discurso. O zelo e o cuidado também se apresentam como valores que em sua forma de produzir.

A concepção de artista que ele cria inicialmente se parece com as efemeridades da bajulação do meio cultural da erudição. Quando se adentra este artista, ele apresenta sua autoria como um ser embebido na vivência do Nova Esperança e das lutas que travou na coletividade dos movimentos sociais. Ele deixa-se embeber do lugar onde está para compor sua obra e presta suas mãos para o retrato subjetivamente concreto de uma ideia de mundo que se concretiza à medida em que se luta para transformar.

A poetisa leva as palavras colhidas do sentir para dentro do pensar coletivo. Uma realidade imposta não é barreira para quem idealiza e age, ao contrário do que aquele que age para conformar com ideal imposto. Ela acompanha a atmosfera coletiva e escreve a história, registra e

conta. Sua poética é mais que uma sublimação, é a colheita de vários fatos e dados de onde vive para se narrar em uma versão aberta e clara. O concreto não é o limitante do abstrato, pois se for o contrário, o pensamento e a dinâmica da vida morrem.

Ela sentiu que a poesia encontrada no seu chão deveria ser encarnada no teatro e percorrer os palcos da opinião pública goianiense. A própria voz falada e o próprio corpo mostrado aos olhos de quem vê não poderiam ser barrados nem confiscados pela censura. Se o pensar se liberta não há censura prévia que mutile a ação, o ato em cena no palco da realidade.

Os muitos pontos a serem levantados tiveram algumas intensidades no que diz respeito à justificação deste trabalho. Estes que falarei serão: a sistematização e a complexidade do ato de comunicar, a ética do fazer comunicação, as condições com que se constrói a comunicação e os rumos dados à comunicação pelos movimentos sociais.

A utilização dos meios se configuram neste trabalho por uma rede de produção e um processo pensado no aspecto da participação plural. O grupo que promove a comunicação está ligado às mesmas pessoas que lideram os rumos do local, porém as decisões são legitimadas pela assembleia. O depósito de confiança neste grupo dado pelos posseiros se deve à responsabilidade do retorno claro das suas ações e decisões finais.

A dinâmica ao se trabalhar o que pode ser chamado de transmodalidade dos meios de comunicação propiciou maior acessibilidade para seus públicos. O boletim, por exemplo, era lido na rádio e, assim, gerava o acesso de possíveis pessoas que não sabiam ler aos conteúdos do mesmo boletim. Assim incluíam cada vez mais as pessoas, principalmente os moradores. O foguete era subsidiado pelas informações trabalhadas pelos comunicados e boletins.

Os conteúdos culturais advindos da produção das expressões culturais na Associação, desempenharam o papel da persuasão e maravilhamento com os ouvintes da rádio. O ritual do iniciar do dia com moda de viola caipira alternada com informações trazia as pessoas mais próximas da atenção às mensagens e fazia o momento do viver cultural em uma relação mais forte de descontração e prazer do que o entretenimento.

O teatro como meio de comunicação propicia a expressão corpórea, visual e falada para passar a mensagem. Ao se lançar mão do teatro para comunicar, o público vive a trama e sensibiliza-se com a força com que a dramaturgia conta os fatos políticos e a história do Nova Esperança.

Os impressos desempenham o papel no qual é descrito pelas palavras que “voam” para diversas partes de Goiânia e outros lugares. A praticidade e força do papel escrito permitem distribuição de conteúdos estratégicos para as instituições, meios de comunicação e grupos de apoio e também a documentação dos fatos que não podem escapar do papel. Os circuitos da informações dos impressos descentralizam sua produção, envolvem instituições de apoio que se prontificam a

subsidiar a impressão, as mesmas instituições reproduzem em seus meios os conteúdos do boletim e uma rede de idas e vindas de informações geram também uma rede de produção de conteúdos.

A rádio apresenta sua força no “grito” que se dá pela expressão direta de quem fala e se propaga pela transmissão radiofônica. O timbre, a improvisação e as tonalidades do discurso radiodifundido aproxima o diálogo do locutor com seu ouvinte. O tempo de produção em torno da rádio se torna uma construção da programação feita por escalas por parte de apresentadores e convidados.

Outro aspecto importante são as relações estabelecidas nas produções interpessoais da rádio. Joda descreve uma rotina na qual o convidado participa da programação e fica para almoçar, onde passa mais informações que às vezes não foram ou não puderam ser faladas no ar, informações em *off*. Cada convidado de fora do Nova Esperança representava a si mesmo e a uma instituição; o que gerava relações de proximidade e/ou diálogo, como foi o caso da entrevista de Índio Artiaga, então prefeito de Goiânia, e do então Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando.

O foguete sistematizava os chamados mais urgentes do grupo. Em uma noção do lugar de onde se soltava o foguete revelava a direção à qual o grupo iria se deslocar. O foguete “mobiliza” e articula os ocupantes para montar a resistência contra o despejo policial, desmascarava o charlatanismo e denunciava acontecimentos e pessoas que ofereciam perigo.

A ética do fazer comunicação traz um rol diferenciado de valores que merecem a atenção. Os valores que a comunicação no Nova Esperança cultivava são uma constante no fazer comunicação. Essa ética prima por dois pontos enfáticos; a comunicação para cuidar, educar e mobilizar e a participação aberta.

A comunicação é feita para cuidar quando pela segurança, zelo e responsabilidade se transmite a mensagem, atitudes como soltar o foguete denunciando perigo. A comunicação educa quando leva os ocupantes a compreenderem a importância das ações coletivas e prepara os mesmos para os diversos fatores que os cercam naquele processo, um exemplo é o trabalho do boletim para fazer compreender o processo de abertura de ruas e como se proceder em relação a isso. Por fim, a comunicação mobiliza quando chama diretamente para ações efetivas do coletivo para os enfrentamentos e tomadas de decisão dos rumos a serem tomados. Um exemplo são as reuniões, que também é uma comunicação estratégica, para tomadas de decisão. Ou o chamamento para as passeatas pelos megafones, entre outros exemplos mais.

A abertura da participação se faz no reconhecimento que o grupo que realiza a comunicação não é o monopolizador do uso dos meios. Seja direta ou indiretamente, o processo de produção de cada meio é passada “de mão em mão”. O teatro para ser produzido precisa da crítica e edição do grupo, a rádio convida apresentadores para realizarem os programas e os boletins são pautados pelas opiniões e sugestões dos ocupantes do Nova Esperança.

Os rumos dados à comunicação pelos movimentos sociais é o tema fundamental deste trabalho. Os movimentos que o movimento realiza são acompanhados pela comunicação, em uma lógica que vai além da dependência técnica dos meios de comunicação. A pura assembleia ao ar livre com as centenas de moradores é uma forma efetiva de comunicação para aquele momento.

Acreditou-se convictamente que a própria evolução dos meios de comunicação e entre estes a internet democratizaria os atos de informar e ser informado. A partir do momento em que essa liberdade questionou a “liberdade” dos grupos sociais dominantes, principalmente ligados à comunicação, então o discurso mudou, ao invés de ampliar para democratizar, passou-se a regular para proteger os direitos individuais.

A comunicação nômade⁷, como define Zibechi, movimenta junto com o movimento. Cria e recria suas formas de agir conforme as mobilizações que são feitas. Essa prática e se reinventar e incorporar a luta para as demandas sociais não atendidas. A capacidade de reconcepção do uso do meio faz saltos mais largos do que os adventos e avanços dos aparelhos tecnológicos. Isso porque de repente o que se fazia na impressão de jornais e no uso da rádio antes está se mantendo sem mutação na internet, ou seja, práticas velhas e desgastadas em novos meios de comunicação.

Os rumos tomados pelo Nova Esperança e os movimentos sociais caminham para um fim que não tem fim. A recriação e adaptação que a natureza realiza para viver presente no ato de comunicar para transformar é uma das grandes lições dos movimentos sociais. Os saltos são maiores e essa forma de pensar o futuro caminha para que a humanidade tenha mais futuro, mesmo que ela tenha que enfrentar futuros que olhem somente para seu presente egoísta. Para isso se mobiliza, se educa, se comunica e se renova a esperança.

⁷ ZIBECHI, Raúl. “La Comunicación Nomade”. 2007

Bibliografia

ALARCÓN, Boris Carlos García; MAIA, Kamyla & SCARTEZINI, Tatiana. **Renova a Esperança**. [Filme-Vídeo]. Direção e Produção de Boris Carlos García Alarcón, Kamyla Maia e Tatiana Scartezini. Goiânia, GO, 2010. Duração: 14 min. e 53 s. DVD, color. Son.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. **Método e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARINHO, Marcelo Benfica. **A Imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás: Décadas 70/80 - da resistência à cidadania**. Goiânia: UCG – Kelps, 2009.

PERUZZO, Cicilia Krohling. “Comunicação nos Movimentos Populares”. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In.: **La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial**. Ana Esther Ceceña y Emir Sader (coordinadores). Buenos Aires: CLACSO, Julio 2002.

_____. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Expansão a partir da experiência Latino-Americana. **GEOgraphia**, América do Norte, 8, fev. 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/203/195> . Acesso em: 14 Nov. 2010

RODRIGUES, Maria de Jesus. **Retalhos de Lembranças**. Goiânia: s/e, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de . **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIGNOLO, Walter. “Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking.”. Princeton University: Princeton University Press, 2000

ZIBECHI, Raúl. **La Comunicación Nomade**. 2007. Disponível em: <http://www.caosmosis.acracia.net/?p=699>

(ALARCÓN, MAIA & SCARTEZINI, 2010)

ANEXO I



Foto aérea da ocupação (1980) (RODRIGUES, 2006, p.6)



Pessoas chegando na área para demarcar o seu lote (RODRIGUES, 2006, pp.8)



A perspectiva de uma ação militar levou o pânico aos moradores.

Assembleia na invasão promovida pelos líderes (Jornal Opção – 1979) (in RODRIGUES, 2006, p. 12)



Tropa de Choque na invasão, requisitada para garantir a destruição dos barracos, onde aconteceram várias prisões. (Jornal, Órgão dos Diários Associados - 1979) (RODRIGUES, 2006, p.16)



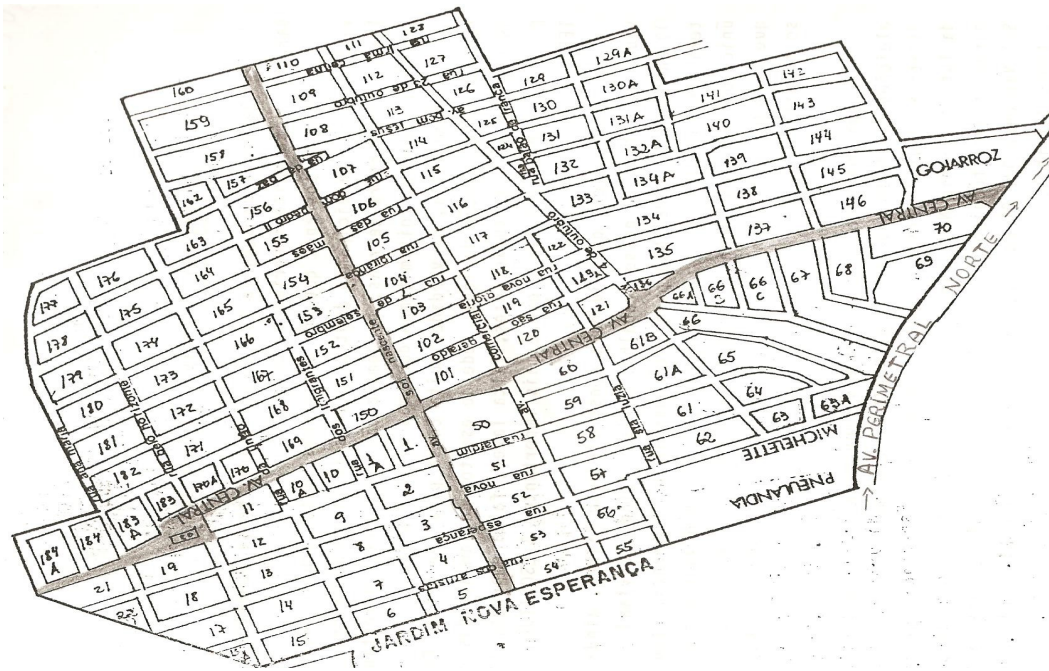
Um dos barracos demolidos pela ação dos policiais (Jornal, Órgão dos Diários Associados - 1979) (RODRIGUES, 2006, p.24)



Construção da Casa de Reunião em regime de mutirão (RODRIGUES, 2006, p. 35)



Caminhadas, promovidas pela igreja católica em parceria com a Associação de Moradores (Diário da manhã - 2004) (RODRIGUES, 2006, p.42)



Mapa do Jardim Nova Esperança (RODRIGUES, 2006, p. 47)



Peça de Teatro (RODRIGUES, 2006, p. 49)

CHAPA DOAÇÃO

GERALDA - PRESIDENTE

EDUAR - 1º SECRETÁRIO

JODIA - 2º TESOUREIRO

MEIRE

MARIA BENTA

IA LINA

ST. PEDRO - VICE

ALGIMIRA - 2º SECRETÁRIO

ST. ZEUQUINHA - 2º TESOUREIRO

VALDIR

JOSE FERREIRA

VALDI

HELIO

AMADO

**"TODO POVO AVANÇA
NA NOVA ESPERANÇA
DA VITÓRIA
CERTA."**

CONSELHO FISCAL

(D. PEDRO CASÁLDALIGA)

COMPANHEIRO, VOCÊ QUE É ASSOCIADO E ESTÁ A FAVOR DA DOAÇÃO, VOTE ASSIM:

☒ DOAÇÃO

NOSSO PROGRAMA DE LUTAS

① NO DIA 26 DE FEVEREIRO
É A NOSSA ELEIÇÃO
QUEM QUISE GANHAR A TERRA
VOTE NA CHAPA **DOAÇÃO**

② AS COMADRES VEM PRA VIKNA
OS COMPADRES CHEGA AGORA
E O POVO TODO UNIDO
NA LUTA PELA **ESCOLA**

③ É NA LUTA TODOS JUNTOS
QUE CONSEGUIE SIM SENHOR
FAZER ÔNIBUS DESER
NA RUA DO **CORREDOR**

④ CHEGA DE PROMESSA
COMPANHEIRO FICA NA SUA
PRECISAMOS DE MAIS ÔNIBUS
E DE **CASCALHO** NAS RUAS



⑤ PRECISAMOS DE UM ESPAÇO
ONDE NOSSOS FILHOS DEIXAR
E A **DOAÇÃO** LUTA POR CRECHE
PRA NÓS PODER TRABALHAR

⑥ PARTINDO PRA LUTA
A **DOAÇÃO** AVANÇA
MELHOR ATENDIMENTO NO POSTO
E TAMBÉM UMA **AMBULÂNCIA**

⑦ TEM MUITA GENTE SEM TERRA
TEM MUITA GENTE COM FOME
PRECISAMOS DE TRABALHO
E TAMBÉM MAIS **TELEFONE**

⑧ TODO ISTO QUE FALAMOS
É A LUTA DA ASSOCIAÇÃO
POR ISSO COMPANHEIRADA
VOTE NA **CHAPA DOAÇÃO**

PRÁ GANHAR ESTE CHÃO VOTE NA CHAPA DOAÇÃO.

Cartazes para eleição (RODRIGUES, 2006, p. 78)



Painel de Edmar de Oliveira (RODRIGUES, 2006, p. 87)



Grupo Alma Nova
apresentando a segunda versão
da peça de teatro **A Terra é
Nossa** – 1990. (RODRIGUES,
2006, p. 90)